



Ata nº4/2025
2ª Sessão Ordinária de 2025 – 1ª Mandato 2021-2025
Reunião de 29 de abril de 2025
Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, em cumprimento da
convocatória emanada, nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro,
reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em Sessão Ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município,
sito na freguesia e concelho de Portimão, sob a Presidência da sua Presidente, Excelentíssima Senhora
<u>Isabel Andrez Guerreiro</u> , coadjuvada por <u>Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café</u> , Primeiro
Secretário e José Júlio de Jesus Ferreira, p'la Segunda Secretária da Mesa

NOMES DOS MEMBROS DA	FORÇA POLÍTICA			
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	FORÇA POLÍTICA			
Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica	Partido Socialista			
Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	Partido Socialista			
Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves	Partido Socialista			
José Manuel Figueiredo Santos	Partido Socialista			
José Júlio de Jesus Ferreira	Partido Socialista			
Joaquim Paulino Pacheco Duarte	Partido Socialista			
Pedro Jorge Marques Moreira	Partido Socialista			
Ana Sófia de Oliveira Vicente da Conceição	Partido Socialista			
Rui Miguel da Silva Algarve	Partido Socialista			
Andreia Filipa Muchacho de Sousa	Partido Socialista			
Cristiano Damaso Malha Gregório	Partido Socialista			
José Luis Mateus Barbudo	Partido Socialista			
Sónia Filipa Louzeiro Quaresma Oliveira	Partido Socialista			
Tesoureira da Junta de Freguesia de Portimão				
Ana Isabel Faustino Magina	Partido Socialista			
Vogal do Executivo da Junta de Freguesia de Alvor				
José Vitorino da Silva Nunes	Partido Socialista			
Presidente da Junta de Freguesia da Mexilhoeira Grande				
Natalino António Gomes Alves	Partido Social Democrata			
Américo da Conceição Leonor Mateus	Partido Social Democrata			
Vítor Manuel Campos Couto	Partido Social Democrata			
Ricardo Jorge da Silva Viana	Partido Social Democrata			





Bruno Miguel Lourenço Candeias	Partido Social Democrata
Mário Nelson de Barradas Espinha	CHEGA
Patricia Alexandra Gonçalves Ferro	CHEGA
Rui Alberto Pires	CHEGA
Pedro Miguel Sousa da Mota	Bloco de Esquerda
Marilu Veiga Correia Batista Santana	Bloco de Esquerda
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz"
	(CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Marta Patricia Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz"
	(CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Mónica Elisa Pitman Dias	Coligação "Portimão Mais Feliz"
	(CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Maria de Lurdes Sousa Vales de Melo Nogueira	CDU (PCP/PEV)
Ricardo Nuno da Conceição Cândido	PAN

FORÇA POLÍTICA	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
Chega	Paulo Jorge Nascimento Canha	15 dias	16/04/2025 A 30/04/2025	Jorge Daniel Alves de Melo
Chega	Jorge Daniel Alves de Melo	14 dias	17/04/2025 A 30/04/2025	Rodrigo Jorge Jeremias
Chega	Rodrigo Jorge Jeremias	15 dias	16/04/2025 A 30/04/2025	Anabela Henriques Nunes Chaves
Chega	Anabela Henriques Nunes Chaves	2 dias	29/04/2025 A 30/04/2025	Rui Aberto Pires





			16/04/2025	
BE	Marco Paulo Rodrigues Pereira	15 dias	Α	Marilu Veiga Santana
			30/04/2025	
			23/04/2025	
PAN	Daniela Marlene Duarte	8 dias	Α	Ricardo Nuno Cândido
			30/04/2025	
			27/04/2025	
PSD	Raquel Gonçalves Bernardino	35 dias	Α	Ricardo Jorge Viana
			31/05/2025	
			27/04/2025	
PSD	Carlos Eduardo Gouveia Martins	4 dias	Α	Bruno Miguel Candeias
130	Carios Eduardo Gouveia Martins	4 ulas	30/04/2025	Bruno Pilguer Caridelas
PS	Sheila Gassin Tomé	1 dia	29/04/2025	José Luis Mateus Barbudo
Coligação			29/04/2025	
"Portimão Mais	Sandra Cristina Conceição	2 dias	Α	Carolina de Almeida Soto
Feliz"	Pereira Lopes		30/04/2025	De Assis
Coligação	Cavalina da Almarida Caba		29/04/2025	Manual Afanas I accada
"Portimão Mais	Carolina de Almeida Soto  De Assis	2 dias	Α	Manuel Afonso Lousada
Feliz"			30/04/2025	Moreira
Coligação	Manuel Afonso Lousada		29/04/2025	
"Portimão Mais		2 dias	Α	Mónica Elisa Pitman Dias
Feliz"	Moreira		30/04/2025	

-----Apresentaram pedido de representação, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do artigo 18º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, o seguinte membro: ------

Força política	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃ O	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
PS	Maria da Luz Santana Nunes	1 dia	29/04/2025	Sónia Filipa Louzeiro Quaresma Oliveira

-----Apresentaram pedido de representação, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do artigo 18º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, o seguinte membro: ------





Força política	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃ O	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
PS	Francisco Manuel Vicente Correia	1 dia	29/04/2025	Ana Isabel Faustino Magina

------A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo: -------

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Presidente – Partido Socialista
Teresa Filipa Dos Santos	Vice-Presidente – Partido Socialista
José Pedro Henrique Cardoso	Vereador – Partido Socialista
Sandra Maria Duarte Pereira	Vereadora – Partido Socialista
Eduardo Catarino	Vereador – Partido Socialista
Pedro Humberto Castelo Terras Xavier	Vereador – Partido CHEGA
Ricardo Samuel Lisboa Pereira de Oliveira	Vereador – Partido Social Democrata
Luís Manuel de Carvalho Carito	Vereador – Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS
	PP/Nós Cidadãos/Aliança)





Em seguida, colocou à votação a ata nº.9/2024 referente à 5ª Sessão Extraordinária de 2024, realizada
em 03 de dezembro de 2024
A ata nº. 9/2024 foi aprovada por unanimidade dos presentes na reunião da referida Sessão
Extraordinária
Em seguida, informou que iria abrir o debate para a discussão e votação das <b>Moções/Propostas de</b>
<b>Recomendação</b> apresentadas pelas várias bancadas, declarando abertas as inscrições relativamente, às
Moções/Propostas de Recomendação, apresentadas pelas várias bancadas, declarando abertas as
inscrições relativamente, ao Voto de Pesar – "Falecimento do Papa Francisco" - (subscrito pela Bancada
da Coligação Portimão Mais Feliz (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança), cujo teor se transcreve na íntegra:
« Considerando que:
a) No passado dia 21 de Abril de 2025 faleceu, aos 88 anos de idade, o Papa Francisco, Bispo de Roma e líder
espiritual da Igreja Católica;
<b>b)</b> Muito mais do que o seu papel como Chefe de Estado da Cidade do Vaticano, o Papa Francisco liderou, desde
a sua eleição como Sumo Pontífice no Conclave de Março de 2013, um processo de profunda renovação, abertura
e maior acolhimento da Igreja Católica a todos os crentes e não crentes e às chamadas "franjas" do Catolicismo
(sejam elas geográficas, existenciais ou culturais), tendo essa postura sido sintetizada, com simplicidade,
sabedoria e ternura, numa frase que marcou as Jornadas Mundiais da Juventude, realizadas em Lisboa, em
Agosto de 2023: "Há espaço para todos. Assim como somos. Todos. Jesus di-lo claramente. Quando manda os
apóstolos chamar para o banquete daquele senhor que o preparara, diz: «Ide e trazei todos», jovens e idosos,
sãos, doentes, justos e pecadores. Todos, todos!";
c) O Papa Francisco, desde que foi investido como sucessor de Pedro, assumiu também um novo estilo de
liderança da Igreja Católica, marcadamente pessoal, caracterizado por uma atitude de profunda humildade e
simplicidade, mas também de constante e intensa preocupação com os pobres, oprimidos e desfavorecidos, que
o levaram, por exemplo, a iniciar as viagens apostólicas do seu pontificado com uma visita à ilha de Lampedusa,
onde denunciou corajosamente a tragédia humana dos migrantes que morriam diariamente nas águas do Mar
Mediterrâneo, vítimas da ganância, dos esquemas mafiosos e da indiferença da União Europeia;
d) Também a nível cívico, político e diplomático o Papa Francisco deixa-nos um marco indelével, que irá ecoar
e frutificar nas gerações vindouras, pontuado por um intenso trabalho de aprofundamento do diálogo inter-
religioso, de tentativa de mediação em conflitos armados, de denúncia dos excessos do capitalismo selvagem,
do consumismo desenfreado ou de apelos constantes à defesa do meio ambiente e denúncia dos efeitos das
alterações climáticas;
e) Qualquer que seja a perspetiva de análise do papel do Papa Francisco no mundo dos nossos dias espiritual,
religioso, político ou diplomático – é inquestionável que a sua mensagem, exemplo e legado perdurarão muito
para além da sua morte física, sendo o seu pontificado credor da nossa profunda admiração e respeito;





f) Além do mais e pelas razões supra expostas, o desaparecimento físico do Papa Francisco gerou um sentimento de profunda tristeza e comoção em todo o mundo, constituindo uma perda irreparável para todos aqueles que, independentemente do seu credo religioso, origem geográfica ou opinião relativamente à Igreja Católica, anseiam por um mundo mais justo, mais fraterno e solidário, onde os valores da paz, do respeito pelo próximo e da solidariedade devem desempenhar um papel central no combate, sem tréguas, aos populismos, ao ódio, às guerras e à pobreza, seja ela espiritual, climática ou material,-----Os eleitos da Coligação PORTIMÃO MAIS FELIZ (CDS-PP, Nós, Cidadãos! e Aliança) propõem que a Assembleia Municipal de Portimão, reunida na sua 2ª Sessão Ordinária de 2025, realizada em 29 de Abril, delibere: -----a) Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento do Papa Francisco, ocorrido no passado dia 21 Abril de 2025, prestando pública homenagem ao seu inesquecível e incontornável legado de quia e Pai espiritual, líder religioso e referência do nosso tempo e guardando um minuto de silêncio, em respeito pela sua memória e exemplo; -----b) Endereçar publicamente as suas sentidas condolências pelo falecimento do Papa Francisco à Diocese do Algarve, à Nunciatura Apostólica da Santa Sé em Lisboa, às Paróquias da Matriz de Portimão, da Nossa Senhora do Amparo, de Alvor e da Mexilhoeira Grande.» ------------ Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) João Pedro Gonçalves Marques Caetano, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que o voto de pesar que apresentam é pelo falecimento do Papa Francisco, que ocorreu como se sabe no dia 21 de abril. Mais do que um líder da igreja católica, foi uma pessoa que marcou, nos últimos doze anos marcou diria de uma forma bastante assertiva o nosso tempo, a nossa sociedade, pela postura que assumiu, pela mensagem que trouxe, pela renovação que trouxe à igreja católica, mas pela humanidade, a simplicidade e a abertura que demonstrou enquanto Papa, enquanto homem, enquanto líder sobretudo, chamando a atenção para questões que não eram muito usuais serem abordadas no seio da igreja católica como a defesa do ambiente, das alterações climáticas, a defesa de uma forma universal dos mais pobres e desfavorecidos e citamos aqui a título de exemplo que a primeira viagem do pontificado foi «uma visita à ilha de Lampedusa» a propósito daquilo que era uma verdadeira tragédia humana em que morriam centenas de pessoas todos os dias no mediterrâneo, e o Papa teve a coragem de na primeira viagem ir visitar essas pessoas que chegavam à Europa correndo risco de vida de morrer afogadas em condições sub-humanas e teve uma frase nessa altura que foi marcante, que foi lutar ou, enfim, ou assinalar que não podia haver uma globalização da indiferença, que era aquilo que estava a acontecer, dizendo que o mediterrâneo estava-se a tornar um cemitério de pessoas e, portanto, é nesta medida que entendemos que é de elementar justiça independentemente do credo religioso de cada um e independentemente da opinião que cada um tenha em

relação à igreja católica, não é isso que está em causa, está em causa a figura de um homem que teve um papel marcante nos últimos doze anos e não foi por acaso que no dia 21 e nos dias seguintes a sua morte física





foi lamentada de uma forma parece-me que sentida por muitas pessoas que nada têm que ver com a fé católica nem com a igreja católica, porque acima de tudo foi uma pessoa que deixou um exemplo de simplicidade, de independência, de acutilância e de defesa daqueles que são menos favorecidos e, portanto, nessa medida entendemos que é de elementar justiça assinalar aqui com este voto de pesar o desaparecimento de alguém que pensamos nós vai deixar saudades e vai ficar como exemplo. Disse. ------------ Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS José Manuel Figueiredo Santos, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e referir que eles diriam que hoje é possível de facto intervir neste discurso laudatório ao Papa Francisco com quanto a sua morte está a ser vivida como uma enorme perda quer por crentes, quer por não crentes, e esse é o que efetivamente nos dita a transcendência do Papa Francisco relativamente a fronteiras religiosas e culturais, pregando a amistosidade e a união entre ateus e entre praticantes de outras religiões e cristãos. ----------- Hoje, poucos ignoram que muitos ateus e agnósticos ao longo da sua vida combateram e combatem os ideais que Francisco deu relevância no seu pontificado. Desse combate pela tolerância, pelo culto da fraternidade, da liberdade e de igualdade não se separam os republicanos, laicos e socialistas e os socialistas não laicos obviamente, enfim, que se sentiram chamados a intervir na chamada questão social, e a questão social numa palavra significa o empobrecimento dos indivíduos em sociedade. ----------- Uns e outros perceberam que enquanto o trabalho se tornava mais amplamente social, a apropriação dos seus frutos mantinha-se estreitamente privada, monopolizada por uma parte minoritária da sociedade. Uns e outros têm partilhado com as instituições religiosas formulações presentes em várias utopias socialistas e o espírito que animou algumas formas de republicanismo. ---------- Por inédito que pareça, hoje confrontamo-nos com o corpo morto de um papa anticlerical vivo. Um papa que foi anticlerical à semelhança de outros distintos católicos, progressistas, enfim, uma série de franjas progressistas da igreja católica que no estado novo levantaram a sua voz, enfim, e poderia citar aqui o professor Francisco Pereira de Moura, o bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, verdadeiros percursores de Francisco. Tal como hoje já em Portugal, naquele tempo D. António Ferreira Gomes manifestava o desejo de ver os católicos organizarem-se politicamente do jeito que entendessem. Embora nós não partilhemos o idealismo histórico, porque estes legados podem conhecer várias reversões e a história tem ditado isso, tal não nos impede de expressar o nosso sentido de que o mundo não mereceu este papa, tal como uma parte significativa da igreja católica porventura não o terá também merecido, e isso é público. ----------- À semelhança de outros líderes memoráveis, Francisco nunca se encaixará no nosso pequeno mundo ainda tão medieval, ainda tão bélico na relação entre nós e os outros. Esta é a nossa convicção, esta é a nossa homenagem a um Francisco que desejamos que viva por muitos anos e que marque profundamente a sociedade, que marque profundamente o globo que é de facto este mundo difícil de interpretar à luz de um certo pacifismo que esteve presente na figura do Papa Francisco. Disse senhora Presidente, muito obrigado. --------





----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD Américo Leonor da Conceição Mateus, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que querem apenas transmitir umas palavras simples tal como a mensagem e as aprendizagens que nos deixou o Papa Francisco. E essa simplicidade é dizer que morreu alguém que nos últimos anos foi considerado como uma balança e um equilíbrio no mundo que vivemos hoje, e agora procuramos uma referência para essa balança. Estamos a viver tempos de extremismos, estamos a viver tempos altamente complexos, e isto era a palavra e era a ação da esperança e do humanismo que se perdeu. Esperemos que o mundo saiba encontrar uma nova referência, seja ela do universo católico, seja ela de qualquer universo religioso, qualquer raça, de qualquer credo, também foi isso que nos ensinou o Papa Francisco, uma visão bastante ecuménica. Portanto, nesta simplicidade, estaremos com certeza sempre no apoio deste voto de pesar e que expressamos aqui a nossa sincera e autêntica vontade que rapidamente tenhamos alguém que nos lembre sempre destes valores que ele nos trouxe a todos, independentemente de sermos cristãos ou não. Disse. ---------- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira, é com profundo respeito que nos revemos neste voto de pesar, respeito pela ação do Papa Francisco que sempre foi a favor do diálogo e contra a intolerância e de grande proximidade com as causas da paz e da defesa de direitos económicos e sociais dos excluídos desta sociedade submetido em interesses financeiros, aliás, as suas encíclicas designadamente o Laudato si e Fratelli Tutti constituem um avanço importante na doutrina social da igreja. ----------- A CDU e o Partido Comunista dão aqui a todos os católicos um grande sentimento e um voto sincero de pesar de uma figura ímpar da igreja católica e que fez uma verdadeira revolução na forma de estar e de chegar a todos. ---------- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda Pedro Miguel Sousa da Mota, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e referir que o voto de pesar pela morte do Papa Francisco, concordamos também com esta homenagem, porque reconhecemos a importância do pontífice como líder espiritual, defensor da paz, da justiça social, do diálogo inter-religioso e destacou-se num papel influente a nível global, estando também sempre ao lado dos mais frágeis. Tenho dito. ----------- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN Ricardo Nuno do Nascimento Vieira <u>Cândido</u>, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que o PAN acompanha claramente este voto de pesar. O Papa Francisco deixa-nos um legado de humanidade e compaixão. Esteve do lado do progresso e da paz, procurou combater a pobreza e as desigualdades sociais, abrir a igreja aos desafios do século XXI, desde a crise climática, passando pela defesa da democracia aos direitos dos animais. Disse. ----------- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, queria reafirmar aquilo que os senhores deputados já referiram, portanto nós temos que ver que o Papa Francisco além de um líder espiritual era um líder de um estado, o Vaticano e é responsável por um dos estados com





maior influência diplomática do mundo. É inestimável porque está presente em todos a sua diplomacia na defesa daqueles que ele defendeu, e a expressão mais, o legado de, a expressão que mais ficou foi a expressão que ele utilizou nas jornadas da juventude em Portugal em 2023, todos, todos, todos referindo-se a todos aqueles que muitas vezes estão nas periferias quer da igreja, quer do estado, quer das nações da nossa sociedade e, portanto, deixar aqui reafirmado a sua vocação universal e o seu papel universal enquanto líder espiritual, mas também enquanto estadista, porque ele tem uma dimensão de estadista e de influência diplomática a nível mundial e nós não podemos deixar de reafirmar essa importância e estiveram e tanto assim que estiveram a maioria dos líderes no seu funeral. ----- Dizer também que para além disso, quem estuda a vida dele enquanto cardeal, padre e bispo na Argentina percebe também que ele teve um trabalho que fez com que ele chegasse a este ponto, a este trabalho ecuménico que ele fez. Eu ainda ontem à noite li a Lista de Bergoglio que é um livro muito interessante e aí vêse o trabalho que ele teve enquanto jesuíta na defesa de uma série de padres e de pessoas que eram perseguidas pela ditadura argentina e ele salvou muita gente e, portanto, deixar aqui este, associar-me ao voto de pesar que foi apresentado e realmente perdemos um líder, um líder não só espiritual, mas um líder de um estado que tem uma grande influência a nível mundial na diplomacia e esperemos e que deu uma grande relevância a Portugal, porque veio visitar Portugal duas vezes, há muitos países como Espanha e outros países que ele não fez qualquer visita, temos quatro cardeais e um deles com uma grande importância na cúria romana que é o cardeal Tolentino Mendonça e, portanto, vamos aguardar que o conclave decida o futuro papa e vamos esperar que seja um português e fico por aqui. Muito obrigado. ----------- Penso que não vale a pena pôr à votação, a unanimidade está assegurada e, portanto, este voto de pesar foi aprovado por unanimidade. Muito obrigada. ----------- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação o Voto de

Pesar - "Falecimento do Papa Francisco" - (subscrito pela Bancada da Coligação Portimão Mais Feliz (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança), tendo sido obtido o seguinte resultado: ------

VOTAÇÕES	PS	PPD/PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	3	2	1	1	30
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0

<sup>(\*)</sup> Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). ------

------ O Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade. ------------Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal Isabel Andrez Guerreiro, informou que se seguia

para debate, a Moção - Centro Oncológico do Algarve- (subscrita pela Bancada do PSD), cujo teor se





transcreve na íntegra: « Foi celebrado em abril de 2023 um protocolo entre a Associação Parque das Cidades -
à época presidida por Vítor Aleixo, constituída pelos Municípios de Loulé e Faro, e Centro Hospitalar Universitário
do Algarve, hoje Unidade Local de Saúde, em nome do Estado Português, com vista à edificação de um centro
oncológico de referência no Sul
O Centro em causa deveria estar concluído até ao final de 2024 e serviria os distritos de Faro e Beja, o
que representaria o tratamento de mais de três mil e quinhentos doentes oncológicos por ano
Foi cedido um terreno pelo Município de Loulé para albergar o Centro, sucede que dois anos volvidos, os
serviços da autarquia proferiram um despacho indeferindo a pretensão da construção do centro oncológico com
base, em primeira instância, no facto de o terreno permitir apenas áreas verdes e não, como se designa no
despacho, um centro oncológico
Por outro lado, o projeto apresentado pela ULS Algarve, o qual foi contratado em 2023, extravasava os
limites do terreno cedido. Segundo noticias vindas a publico, o custo da infraestrutura não era de 14 milhões
de euros, como tinha sido publicamente anunciado, mas sim de 50 milhões de euros, dos quais apenas 8 milhões
estariam garantidos
Disto tudo resulta: <u>não há terreno, não há projeto e não há financiamento.</u>
Não obstante desta situação dramática, o qual traduz desleixo e incompetência altamente lesiva ao interesse
do Algarve e dos algarvios, o Governo anunciou que as valências previstas para o centro oncológico que tinha
sido anunciado, mas que nunca avançou, ficariam incluídas no Hospital Central do Algarve, o qual, segundo o
Governo será objeto de lançamento de concurso ainda este ano
De acordo com as normas regimentais em vigor, a Assembleia Municipal delibera:
1- Transmitir ao Governo que, o novo hospital com valências oncológicas é vital para servir condignamente a
região;
2- Saudar o compromisso do Governo de, perante uma situação tão difícil, terem encontrado uma solução, que
se exige que venha a ser posta em prática o mais célere possível;
A presente moção deve ser enviada ao Governo, aos deputados à Assembleia da República eleitos pelo Círculo
Eleitoral de Faro e aos órgãos de comunicação social.»
Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD <u>Vítor Manuel Campos</u>
<u>Couto</u> , que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que enquanto preponentes desta ação e
furtando-se a ler o documento na sua íntegra por uma mera questão de gestão do tempo da sua bancada, o
PSD desde a primeira hora é defensor da instalação de valências na área oncológica no Algarve. Por isso,
consideramos este um investimento estratégico e fundamental para a saúde dos algarvios e dos portimonenses
em particular, sendo necessário para responder a uma lacuna há muito identificada na oferta dos cuidados de
saúde na nossa região, de forma a diminuir os tempos de espera e a necessidade de deslocações dos mesmos.
Pelo que propomos que esta Assembleia delibere o seguinte. «Transmitir ao Governo que, o novo hospital com





valências oncológicas é vital para servir condignamente a região», e «Saudar o compromisso do Governo de, perante uma situação tão difícil, terem encontrado uma solução, que se exige que venha a ser posta em prática de forma o mais célere possível». Muito obrigado. ----------- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, para dizer que o PS aborda esta matéria com toda a cordialidade e preconiza algumas linhas de pensamento que nos parecem de facto essenciais para esta reflexão. ----------- Na pasta da transição do anterior governo para o atual governo em gestão, o novo Hospital Central do Algarve continha um processo já ultimado para ser objeto de concurso imediato. ---------- Ao novo Hospital Central do Algarve e o centro oncológico previstos para a região tinham sido destinados pelo governo no orçamento de estado cerca de dezasseis mil milhões de euros, e abrimos aqui um pequeno parênteses para expressar a nossa incompreensão pelo modo como este processo está a ser conduzido, porque nos assiste a convicção de que embora o atendimento oncológico possa ser feito excecionalmente em hospitais gerais, os centros de oncologia são preferíveis para o tratamento completo e especializado do cancro. ----- Lamentavelmente, face a dificuldades circunstanciais do foro urbanístico, o projeto do Centro Oncológico do Algarve passou à condição de disputa político-partidária com uma hipótese ambígua de vir a ser incorporado no futuro Hospital Central do Algarve no parque das cidades, em vez obviamente de constituir uma estrutura autónoma. E a nossa indignação prossegue e persiste sobretudo porque há projetos que só podem merecer o aplauso dos algarvios indistintamente da sua filiação partidária, e este é seguramente um deles. Se há projetos que deveriam unir de uma forma absolutamente incondicional todas as forças políticas a nível regional, este seguia seguramente um deles. Dizemo-lo com toda a convicção, mas importa esclarecer a que se deve estes condicionalismos urbanísticos geradores da reprovação do projeto de construção do Centro Oncológico do Algarve pela Câmara de Loulé. É público que isso teve a ver com o requisito do aumento de volumetria do projeto, motivado pela necessidade de aprovação de uma nova legislação introduzida no ano transato, legislação essa que passa a obrigar os búnqueres para instalação de equipamentos com emissões de radioatividade nas unidades de medicina nuclear. ----------- É este dado novo dos requisitos dos búnqueres de reserva que os decisores desconheciam que passariam a contabilizar para a volumetria da construção. Esta é a realidade nua e crua deste processo. Este dado novo dos requisitos dos búnqueres suscita uma dificuldade urbanística e questionamos, trata-se de uma dificuldade urbanística insuperável? Longe disso, e a demonstrá-lo está a postura regionalista altamente empenhada quer do Presidente da Câmara de Loulé, quer do Presidente da Câmara de Faro, ao afirmarem na Comissão Parlamentar de Saúde da Assembleia da República a sua disponibilidade, a sua inteira disponibilidade para qualquer alteração que permitisse acolher o centro oncológico. Esta é a verdade nua e crua dos factos. ----------- Em face desta abertura política que é de elogiar, qual foi o motivo porque ainda o não fizeram? Bem, como parte desta dificuldade urbanística superável, porquê então a transformação de uma questão urbanística





num negacionismo político? Porquê? Realmente, o que se presume ter acontecido terá sido um qualquer comissário político que terá tido o atrevimento de desconsiderar o poder autárquico representativo da vontade popular, e nós estamos a falar de um poder autárquico neste caso multicolor, ou seja, de um lado a Câmara de Faro do PSD, do outro lado uma Câmara PS.

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD <u>Vítor Manuel Campos Couto</u>, perante as palavras do líder do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal, cabe-me dizer uma coisa. Nós mais que palavras bonitas, precisamos de alguma ação, e é assim, o governo da AD quando chegou ao poder o que é que encontrou? Encontrou projeto desenvolvido pela ULS Algarve presidido ou nomeado pelo menos o





senhor Presidente, pelo governo Socialista que extravasava o limite do terreno cedido. Por sua vez o Presidente da Câmara de Loulé perante isso, o PS em Loulé chumbou a aprovação do projeto, um projeto que por sua vez não era dezasseis mil milhões, era dezasseis milhões ou perto disso que estava previsto financiamento quando o mesmo custa cinquenta milhões, ou seja, não há terreno, o projeto não serve e não há financiamento. Esta é a realidade, digam o que disserem. Perante isto, o que é que o governo fez? Englobou este projeto no futuro Hospital Central do Algarve que quer lançar ainda a concurso este ano, não é dagui a dez anos, é este ano ao contrário de outros que quando o Hospital Central do Algarve era a terceira prioridade nacional passaram muitos outros hospitais à frente, o governo da AD não o fez e vai finalmente fazer nascer a obra e fazer criar esta valência para o Algarve e para os algarvios. Isto é ação e é isto que precisamos, mais do que palavras, é que todos nós tenhamos direito a uma melhor saúde e acho que todos nós aqui é isso que queremos e é nesse sentido que nós, portanto apresentamos esta moção. Muito obrigado. ----------- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que já muito foi dito sobre esta deliberação, ele pouco acrescentaria, diria sim que passado o impasse inicial, a ULS do Algarve perspetiva e viabilizará integrar o futuro centro oncológico no tão famigerado Hospital Central do Algarve de quem o Partido Chega e outras forças políticas se têm empenhado. ----------- A bancada municipal do Partido Chega viabiliza, incentiva e acompanhará favoravelmente a mensagem desta deliberação. Disse. ---------- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda Pedro Miguel Sousa da Mota, para dizer que só queria relembrar que a tal dita pedra do Hospital Central do Algarve foi posta em 2008 pelo governo de Sócrates e até hoje estamos à espera. Espero bem que não esperemos muito mais tempo por este centro oncológico. Tenho dito e vamos acompanhar esta moção. ----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS José Manuel Figueiredo Santos, para dizer que aprecia com toda a cordialidade a intervenção do senhor deputado Vítor Couto, enfim, e é de forma muito cordial que também defende a argumentação do PS. Obviamente que de uma forma talvez simplista muito linear nós vamos observar então o arranque do concurso pelo governo da AD, o arranque do concurso do novo hospital no próximo ano, mas há aqui uma contradição absolutamente insanável que gostaria que fosse possível que esclarecessem, não é, com rigor e de boa fé como é que de um ano para o outro pegam num projeto e inserem logo outro dentro, dito centro oncológico? Como é que isto é possível? Alguém de boa fé crê nesta possibilidade? Então, leva-se uns anos para conceber um projeto hospitalar de envergadura e milagrosamente de um momento para o outro, enfim, como se tratasse de algo cumulativo, inócuo, aparece um centro oncológico na Betesga, enfim, dentro de um hospital. Como é que isso é possível? Mas alguém pode dar crédito, a menos que haja uma argumentação muito sólida, muito válida para que nós realmente possamos alinhar numa perspetiva destas, e se mais não acontecer o futuro dir-nos-á da razão que nos assiste. Todo o mundo sabe que é inequívoco que





os centros oncológicos devem ser corpos autónomos até pela natureza das suas funções. Portanto, não irei, penso que o Partido Socialista terá em conta que esta proposta não parece séria, não parece ser dotada de qualquer credibilidade, face a esta argumentação bem simples como é aquela que tem a ver com um projeto que afinal está a ser posto em causa por força da integração de um outro no seu seio, ou seja, o PS tem razão quando se quer transformar uma questão urbanística numa questão política. Então se os próprios presidentes da Câmara de Faro e de Loulé anuíram à possibilidade de ir ao encontro das novas exigências, qual é o problema, onde é que está a dificuldade insuperável de se fazer isso em abono dos legítimos interesses dos algarvios? Deixo esta questão que parece de boa fé e pertinente. Muito obrigado. ---------- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD Vítor Manuel Campos Couto, eu volto a dizer que mais que palavras precisamos da ação e, portanto, eu perguntava ao senhor deputado José Figueiredo, pessoa a quem muito admiro também, se ele tem conhecimento de algum parecer médico ou técnico que impeça a solução apresentada pelo governo da AD da incorporação do centro oncológico no Hospital Central do Algarve.-----

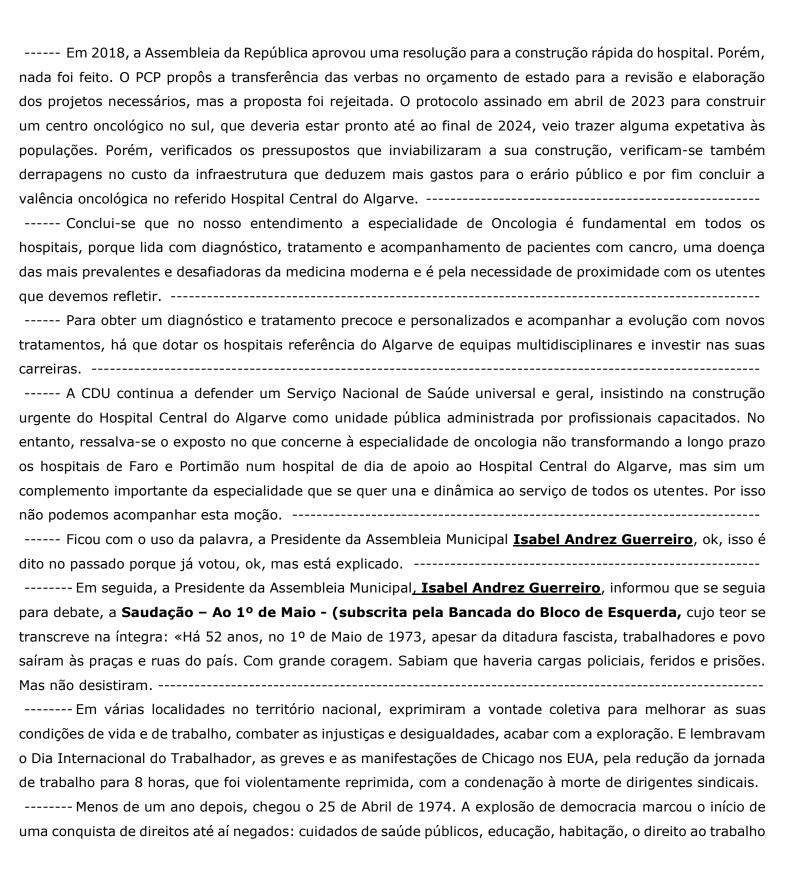
Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a <b>Moção –</b>
Centro Oncológico do Algarve - (subscrita pela Bancada do PSD), tendo sido obtido o seguinte resultado:

VOTAÇÕES	PS	PPD/PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	5	3	2	2	0	1	13
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	1	0	16

(\*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). ----------A Moção foi reprovada por maioria. -----------A Senhora Deputada Municipal Mónica Dias da Coligação "Portimão Mais Feliz" ausentou - se antes do momento da votação. ---------- Ficou com o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira, para dizer à senhora Presidente que gostaria de ler a sua declaração de voto. ------------ Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, ok, então faça favor. É declaração de voto oral, é isso? Faça favor. ----- Ficou com o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira, sim, sim. O Hospital Central do Algarve é um projeto essencial que tem sido por mais de vinte anos, apesar da sua importância para a região adiado. Diversos governos afirmaram a relevância deste hospital, mas não avançaram com a construção. Desde 2002, o projeto enfrenta atrasos, falta de financiamento e ausência de prioridade. ------











e ao salário, o reconhecimento às férias e respetivo subsídio, a proibição dos despedimentos sem justa causa e
a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo nacional
Foi também após esta data que se consagraram o direito à greve, à contratação coletiva e à organização
sindical, bem como uma nova forma de organização dos trabalhadores, as Comissões de Trabalhadores (CT)
Num momento em que, pelos efeitos do aumento do custo de vida, da não reposição de vários direitos
retirados no tempo da troika, dos baixos salários, das novas formas de precarização do trabalho, trabalhadores
e trabalhadoras de todos os setores se têm manifestado pelo trabalho digno e pelo direito à habitação, é mais
que nunca importante assinalar e valorizar o 1º de Maio, Dia Mundial do Trabalhador
E lembrar que o direito a trabalhar, em condições justas e favoráveis, com uma remuneração justa e satisfatória,
que assegure ao trabalhador e à sua família uma existência compatível com a dignidade humana, é um direito
humano
Assim, a Assembleia Municipal da Portimão, reunida em sessão ordinária a 29 de abril de 2025, delibera:
Saudar o $1^{\circ}$ de Maio e nele a coragem de todos e todas, que exigem dignidade, democracia e progresso social,
emprego com direitos, salários e pensões dignas e serviços públicos de qualidade para todos e todas
Saudar as lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores dos setores público, privado e social, por condições de
trabalho dignas, salários justos e contra todas as formas de precariedade ou exploração.»
Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal <b>Isabel Andrez Guerreiro</b> , para dizer que
têm uma apresentação do Bloco de Esquerda e têm também uma apresentação de saudação também da CDU,
pensa que depois poderão discutir, mas utilizando os tempos que têm previstos. Portanto, peço ao Bloco de
Esquerda se quer fazer a apresentação da moção, faça favor
Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda Pedro Miguel Sousa da Mota,
para dizer que vai ler ali dois parágrafos só para situar a saudação do $1^{\rm o}$ de Maio. «Há $52$ anos, no $1^{\rm o}$ de Maio
de 1973, apesar da ditadura fascista, trabalhadores e o povo saíram às praças e ruas do país. Com grande
coragem. Sabiam que haveria cargas policiais, feridos e prisões. Mas não desistiram
Em várias localidades do território nacional, exprimiram a vontade coletiva para melhorar as suas
condições de vida e de trabalho, combater as injustiças as desigualdades e acabar com a exploração. E
lembravam o Dia Internacional do Trabalhador, as greves e as manifestações de Chicago nos EUA, pela redução
da jornada de trabalho para 8 horas, que foi violentamente reprimida, com a condenação à morte de dirigentes
sindicais». Posto isto e para não me alongar muito, assim, «Saudar o $1^{\rm o}$ de Maio e nele a coragem de todos e
todas, exigir a dignidade, a democracia e o progresso social, emprego com direitos, salários e pensões dignas
e serviços públicos de qualidade para todos e todas. Saudar as lutas dos trabalhadores e das trabalhadoras dos
setores público, privado e social, por condições de trabalho dignas, salários justos e contra todas as formas de
precariedade ou exploração»





----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega <u>Mário Nelson de Barradas Espinha</u>, diria que separando as águas, diremos que na esquerda radical os trabalhadores estão constantemente a perder direitos, explorados por um sistema capitalista, predador, logo é preciso resistência organizada. Já na direita liberal, o mundo mudou, os mercados mandam e os direitos têm que se adaptar para não matar o emprego. Logo, é preciso flexibilidade e menos rigidez. Concluindo, diremos que ambas têm pontos válidos, mas raramente ----- Saudar sim o 1º de Maio com índole democrática, dignidade, respeito social e apartidarismo. Disse. -------- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD Vítor Manuel Campos Couto, para dizer que o PSD saúda as trabalhadoras e os trabalhadores portugueses, reconhecendo a importância e o percurso histórico de conquistas e seus direitos laborais. Contudo, também sublinhamos que a criação no emprego quer-se sustentável, exige também políticas económicas responsáveis, um mercado laboral competitivo e uma fiscalidade que estimule o investimento privado e a criação de oportunidades em todos os setores. ---------- Os trabalhadores portugueses sabem que podem contar hoje e sempre com o PSD, e disso é exemplo o acordo plurianual alcançado em concertação social no passado ano, 2024 e que garantem entre outras conquistas aumentos salariais mínimos de duzentos e trinta e quatro euros e vinte cêntimos para o período de 2025 a 2028. Contudo, quero referir que não vamos acompanhar na íntegra esta saudação por um único motivo, o tom ideológico que está presente no texto, mas quero repetir que saudamos e estamos sempre com os trabalhadores portugueses e com o 1º de Maio. Muito obrigado. ----------- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) João Pedro Gonçalves Marques Caetano, enfim, este tipo de saudações e de votos muitas vezes têm aqui uma carga muito pesada em termos ideológicos, mas eu olhando aqui para a redação desta saudação do Bloco de Esquerda diria que nem é o caso, porque do nosso ponto de vista terminar o voto de saudação saudando «o 1º de Maio e a coragem de todos os que exigem dignidade, democracia e progresso social, emprego com direitos de salários e pensões dignas e serviços públicos de qualidade», parece-me que é uma coisa que talvez aqui toda a gente concorde e subscreva, pelo menos nós subscrevemos. Isto parece-me aqui um bocadinho despido de cargo ideológico, enfim, sem prejuízo aqui de um ou outro considerando que está aqui na parte expositiva da moção que até nem é dos piores casos que têm vindo aqui, e depois a luta dos trabalhadores e trabalhadoras de setores público, privado e social por condições de trabalho dignas, salários justos e com tantas outras formas de exploração, enfim, isto é o elementar dos direitos dos trabalhadores sejam eles qualquer orientação ideológica. E depois falar-se aqui em regimes liberais quando quem enche a boca com o liberalismo é tudo menos liberal, parece-nos um bocadinho aqui desfocado da realidade, porque apelar-se ao liberalismo, nomeadamente forças políticas que, enfim, de liberais têm muito pouco, e democráticas se calhar

ainda menos, parece-nos aqui uma coisa, é quase um mundo de pernas para o ar. Isto para dizer que nós não





-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a Saudação
 - Ao 1º de Maio - (subscrita pela Bancada do Bloco de Esquerda, tendo sido obtido o seguinte resultado:

CDU PORTIMÃO VOTAÇÕES **CHEGA** PS PPD/PSD BE (PCP/ PAN TOTAL + FELIZ (\*) PEV) **VOTOS A** 15 0 3 2 2 24 1 **FAVOR** ABSTENÇÕES 0 5 0 0 5 0 0 0 **VOTOS** 0 0 0 0 0 0 0 0 CONTRA

(\*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

------A Saudação foi aprovada por maioria. -------

-----A Senhora Deputada Municipal Mónica Dias da Coligação "Portimão Mais Feliz" havia-se ausentado. ------

-----Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, Isabel Andrez Guerreiro, informou que se seguia para debate, a Saudação – 1º de Maio- (subscrita pela Bancada da CDU (PCP - PEV), cujo teor se transcreve na íntegra: O 1º de Maio é o Dia Internacional do Trabalhador e representa para milhões de trabalhadores um dia de luta, de afirmação dos seus legítimos interesses e aspirações, de exigência do cumprimento dos seus direitos e reivindicações.------

A situação hoje, para milhares de trabalhadores em Portugal, pauta-se por altos índices de pobreza, resultado





do aumento do custo de vida, da perda de poder de compra e, sobretudo, da política de baixos salários praticada
no país;
Neste 1º de Maio de 2025, em que se comemoram 51 anos da revolução libertadora do 25 de, Abril os
trabalhadores, nas suas justas lutas por uma vida melhor, reafirmam a rejeição a uma política contraria aos
seus desígnios, de justiça social e de respeito pelos seus legítimos direitos
Reafirmam a sua disponibilidade para dar continuidade à luta para que se mantenham abertos os caminhos que
Abril abriu, condição única para a concretização do efetivo desenvolvimento do país
Reafirmam a continuação da luta para a melhoria das suas condições de vida e do povo, para o indispensável
aumento geral e significativo dos salários, acompanhado da melhoria das condições de trabalho, nomeadamente
no que diz respeito a horários laborais e ao fim da precariedade
A luta dos trabalhadores passa, também, pelo combate à exploração a que são sujeitos e à consagração da
contratação coletiva, como instrumento de estabilidade, segurança e garantia laboral;
Diariamente, em Portugal e no resto do mundo, os trabalhadores lutam pela valorização do trabalho, pela justa
distribuição da riqueza por eles gerada e pelo necessário investimento nos serviços públicos, pelo acesso a
habitação, pela paz, contra a guerra
A eleita da CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV na Assembleia Municipal de Portimão propõe que
esta Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária no dia 29 de abril de 2025, delibere:
a) Saudar a luta dos trabalhadores em Portugal pela melhoria das suas condições de trabalho e de vida de
valorização e desenvolvimento do País
b) Saudar a jornada de luta do $1^{\circ}$ de Maio, como momento alto da luta de todos os trabalhadores
c)Enviar a presente saudação à Presidência da República, ao Concelho de Ministros, Assembleia da República,
à Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN) e à União Geral de Trabalhadores (UGT) e aos
órgãos da comunicação social.»
Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) Maria de Lurdes Sousa Vales Melo
<b>Nogueira</b> , para dizer que a saudação fala por si, «a situação hoje para milhares de trabalhadores em Portugal,
pauta-se por altos índices de pobreza, resultado do aumento do custo de vida, da perda de poder de compra e,
sobretudo, da política de baixos salários praticada no país». Propomos assim a esta Assembleia que delibere
sobre os pontos constantes nesta saudação
Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD Vítor Manuel Campos Couto,
para dizer que o PSD valoriza a data do 1º de Maio como marca de dignidade no trabalho. Reconhecendo
novamente a importância de lembrar as lutas passadas e atuais, o PSD vai acompanhar esta moção, esta
saudação. Obrigado
Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós
Cidadãos/Aliança) <b>João Pedro Gonçalves Marques Caetano</b> , ó senhora Presidente, era só para dizer que as





VOTAÇÕES	PS	PPD/PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	1	2	1	1	28
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0

(\*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

Bancada da CDU (PCP - PEV), cujo teor se transcreve na íntegra: «Garantir um SNS de qualidade e para todos é possível e é necessário. O SNS é o que melhor serve os portugueses! Por isso mesmo é preciso corresponder às necessidades dos profissionais de saúde e das populações. ------Só com um verdadeiro e considerável reforço do investimento no Serviço Nacional de Saúde, será possível acabar com os inúmeros constrangimentos a que utentes e profissionais estão sujeitos: como a falta de médico de família, os elevados tempos de espera para consultas, cirurgias, tratamentos e exames, a indigna desvalorização dos profissionais, os equipamentos obsoletos e a degradação ou desadequação das instalações que não respondem às dificuldades sentidas no SNS. No entanto, tem sido clara a política praticada por anteriores e atual governos na área da saúde: favorecer o negócio privado e desvalorizar o Serviço Nacional de Saúde, acelerando a degradação anteriormente em curso. Para a população está mais difícil o acesso aos cuidados de saúde. Este governo continuou a degradar o SNS e numa decisão de "última hora" de novas Parcerias Público-Privadas (PPP), que constitui um novo e grave passo na estratégia de ataque e destruição do SNS, comprometendo o interesse público e criando instabilidade agravada na gestão das unidades do SNS. Aproveitando a estrutura criada pelo anterior Governo do PS, que criou as Unidades Locais de Saúde (ULS), o Governo PSD/CDS lançou o processo de privatização da gestão, não só de cinco importantes hospitais do Serviço Nacional de Saúde, mas também das unidades dos cuidados primários de saúde que lhes foram anexadas no





início de 2024. A intenção de privatização dos centros de saúde, significa a privatização dos cuidados para pelo
menos 2,5 milhões de pessoas, cerca de um quarto da população do País
Medidas estas que subordinarão os cuidados primários de saúde aos objetivos de lucro, acentuando a
desvalorização das políticas de promoção da saúde e prevenção da doença, condicionando de forma decisiva a
sua autonomia
A proliferação de PPP é desastrosa e discricionária para o SNS, que foi criado sobre a ideia de uma Saúde
Universal e Geral, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos
A gestão direta do Estado é a única capaz de garantir a inexistência de assimetrias, bem como a que corresponde
a uma melhor gestão da coisa pública nas suas diferentes áreas e dimensões
Atrasos sistemáticos na tomada de decisões capazes de colmatar lacunas e insuficiências no Serviço Nacional
de Saúde, não podem servir como justificação para o caminho da privatização desta importante conquista que
o 25 de Abril trouxe aos Portugueses
A realidade do Algarve, que não se afasta das características de outras áreas do nosso País, destaca-se, no
entanto, pela sua dimensão, não apenas na área geográfica abrangente, mas também no número de habitantes
e por conseguinte no número de utentes inscritos no SNS
A opção pela gestão no modelo de PPP sai mais cara ao Estado, é lesiva para os utentes, fragiliza os direitos
dos profissionais de saúde e fragmenta ainda mais a resposta do SNS
Conhecemos as experiências das anteriores PPP que só serviram para catapultar as empresas do negócio privado
da saúde, e conhecemos o que tem acontecido no Algarve, onde em cada esquina nasceram clínicas e hospitais
privados, onde este negócio se expandiu, fruto das fragilidades do SNS e do pânico gerado às populações
Sustentada no conhecimento da realidade vivida pelos Algarvios, no acesso ao Direito à Saúde, a eleita da CDU
- Coligação Democrática Unitária PCP-PEV na Assembleia Municipal de Portimão propõe que esta Assembleia
Municipal, reunida em sessão ordinária no dia 29 de abril de 2025, delibere:
1. Manifestar junto do Ministério da Saúde a sua recusa perante a intenção do Governo em avançar com a
privatização das ULS
2. Manifestar a necessidade de valorização dos profissionais de saúde, na revisão de carreiras e condições
salariais, melhorando as suas condições de trabalho e sua fixação no SNS
3. Manifestar a necessidade de se defender como prioridade do Estado a continuidade do investimento no SNS
como garantia de Serviço Público e direito da população algarvia ao acesso a cuidados de saúde
4. Manifestar a necessidade de garantir às unidades do Serviço Nacional de Saúde uma gestão pública,
democrática, com autonomia e recursos humanos e financeiros adequados, capaz de responder com qualidade
às necessidades das populações
5. Enviar moção para a Ministra da Saúde em funções, primeiro-ministro em funções, para a ULS do Algarve;
todas as Câmaras e Assembleias Municipais do Algarve, para a Direção Regional de Faro do SEP, para o Sindicato





dos Médicos da Zona Sul (SMZS), para o Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores de Saúde das áreas de
Diagnóstico e Terapeuta, Sindicato dos trabalhadores em
6. Funções Públicas e Sociais do Sul e das Regiões Autónomas e Órgãos de Comunicação Social.»
Ficou com o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) Maria de Lurdes Sousa Vales Melo
<b>Nogueira</b> , garantir um Serviço Nacional de Saúde «de qualidade e para todos é possível e é necessário. O
Serviço Nacional de Saúde é o que melhor serve os portugueses!
Só com um verdadeiro e considerável reforço do investimento no SNS, será possível acabar com os inúmeros
constrangimentos a que utentes e profissionais estão sujeitos
A gestão direta do Estado é a única capaz de garantir a inexistência de assimetrias, bem como a que corresponde
a uma melhor gestão da coisa pública nas suas diferentes áreas e dimensões». Tendo em conta os considerandos
explanados nesta moção, vimos propor que esta Assembleia delibere sobre os pontos constantes da mesma.
Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega <u>Mário Nelson de Barradas Espinha</u> , sobre esta
pretensão, eu diria que, ou diríamos que o Dia Mundial da Saúde é a data preferida dos hipócritas, dia de
discursos bonitos e pomposos, fotos com batas emprestadas e promessas recicladas. Dia em que muitos se
lembram que existe um Serviço Nacional de Saúde, esse mesmo que ignoram, precarizam ou esvaziam nos
tantos trezentos e sessenta e quatro dias do ano
Hoje é dia de ministros que cortam na saúde falarem em valores do SNS, autarcas que fecham centros
de saúde a defenderem a proximidade aos cidadãos, deputados que votam orçamentos com cativações a
colarem-se à luta pela saúde pública, empresas privadas a oferecerem rastreios como se fossem ONG, sindicatos
adormecidos a reaparecerem à fotografia, canais de televisão a mostrarem sorrisos nos hospitais enquanto
escondem as urgências entupidas e os profissionais exaustos. É o dia da grande colagem nacional, onde se
colam todos à ideia de um SNS forte, mas só na teoria. Na prática, é cada um por si e o SNS que aguente
Defender o SNS terá que ser todos os dias, não só quando dá jeito. A bancada municipal do Partido
Chega não celebra, mas sim denuncia. Obrigada
Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS/Nós Cidadãos/Aliança)
João Pedro Gonçalves Marques Caetano, bom, esta moção aqui já é uma questão diferente da anterior, e
esta moção reflete bem a visão da CDU, ou melhor do Partido Comunista Português, melhor dizendo, sobre
aquilo que deveria ser o SNS. Infelizmente, a realidade mostra-nos que esta visão que o Partido Comunista tem
do SNS não serve os interesses dos portugueses, e não serve porque o modelo de gestão pública que o PCP
aqui defende está à vista com os resultados que tem. São milhares e milhares de pessoas sem médicos de
família, por exemplo, sem cuidados primários de saúde que não têm respostas em tempo útil do SNS e eu quero
aqui relembrar uma questão que não é despicienda. Eu não ouvi o Partido Comunista e a CDU defenderem o
SNS nos anos da Geringonça, em que votavam orçamentos do PS, do governo PS, em que votaram orçamentos
do governo PS que traduziam o desinvestimento no SNS, e um esvaziamento em termos de investimento público





no SNS. Eu aí não vi o PCP, a CDU denunciarem a fragilização do SNS, e não vi a defesa do tal modelo público de gestão dos cuidados primários de saúde. Ora, aquilo que o PCP agora aqui verbera, que é as ULS como se fossem a quinta essência da privatização dos serviços de saúde, «ai, ai, ai que vêm aí os privados, ai, ai, ai que vem aí o negócio da saúde, só falta falarem do grupo MEO e da família Champalimaud e por aí fora», que é aquela que cassete habitual do PCP e que nós já sabemos de cor e salteado, só falta isso, não é? Que é o papão, no fundo é o papão e, portanto, isto aqui é uma visão completamente distorcida da realidade, e é a visão que o PCP não quer porque é a visão anti-estatista, porque a visão estatista não serve os interesses das populações e está demonstrado no dia-a-dia, infelizmente está demonstrado e, portanto, não havendo capacidade do estado a oferecer esse Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente ao nível dos cuidados primários de saúde que é isso que está aqui em causa, e as ULS são uma resposta a nível de cuidados primários. O governo fez e bem este modelo que vai defender os interesses das populações e vai, contrariamente àquilo que o PCP diz, vai reforçar o SNS. Disse. ---------- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira, eu só quero esclarecer o senhor membro desta Assembleia João Caetano, que foi precisamente uma das causas de não termos apoiado o Partido Socialista, foi precisamente a saúde. Sim senhor, desculpe lá, naquela altura, mas depois... sim, sim, mas com divergências, percebe? Agora, o senhor é que, pronto, olhe vamos ver, vamos ver e depois fala-se. ----------- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD Vítor Manuel Campos Couto, o PSD partilha a preocupação com o Serviço Nacional de Saúde e apoiamos o reforço do financiamento público para melhorar o acesso e a qualidade, a qualidade dos cuidados, conforme é possível verificar que o orçamento de estado para a saúde aprovado para o ano 2025 cresceu sete vírgula dois por cento em relação ao ano anterior, passando a prever uma despesa consolidada para dezassete mil milhões de euros, dos quais catorze mil milhões serão destinados ao Serviço Nacional de Saúde, ou seja, oitenta e dois por cento está destinado ao Serviço Nacional de Saúde. Contudo, permitam-nos discordar da leitura aqui trazida pela CDU de que qualquer parceria público-privada é inerentemente má e danosa para os interesses dos portugueses. ----- Apoiamos modelos mistos que tragam inovação e eficiência ao SNS, sem pôr em causa nunca o princípio da saúde universal. O que os portugueses precisam é de acesso a mais e melhores cuidados de saúde, sejam eles públicos ou privados. ----------- Devido à questão ideológica vertida neste documento contra algumas daquelas que consideramos fazerem parte da solução para a resolução dos problemas na área da saúde e só por esse motivo, somos obrigados a votar contra este documento. Muito obrigado. ----------Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Moção –** Comemorar o Dia Mundial da Saúde defendendo o SNS! - (subscrita pela Bancada da CDU (PCP -PEV), tendo sido obtido o seguinte resultado: ------





VOTAÇÕES	PS	PPD/PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	2	1	1	19
ABSTENÇÕES	0	0	3	0	0	0	0	3
VOTOS CONTRA	0	5	0	2	0	0	0	7

(\*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----------A Moção foi aprovada por maioria. ------------A Senhora Deputada Municipal Mónica Dias da Coligação "Portimão Mais Feliz" havia-se ausentado. ---------Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a Moção - No quinquagésimo primeiro aniversário da Revolução - Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático - (subscrita pela Bancada da CDU (PCP - PEV), cujo teor se transcreve na íntegra: « No dia 25 de Abril de 1974 foi derrubado o regime fascista, e iniciou-se uma Revolução libertadora que devolveu a liberdade e a democracia ao povo português.-----Revolução que lançou as sementes para que florescesse uma vida com a dignidade e justiça de que o povo português foi privado durante longos 48 anos. ------Por isso mesmo, não há faceta ou pormenor que o resumam – a revolução foi, no seu desabrochar imediato, uma explosão de liberdade, é certo, mas que não perduraria se, de imediato nuns casos, noutros a breve trecho, não se imprimisse em todos os demais aspetos da vida, a marca intemporal que lhe garantiu e garante sustentação.-----Às operações programadas e depois executadas, naquela madrugada, pelos Capitães de Abril, que desarmaram e apearam o regime opressor, associou-se o povo nas ruas e praças, gente, que pela primeira vez nas suas vidas se sentiram verdadeiramente cidadãos, livres, com o poder efetivo de mudar o rumo do seu país. ------O golpe militar transformou-se em revolução a mais humana, bela, grata e corajosa revolução, que por direito próprio ficou e permanece na nossa história contemporânea. -----Liberdade de pensamento e de expressão, mas também liberdade de organização e de luta. Luta por mais pão, luta por saúde, educação, habitação, justiça para todos, pela Paz e cooperação entre os Povos. Com avanços e recuos, melhores ou piores resultados, mas sempre em confronto com as ideias e as práticas do passado e quase sempre em rutura total com elas. ------O que está por cumprir ou realizar não é responsabilidade de Abril mas dos que nunca se conformaram com o que teve de mais avançado, transformador e progressista e tudo têm feito para empobrecer ou mesmo amputar expressões dessa dimensão. ------Comemorar Abril exige afirmar o que a Revolução representa e expressa enquanto processo libertador com profundas transformações na sociedade portuguesa e um dos mais altos momentos da vida e da história do





povo português e de Portugal
Celebrar Abril é evidenciar o que foi o fascismo e combater o seu branqueamento, é destacar a luta antifascista,
pela liberdade e a democracia
Celebrar Abril é assinalar o seu sentido transformador e revolucionário, não rasurar a memória coletiva que o
envolve, afirmar o caminho que o tornou possível, rejeitar as perversões e falsificações históricas, denunciar os
que o invocam para o amputar do seu sentido mais profundo, sublinhar o que constitui hoje de valores e
referências para um Portugal desenvolvido e soberano que décadas de política de direita têm contrariado
Por mais que reescrevam, Abril foi uma revolução, não uma "evolução" ou "transição" entre regimes, um
momento e um processo de rutura com o regime fascista, o derrube do fascismo e do que o suportava
Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela
democracia e liberdade de comunistas e de outros democratas, de uma intensa luta de massas da classe
operária, da juventude, do povo
Comemorar Abril, é assinalar e afirmar o Poder Local democrático como uma das suas conquistas e pilar de
sustentação
Foi pela ação revolucionária e transformadora das populações que o aparelho fascista de administração local foi
substituído por órgãos de poder provisórios, legitimados pelas populações, e, consequentemente, se desenhou
um poder autónomo novo que veio a merecer consagração na Constituição da República
Comemorar Abril é defender e valorizar o poder local e a sua autonomia, financeira e administrativa, hoje
ameaçada, pelo subfinanciamento associado a uma transferência de encargos, pela ingerência tutelar e de
mérito, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções de terceiros
Comemorar Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de
regiões administrativas completando assim o edifício do poder local com o nível regional a par dos municípios e
freguesias que está por cumprir
Comemorar Abril é afirmar e defender o Poder Local no que tem de mais avançado e democrático nas suas
expressões de participação, pluralidade e congenialidade
O Poder Local Democrático continua vivo e com energia bastante para resistir e se regenerar se essa for a
vontade dos que, nos seus órgãos, se dedicam à causa pública e se souberem juntar-lhe as muitas mil vontades
das populações que representam
A eleita da CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV na Assembleia Municipal de Portimão propõe que
esta Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária no dia 29 de abril de 2025, delibere:
1 Saudar o 51º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais,
culturais e políticas que o materializam;
2 Reafirmar o espírito de serviço público que, há 51 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a
condução das políticas locais a benefício das populações e cuja ação deixou marca indelével no Poder Local;





3 Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando Abril;
4 Exigir a criação das regiões administrativas sem mais demoras;
5 Exortar a que os órgãos representativos da autarquia contribuam para afirmar os valores de Abril e as suas
conquistas e transmitir às novas gerações o que ela representou de ato de emancipação, democracia e liberdade.
6 Enviar esta moção a todas as Assembleias Municipais do Algarve, à Presidência da República, e aos órgãos da
comunicação social.»
Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia <b><u>Isabel Andrez Guerreiro</u></b> , para dizer que não
sabe se a senhora deputada quer apresentar. Pronto, então não querendo apresentar, recebo intervenções de
outros partidos obviamente
Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós
Cidadãos/Aliança) <b>João Pedro Gonçalves Marques Caetano</b> , para pedir um esclarecimento, aqui o ponto
quatro na parte expositiva, fala na «exigência de criação das regiões administrativas sem mais demoras». Eu
queria que a signatária da moção esclarecesse qual é o modelo de regionalização que a CDU e o PCP defende.
Era isto só
Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal <b>Isabel Andrez Guerreiro</b> , para
dizer que está respondido. Senhor deputado, está respondido, o tema da regionalização daria para muitas
sessões ordinárias só esse tema, mas pronto dentro daquilo que são as limitações, a senhora deputada
respondeu. Não sei se há mais alguma intervenção.
Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a <b>Moção –</b>
No quinquagésimo primeiro aniversário da Revolução - Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder
local democrático - (subscrita pela Bancada da CDU (PCP-PEV), tendo sido obtido o seguinte resultado:
CDII

VOTAÇÕES	PS	PPD/PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	1	1	29
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0

(\*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). ------------A Moção foi aprovada por unanimidade. ------

-----A Senhora Deputada Municipal Mónica Dias da Coligação "Portimão Mais Feliz" havia-se ausentado. -----

-----Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, Isabel Andrez Guerreiro, informou que se seguia para debate, a Proposta de Recomendação - 1 de Janeiro de 2025 entrada em vigor da Recolha Seletiva de Têxteis - (subscrita pela Bancada da CDU (PCP - PEV), cujo teor se transcreve na íntegra: « A recolha seletiva de têxteis é um sistema que visa separar os resíduos têxteis (como roupas, tecidos e outros





materiais) de outros tipos de resíduos. O objetivo é garantir que esses materiais sejam reutilizados ou reciclados
de forma adequada, reduzindo o desperdício e os impactos ambientais
Já em 2020 os números da União Europeia apontavam para que cada pessoa consuma 6,1 quilos de têxteis e 6
quilos de vestuário por ano, sendo que os resíduos têxteis representavam 12,6 milhões de toneladas por ano,
a maioria dos quais era incinerada ou acabava em aterro, e apenas 38% dos mesmos eram recolhidos
separadamente
A Estratégia da União Europeia em prol da sustentabilidade e circularidade dos têxteis, apresentada pela
Comissão Europeia em 30 de Março de 2022, refere que o consumo europeu de têxteis tem o quarto maior
impacto no ambiente e nas alterações climáticas (a seguir aos alimentos, à habitação e à mobilidade), sendo,
além disso, o terceiro em termos de utilização dos recursos hídricos e dos solos e o quinto em termos de
utilização de matérias-primas primárias e de emissões de gases com efeito de estufa
Em Portugal, no ano de 2021, segundo dados da Agência Portuguesa do Ambiente, eram deitadas ao lixo mais
de 230 mil toneladas de roupa por ano
A partir de 1 de janeiro de 2025, entrou em vigor a diretiva europeia (UE 2018/851) que obriga os Municípios
à recolha seletiva de resíduos têxteis
De modo a cumprir a diretiva, o Regime Geral da Gestão de Resíduos (RGGR) estabeleceu que até 1 de janeiro
de 2025, as entidades responsáveis pelo sistema municipal de gestão de resíduos urbanos disponibilizem uma
rede de recolha seletiva para os resíduos têxteis
Acontece que até à presente data não é do conhecimento público que a Câmara Municipal de Portimão tenha
dado cumprimento à diretiva europeia, pelo que de acordo com o estipulado na lei 75/2013, de 12 de setembro,
no seu ponto 2 determina que compete à Assembleia Municipal acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara
Municipal, pelo que a Eleita da CDU - Coligação Democrática Unitária PCP - PEV propõe que a Assembleia
Municipal de Portimão reunida a 29 de abril de 2025 delibere:
Recomendar à Camara Municipal de Portimão que:
1- No mais breve espaço de tempo possível remeta à Assembleia Municipal de Portimão, informação justificando
documentalmente os motivos pela qual não foi dado cumprimento à diretiva europeia (UE 2018/851), que
determinava o início da recolha seletiva de têxteis em 1 de janeiro de 2025
2- Dar conhecimento desta proposta aos órgãos de comunicação social.»
Ficou com o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) <u>Maria de Lurdes Sousa Vales Melo</u>
Nogueira, para dizer que queríamos esclarecer que colocamos esta moção, uma vez que não temos qualquer
informação por parte da EMARP acerca, de estar ou não a cumprir esta diretiva europeia devido a isso, foi essa
a razão que nos levou a trazer aqui esta recomendação. Se alguém nos pudesse responder acerca desta questão,
agradecíamos





----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que essa é uma interpelação ao executivo, não sabe se o senhor Presidente quer fazer alguma intervenção. ------ Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS José Manuel Figueiredo Santos, dir-se-ia que a questão da CDU tem efetivamente a sua pertinência. O que acontece efetivamente, é que nem tudo aquilo que é legal é legítimo sob o ponto de vista da sua exequibilidade. Vale dizer o seguinte, é que de facto não existe ainda uma estratégia estruturada que contemple a instalação de contentores na via pública para este tipo de fluxos. Daquilo que se depreende do contacto havido com a EMARP nesse sentido, percebe-se que não é efetivamente uma atividade economicamente sustentável, do ponto de vista ambiental também não é, porque isso implicaria de facto a criação de circuitos de recolha, acréscimo de viaturas e de recursos humanos que de todo em todo não se configuram possíveis. Qual a visão que a EMARP tem realmente para ultrapassar e para mitigar este problema. ----------- Aquilo que nos foi oferecido, foi a ideia de que a gestão dos resíduos, deste tipo de resíduos de têxteis que já é feita, já é praticada por algumas instituições privadas, portanto de natureza social, e é feita e no âmbito dessa gestão há efetivamente a ideia de que esses resíduos podem ser objeto dessa gestão ao nível de um ecocentro móvel, ou seja, isto permitirá de facto uma recolha mais económica e mais eficiente com incidência obviamente nos processos, na efetivação dos processos de reciclagem. Portanto, é esta de facto a nota que nós temos e que damos, enfim, como razoável, de bom senso, no sentido efetivamente de se tentar dar cobertura ao que não parece muito expressivo senão em termos da complementaridade que é possível dotar esta atividade por parte da EMARP. Portanto, não há da parte da EMARP qualquer resistência a este nível, portanto a EMARP vai procurar ir ao encontro, enfim de soluções que lhe parecem efetivamente mais, enfim, do ponto de vista económico mais interessantes e mais eficazes, e é isto que digamos de certa maneira é a trajetória atual desta problemática, e que, enfim, o PS concorda com a mesma, partindo do pressuposto que há aqui digamos muito bom senso na sua aplicação. Disse, senhora Presidente, muito obrigado. ----------- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, sobre esta recomendação, eu diria que em Portimão, como em outros municípios, enfrentam desafios semelhantes. A falta de financiamento específico tem dificultado a criação de infraestruturas. A ANMP tem alertado essa insuficiência para se cumprir as metas europeias da reutilização e reciclagem desses resíduos urbanos. Disse. ------------- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD Américo Leonor da Conceição Mateus, o PSD queria só trazer aqui mais do que palavras bonitas como dissemos, dados concretos. Relativamente agui ao esclarecimento e à recomendação, isto é muito mais do que está por trás do que apenas a instalação dos elementos de recolha. ----------- As normativas europeias, e eu vou falar com dados da normativa europeia, a normativa europeia quando diz para se fazer recolha, pressupõe que já está um ecossistema local, regional e nacional preparado para aquilo





que é a economia circular e para aquilo que é a revitalização e a reutilização das matérias-primas no circuito produtivo. Ora Portugal, zero. O Algarve menos zero, Portimão não pode fazer diferente. ----------- Relativamente a o que é que estamos aqui a falar? Estamos aqui a falar de que é feita a recolha para podermos utilizar técnicas diferentes para separar as matérias-primas e entrar no circuito produtivo e para não ser aqui vasto há mais coisas, mas se tiverem dúvidas posso ajudar a esclarecer mais. Essencialmente para ajudar ao descarte, no sentido de garantir que aquilo que é poluente não volte ao sistema. Agora, se o Algarve não quer fazer nada relativamente a novas fontes de energia e não quer fazer nada relativamente àquilo que é preciso instalar para ter a capacidade que a tecnologia e a inovação já têm para recuperar absolutamente e não deixar nada que possa poluir o ambiente, portanto isto estamos a anos luz, e só para vos dar aqui o exemplo, para não ser exaustivo como disse, mas posso ser, para vos dar aqui o exemplo, também já não devíamos ter Landfill, já não devíamos ter lixeiras públicas há mais de quatro anos, e nós não só não temos como estamos a construir mais a nível regional. ----------- O que se pede aqui mais da recomendação é que a Câmara Municipal de Portimão seja uma voz ativa disto e não é dizer que não tem dinheiro para instalar ou que não faz sentido instalar. É dizer é que o Algarve que é gerido há séculos pelo PS, a CCDR e a AMAL passem a fazer aquilo que a União Europeia são as diretivas e pouco recebem o dinheiro, acabem com as lixeiras e comecem a fazer as coisas que são precisas fazer para passarmos pela monitorização verde e para termos sustentabilidade. Tudo o resto é blá, blá, blá e incluindo aqui uma segunda via que é, é preciso ter uma visão local, regional e nacional, mas eu quero é local e regional sobre inovação e tecnologia. Ora, estamos aqui a falar de centros de conhecimentos que precisam de ser criados para inovar e construir as tecnologias para poder fazer isso aqui no local e na região. Ora, oiço falar aí em campos, oiço falar aí em centros para quê? Quando aqui foi dito que era preciso é saber para que é que é preciso inovar no local. Isto é uma coisa que é preciso inovar no local que é para nós podermos ser líderes nesta questão da reciclagem e de não deixarmos nada que possa poluir mais o ambiente e que se possa retrazer os materiais para o sistema produtivo. É isto que Portimão e a Câmara de Portimão devia de estar a fazer do que fazer anúncios de campos e de centros tecnológicos sem saber o que é que o campus ?? impercetível?? municipal do Algarve faça. Portanto, disse. ------

VOTAÇÕES	PS	PPD/PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	5	3	2	2	1	1	14
ABSTENÇÕES	15	0	0	0	0	0	0	15

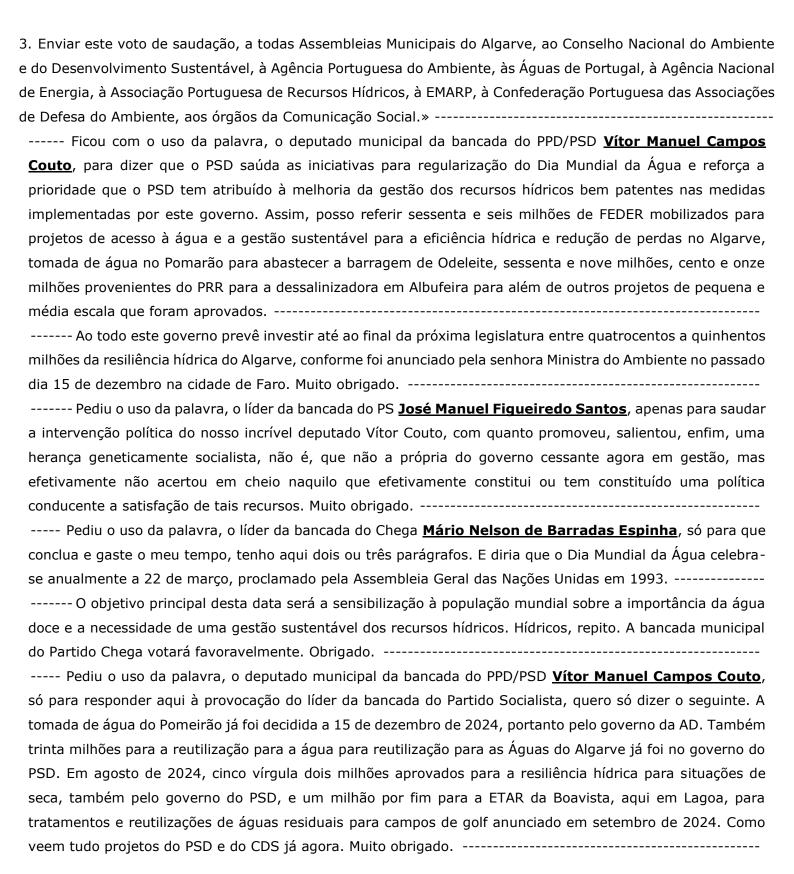




	VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	
(*) Colig	(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)									
<b>A</b> l	Proposta de Rec	comendação	o foi apr	ovada po	or maioria				<b>-</b>	
A Senhora Deputada Municipal Mónica Dias da Coligação "Portimão Mais Feliz" havia-se ausentado										
Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal <u>, <b>Isabel Andrez Guerreiro</b></u> , informou que se seguia										
para debate, a Saudação - Dia Mundial da Água- (subscrita pela Bancada da CDU (PCP - PEV), cujo										
teor se transcreve na íntegra: «No passado dia 22 de março assinalou-se o Dia Mundial da Água, que tem por										
objetivo principal sensibilizar para a importância da água doce, visando promover a sua melhor gestão e uma										
utilização sustentável deste recurso natural										
Este ano o tema foi dedicado à preservação dos glaciares, que desempenham um papel vital na garantia de água										
potável, agricultura, energia e ecossistemas globais										
Nesta data, pretendeu-se dar destaque aos desafios do derretimento acelerado dos glaciares, impulsionado pelas										
mudanças climáticas, que conduz à alteração dos fluxos de água e que coloca milhões de pessoas e ecossistemas										
em risco de cheias, alertando para a urgência da sua preservação e a necessidade de reduzir as emissões de										
gases com efeito de estufa										
Não sendo a preservação dos glaciares apenas uma questão ambiental, representa também um fator para a										
estratégia de sobrevivência, por afetar diretamente a saúde, o desenvolvimento económico e a equidade social,										
concorrendo a desejável mobilização global para a preservação dos glaciares para proteger o nosso futuro										
Sendo a Água um recurso estratégico para a humanidade que, alem de manter a vida no planeta Terra, permite										
sustentar a biodiversidade, a produção de alimentos, de ser o suporte de todos os ciclos naturais, mantendo uma										
importância ecológica, económica e social, o direito do acesso humano à água e ao saneamento é hoje consagrado									agrado	
como tal, tanto pelas Nações Unidas, como pela Constituição da República Portuguesa que determina, no seu										
artigo 84°, ´´ ser a água pertença do domínio público.´´ Com efeito, perante os objetivos do desenvolvimento										
sustentável, apenas a gestão publica garante o seu acesso universal, como um direito humano inviolável										
Considerando que ao longo de sucessivos anos se tem vindo a verificar que a diminuição da precipitação média										
anual vem promovendo secas mais frequentes e prolongadas, inclusive em Portugal (e com maior incidência no										
Algarve) , e que o problema da escassez de agua, que se tem feito sentir em grande parte do território nacional										
nos últimos anos, se traduz em situações de seca extrema, deve conduzir a uma gestão de forma integrada e										
sustentável deste recurso natural ao longo do seu ciclo urbano										
Face ao exposto a eleita da CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV na Assembleia Municipal de Portimão										
propõe que esta Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária no dia 29 de abril de 2025, delibere:										
1. Saudar as iniciativas de divulgação do Dia Mundial da Água										
2. Incentivar a promoção de campanhas de sensibilização para o uso sustentável dos recursos hídricos										
disponíveis, em particular do consumo racional de água potável										











-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a Saudação - Dia Mundial da Água - (subscrita pela Bancada da CDU (PCP - PEV), tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	1	1	29
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0

(\*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). ------------A Saudação foi aprovada por unanimidade. -------------A Senhora Deputada Municipal Mónica Dias da Coligação "Portimão Mais Feliz" havia-se ausentado. ----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, agora, para abrir o apetite para a informação escrita do senhor Presidente, e eu ainda não informei os senhores deputados municipais e penso que o executivo também, da distribuição pelo nosso colega deputado e Primeiro Secretário, hoje secretário em substituição, em representação da confraria da sardinha de Portimão, é a edição de um livro Portimão Terra da Sardinha, com o alto patrocínio da Câmara Municipal de Portimão, que foi lançado ontem no museu de Portimão com a apresentação do senhor deputado Júlio Ferreira, Presidente da confraria e do senhor Presidente da Câmara Municipal e, portanto, é uma oferta que foi feita. ----------- Interveio o líder da bancada do Chega <u>Mário Nelson de Barradas Espinha</u>, para dizer que não foi ontem, foi anteontem. ----------- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que foi anteontem. Eu como digo ontem com o apagão hoje apaguei qualquer coisa, apaguei, mas os senhores deputados posso contar com a vossa benevolência, mas as coisas afetam-nos e, portanto, não é por aquilo que trabalhei hoje, por acaso trabalhei bastante, mas não é por isso, é mesmo porque estou assim hoje, amanhã virei de outra forma certamente e, portanto, só para vos dizer que é uma distribuição que foi feita, com a minha autorização obviamente, mas que é uma oferta da confraria com o alto patrocínio da Câmara Municipal de Portimão. ----------Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, <u>Isabel Andrez Guerreiro</u>, informou que se seguia para apreciação o ponto 3- APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO nos termos do artigo 25º nº. 2, alínea c) da Lei 75/13 de 12 de Setembro. ------

------Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila, que começou por cumprimentar todos os presentes, e referir que quer em primeiro lugar da





informação escrita não estando na informação escrita falar do dia de ontem. E falar do dia de ontem é falar de um dia que ninguém estava à espera, mais uma prova de resiliência que fomos todos sujeitos e queria mais do que tudo agradecer o trabalho que foi desenvolvido pela Proteção Civil Municipal, com os nossos bombeiros, Cruz Vermelha, ação social da Câmara Municipal de Portimão, à EMARP, ao DOGEP, à informática também do município que muito fizeram para que as comunicações continuassem todas. Queria agradecer à PSP, à GNR, aliás, foi um trabalho conjunto como em Portimão se faz sempre com a Proteção Civil e foi isto que ontem se viu mais uma vez porque eram quinze horas, já estávamos, a comissão já estava toda reunida. Depois, ficámos com a comissão mais restrita, para assegurar que a nível de segurança do município fosse toda também alinhavada, que não sabíamos quantas horas é que íamos continuar com o apagão e tivemos da parte da GNR e da PSP toda essa disponibilidade, assim como da polícia marítima. Também tivemos sempre a EMARP, a preocupação era a falta de água e conseguirmos manter água no município não sabendo também quantas horas é que íamos estar sujeitos à falta de energia e por isso tenho que enaltecer todo este trabalho e tenho que enaltecer porque só fomos todos descansar já passava da uma e meia da manhã quando a energia tinha sido toda reestabelecida em Portimão e não havia problema nenhum nos nossos postos e, portanto, estava tudo assegurado, mesmo assim a PSP e a GNR as equipas estavam reforçadas e continuaram no terreno e continuaram com o trabalho todo que foi desenvolvido. Ficamos com algumas lições aprendidas desde ontem, como comunicar com os cidadãos, porque a net caiu várias vezes, voltava e depois voltava a cair e, portanto, hoje já fizemos um levantamento de todas estas necessidades para começarmos já a pôr em prática e prepararmos um futuro, porque não sabemos quando é que podemos estar sujeitos a outra situação destas e não queremos que o município falhe como não tem falhado noutras situações de exceção e, portanto, queremos estar sempre na linha da frente, e é isto que vamos continuar, aliás ontem com o meu executivo todo estivemos todos no quartel dos bombeiros, ainda com a Proteção Civil e a Cruz Vermelha e gostava de salientar isto, porque vi uma enorme disponibilidade de todas as pessoas, aliás, já nem era para estar tanta gente de serviço e continuavam lá todos de serviço, portanto tenho que manifestar essa disponibilidade e este agradecimento agora como Presidente do município. ----- ---

----- Depois, senhora Presidente passando à informação do Presidente, gostava de tocar aqui nalguns pontos que para mim foram essenciais agora com esta função e no trabalho que temos feito. Chamaria a atenção para o espaço jovem e com um circuito de manutenção no Portimão Arena, um espaço há muito desejado e que para mim é um enorme orgulho ter feito parte também disto, porque é um espaço que é necessário mesmo para os jovens em Portimão e, aliás aqui com a senhora Vice-Presidente é um espaço, já tem uma ocupação com uma grande, grande percentagem de dias já todos ocupados com as nossas associações e com os nossos jovens. -

----- Depois, a reabertura do parque da juventude, um espaço, não tenho problema nenhum de o dizer que já devia de estar há muito concluído, tivemos vários problemas no concurso, o que interessa agora foi





encontrada a solução e o parque da juventude está com novas modalidades, novos circuitos abertos já aos
nossos jovens também e, portanto, mais um passo que foi dado
Depois, temos vários, aliás foi um milhão em passeios, em novos passeios para o município de Portimão,
passeios estes que também já deviam de estar feitos há muito, mas o que queremos agora é deixar sempre no
orçamento uma verba que vai contemplar todos os anos novos passeios no município de Portimão. Quando falo
no município, falo Alvor, Mexilhoeira e na freguesia de Portimão
Requalificação das vias e novas pavimentações que estão em curso também, queríamos que já tivessem
terminado, mas este ano ainda bem que a chuva veio ajudar também e, portanto, quando chove não se pode
colocar o tapete nem fazer a repavimentação. Tem atrasado, mas vamos continuar com as repavimentações
que temos que as fazer e vamos continuar.
Depois, também vamos ter mais parques infantis, já temos mais dois nesta informação do Presidente,
foram também com protocolos com as Juntas de Freguesia e estamos neste momento a terminar mais dois
também com a Junta de Freguesia de Alvor.
A finalização de vários projetos, obras muito importantes como é o caso na V2 e que este mês ou no
próximo mês irá ainda à reunião de Câmara para a abertura do concurso
Início da obra da estrada entre o Retail Parque e a zona industrial, obra já adjudicada, mas como a
empresa é a mesma que está a fazer também, que ganhou também para fazer pavimentações, preferimos que
neste momento esteja a fazer pavimentações no centro da cidade e depois logo irá para a obra para esta estrada
que eu vos falei
O concurso também do gimnodesportivo da Quinta do Amparo, concurso que já está aberto e estamos à
espera que feche dia 15, acho que é dia 15 de maio para entrega das propostas.
Também quero salientar aqui que quisemos que os agrupamentos escolares tivessem mais autonomia e,
portanto, com a assinatura dos contratos-programa e autonomia das direções dos nossos agrupamentos
escolares
Foi uns três meses de muito trabalho, de muito empenho. Quero agradecer a todos, porque o pessoal
desta autarquia mesmo sendo poucos, sempre mostrou uma grande capacidade de entrega e uma grande
disponibilidade. Mesmo a nível do urbanismo tem sido esse o trabalho que tem sido feito, porque sei que não é
fácil, sei que desde há dez anos para cá temos menos catorze pessoas no urbanismo, portanto uma cidade que
tem crescido e a nível do urbanismo tem muito menos técnicos e, portanto, temos que reforçar esta incapacidade
também e é isto que vamos fazer. O município com a entrada em vigor e com as novas competências que
assumiu, os nossos recursos humanos também estão muito desfalcados e por isso também trago aqui. Os
nossos recursos humanos neste momento, o trabalho maior que têm é ser na área da ação social e da educação,
e é este o trabalho que têm feito mais. São áreas que temos que aumentar o número de colaboradores neste
município, sem isto não vamos conseguir dar a resposta atempada a tudo o que queremos fazer e a tudo o que





o município necessita. Portanto, senhora Presidente a partir deste momento estou à disposição para as perguntas dos senhores deputados. ------

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal Isabel Andrez Guerreiro, dar também um esclarecimento, houve os membros da Assembleia Municipal ontem que também na reunião da Assembleia Intermunicipal participaram desta, portanto o senhor deputado Pedro Mota, senhor deputado João Caetano, eu própria e a senhora deputada Marina Esteves, que estivemos numa reunião que não saberíamos como é que iria decorrer, mas que nos deslocamos para lá para aprovar documentos que são estruturantes para a Assembleia, para a AMAL, uma vez que tínhamos que aprovar além do documento de prestação de contas que iria também a tribunal de contas, teríamos que aprovar alguns documentos de despesa plurianual sem a qual não seria depois possível lançar um novo contrato de concessão de transporte público a nível do Algarve e, portanto, também fizemos de alguma forma esse trabalho sem saber bem o que é que iríamos encontrar, mas todos nos deslocámos e fizemos a aprovação que tinha que ser feita e, portanto, dar também uma nota, mas saber que, mais uma vez saudar o poder local e saudar neste caso o trabalho que todos fizeram, o senhor Presidente da Câmara, os senhores vereadores e todos os trabalhadores envolvidos, porque aquilo que nós vivemos ontem é absolutamente excecional e, portanto, foi uma prova que foi posta, vamos tirar algumas ilações como o senhor Presidente já referiu e, portanto, vamos continuar essa discussão, porque um país ficar sem rede de energia durante bastantes horas como aconteceu é de facto algo que deve ser pensado e deve ser pensado por todos, porque realmente põe em causa a nossa soberania. E agora punha à discussão aos senhores deputados. Façam favor. -------deputados. Façam favor. ------

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, eu ouvi com atenção o que o senhor Presidente disse, nomeadamente em relação aos acontecimentos de ontem, mas não ouvi nenhuma referência àquilo que se passou no hospital do Barlavento e as informações que tenho e já cruzei informações de várias fontes, é que houve uma falha, enfim, notória no funcionamento do hospital ontem com o disparo tardio do gerador e com a colocação em causa de uma série de atos médicos, nomeadamente urgências, cirurgias, etc. nomeadamente atendimentos de urgência e atos de urgência que não foram possíveis graças a essa falha e, portanto, enfim, acho que era, queria que o senhor Presidente aqui também nos dissesse alguma coisa sobre isso, porque daquilo que ouvi preocupou-me seriamente e pensando até numa situação mais grave até de catástrofe, se na situação de ontem o hospital não conseguiu dar resposta e ter condições para assegurar a continuação dos tratamentos e do atendimento aos doentes, nomeadamente urgentes, se calhar temos que pensar numa situação ainda mais grave, porque ninguém está livre de acontecer uma calamidade, um sismo, por exemplo, todos sabemos o risco da nossa zona, portanto de um momento para o outro pode acontecer, mas oxalá que não, mas pode acontecernos e se um equipamento com a importância do hospital não está preparado para dar uma resposta efetiva,





acho que se calhar é altura de olharmos para ver o que é que se passa, porque não podemos estar aqui sujeitos a que essa resposta não ocorra. ----------- Depois, relativamente aqui à informação, tinha aqui algumas questões. Começando aqui pela página vinte e três, fala-se aqui no acompanhamento do programa de refeições escolares e eu perguntava diretamente se a Câmara Municipal de Portimão fiscaliza de alguma forma ou acompanha a qualidade das refeições escolares nos estabelecimentos de ensino, porque tenho nota de em mais do que um agrupamento de escolas de queixas relativamente à qualidade das refeições que são ministradas. O senhor Presidente está a dizer que não, se calhar não almoça lá e eu tenho nota de alguns alunos que se queixam da qualidade das refeições. ----------- Página setenta e quatro, a referência que vem aqui em relação ao programa de apoio à aquisição de bicicletas é recorrente, é que está a aguardar a validação jurídica do regulamento, já não é creio que a primeira vez, creio que será a segunda vez que vem a mesma informação e perguntava o que é que se passa com esta situação,---------- Depois, obras. Ó senhor Presidente, o senhor falou com algum detalhe no discurso do 25 de Abril aqui das obras em curso das que vão ser lançadas e há aqui problemas com as obras, há aqui problemas. Há uns mais visíveis, outros menos visíveis, enfim, eu vou começar por aquele que é mais visível, que foi, é a obra da envolvente da igreja matriz. Não é só a questão da queda do muro que era perfeitamente evitável e espero que não me vá falar das chuvas, espero que não vá falar das chuvas, porque o trabalho de escoramento do muro que foi feito na parte frontal, se tivesse feito na lateral em frente à Junta de Frequesia, muito provavelmente o muro não teria caído e não sou eu que digo que não sou engenheiro civil nem fiscaliza obras. Foi dito por engenheiros civis. Se repararem o escoamento do muro na parte frontal foi feito depois da queda do muro lateral, por algum motivo foi, e, mas tem que ver também com a questão do atraso da obra. Aquela obra tem marcado passo e, enfim, eu não vejo sinceramente fim para a empreitada. O senhor disse aqui, o senhor Presidente disse aqui que a obra estaria concluída na Páscoa deste ano, daqui a nada estamos no corpo de deus, se calhar nem no corpo de deus, não é, se calhar nem nos santos populares, porque a obra marca passo e depois há aqui, na informação relativamente a esta empreitada há aqui duas referências que eu tive o cuidado aqui de sublinhar, há uma prorrogação de prazo que é de fevereiro de 2025, fevereiro de 2025, finais de fevereiro e há uma revisão de preço, e a minha pergunta é senhor Presidente o que é que a Câmara está à espera para responsabilizar o empreiteiro e para de alguma forma aplicar eventualmente multas contratuais ----- Depois, obra da 531, estrada municipal 531 entre os Montes de Alvor e a Penina. Vi aqui que foi consignada em 20-03 de 2025, há um mês, há mais de um mês e diz aqui «aguarda documentação do empreiteiro», não sei se já chegou a documentação, mas tenho aqui uma preocupação que é o prazo de execução são noventa dias e como a obra ainda não começou, se for cumprido o prazo de execução vai entrar





verão adentro, que era aquilo que queríamos evitar todos, numa via que é estruturante para entrar numa freguesia turística como é a de Alvor. Portanto, perguntava como é que vai ser acautelada aqui esta situação. ----- Depois, outra empreitada que tem corrido mal, Bento Jesus Caraça, que está atrasada também. Houve aqui também uma prorrogação de prazo também do empreiteiro. O que é que se passa com esta empreitada? ----- Professor Montalvão Marques, aqui ao pé do estádio do Portimonense. A via está interrompida sem exagero há um mês por causa daquela rua. O que é que se passa com aquela empreitada? E depois, perguntavalhe o que é que se passa com a empreitada também, ou com o lançamento da empreitada das vilas da Bemposta, dos arruamentos. O senhor Presidente disse aqui creio que na Assembleia Ordinária de fevereiro que estava pronto para ser assinado o contrato e ser adjudicada a obra. Eu ouvi no outro dia, as vilas da Bemposta, os arruamentos, vou ter que ir buscar a ata, pelo menos é a memória que eu tenho senhor Presidente, mas eu vou buscar a ata. Ouvi no outro dia de um morador que parece que vai haver uma reunião aí para estudarem o projeto em data próxima. Portanto, perquntava-lhe concretamente qual é o ponto de situação relativamente a essa empreitada. ---------- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda Pedro Miguel Sousa da Mota, para dizer que só queria dar aqui um contributo na questão que se passou ontem. Não é atirar pedras, não é nada disso, é dar um contributo. O que aconteceu foi com várias pessoas, possivelmente rececionistas de pequenos hotéis, de alojamentos locais que depois os senhores turistas ao fim da tarde e mesmo à noite com crianças e tudo não havia nada aberto, eles não tinham para onde comer. Quer dizer, muitos desses turistas acabaram por passar fome durante o dia de ontem. Agora, o contributo que eu queria dar aqui era o que é que o município poderá ajudar ou as associações que o município faz parte e que dá subsídios, possam fazer face a essa situação, portanto que aconteceu ontem e outras próximas que possam acontecer. O que essas pessoas me disseram foi que aconteceu isso com alguns turistas, não todos porque muitos deles estão em hotéis e conseguiram alimentar-se, mas outros não, andavam desesperados na rua à procura de alguma situação para alimentar-se. ----- Outra situação, congratular pelo espaço jovem, eu estive lá na inauguração, gostei muito do espaço jovem, também o jardim, o parque infantil em frente, acho que aquela zona está muito dinâmica e acho que sim, já era um espaço que já há muitos anos que se esperava por um espaço destes. ---------------------- Congratular também pela abertura do parque da juventude, está realmente uma obra muito bonita e mantiveram o arvoredo em redor e aquele espaço todo estava realmente uma obra espetacular que possam dizer assim, foi pena foi os três anos de espera privar as pessoas daquele espaço, mas nem tudo pode ser bom. ----- Em relação às bicicletas, também o CDS já está a tirar aqui algumas dicas do Bloco de Esquerda, todos de três em três meses, falo aqui nas bicicletas e elas nunca mais saem do papel. ----------- Os pontos negativos que eu encontrei aqui nesta informação, pronto já sabemos que a queda de receita de impostos diretos, houve uma redução de vinte e um milhões em comparação com 2023, principalmente devido à queda de IMT e IMI. Diminuição também do resultado líquido, o resultado líquido em 2024 foi vinte e

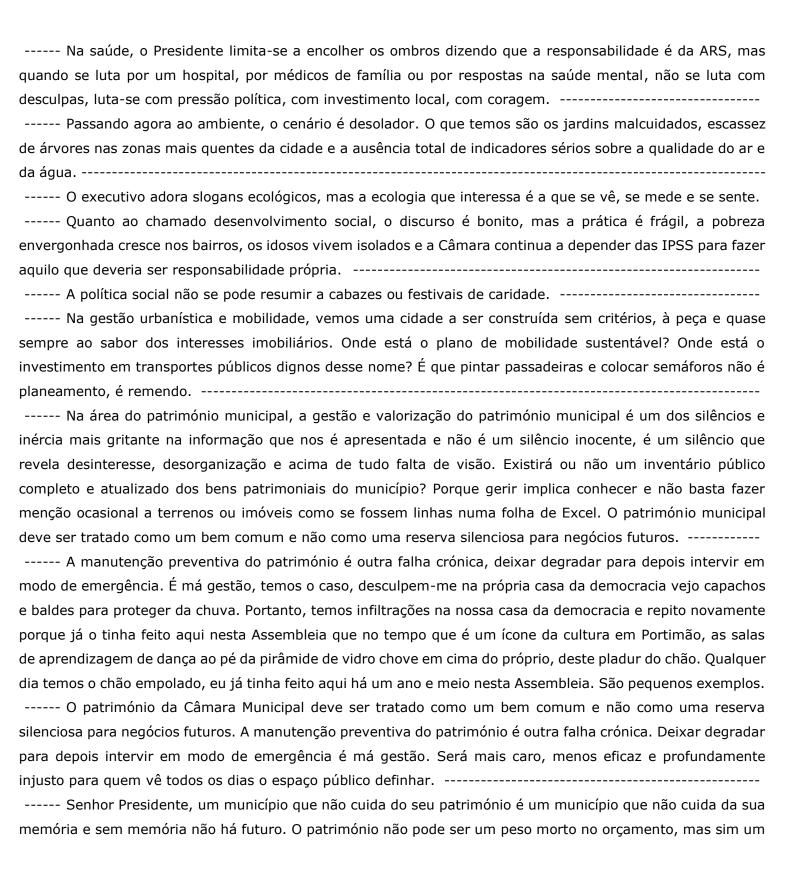




nove milhões, menor do que em 2023, refletindo desafios para a geração de novas receitas. A baixa situação
da despesa de capital apenas de vinte e nove por cento, mas o que foi o orçamento indicado possíveis atrasos
em projetos e investimentos
Também aqui na página sete, não percebi bem esta situação que se passa ali num ponto da página sete,
«compromissos assumidos não pagos», que falam lá em cinquenta e seis milhões. Gostaria de saber o que é
que se passa com este ponto, com estes cinquenta e seis milhões de compromissos não pagos
Esta informação também mostra aqui a dependência de transferências correntes, isto é, transferências
correntes que representam vinte e três por cento da receita, mostrando a dependência de fontes externas.
Também a redução do consumo público, o consumo público também cresceu um vírgula um por cento abaixo
do consumo privado que pode refletir as limitações da capacidade de investimento público
Uma das situações que já foi falada e ontem foi falado também sobre essa situação e esta também reflete
aqui esta situação, que é aqui no caso da educação. O abandono escolar é uma realidade tanto no Algarve,
como no concelho de Portimão. Quais são as respostas que o município tem dado para combater este flagelo, e
também aqui na página cento e seis, vi que existiu uma tentativa de suicídio na escola da Bemposta. Gostaria
de saber se me puder informar, não sei se é sigiloso ou não, se foi algum funcionário, se foi uma das crianças
que estão naquela escola, o que é que se passou com essa situação. Para já, fico-me por aqui
Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega <u>Mário Nelson de Barradas Espinha</u> , ora Exmo.
Senhor Presidente e senhores vereadores, a informação escrita que hoje nos é apresentada merece da nossa
parte não apenas leitura, mas um olhar crítico e exigente, porque o que está em causa não é a satisfação de
quem redige o documento, mas a realidade concreta de quem vive, trabalha e reside neste concelho
Começaremos pelos recursos humanos. A enumeração de efetivos não ilude uma verdade preocupante.
O município continua a depender excessivamente de avenças externas, de ajustes diretos e de prestações de
serviço que deveriam estar consolidados nos quadros. O que se passa afinal? Falta de planeamento, falta de
vontade política para valorizar os trabalhos de casa?
Na área da educação, passamos agora para a educação, somos brindados com indicadores de obras e
pequenas intervenções, mas onde está a estratégia educativa de fundo? Onde está a articulação com os
agrupamentos escolares, a resposta ao abandono escolar, a valorização do ensino técnico artístico? Está tudo
remetido para notas de rodapé
Agora, sobre a habitação, já cansa ouvir sempre a mesma ladainha, o PRR isto, o 1º Direito aquilo. O
que o executivo não diz é que não há plano municipal robusto próprio, coerente. A população jovem continua
afastada do mercado e as listas de espera não param de crescer. Para muitos viver em Portimão é hoje um luxo
inacessível











ativo estrategico que exige visao. Termo dito. Peço desculpa, este e um pequeño resumo do que eu vejo na
gestão deste município. Muito obrigado
Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) Maria de Lurdes Sousa Vales Melo
Nogueira, bem, mais uma vez estamos perante um documento meramente administrativo que explana a
atividade administrativa da Câmara e que foi elaborada de forma rigorosa pelos seus trabalhadores e técnicos
desta casa, são todos trabalhadores e não colaboradores que aproveito desde já para saudar. Aliás, mais uma
vez gostaria de apelar para a palavra colaborador, senão qualquer dia temos aí contratos de colaboração e não
contratos de trabalho e a mim custa-me, ainda há pouco tempo saudámos aqui o Dia do Trabalhador e depois
ouvir o próprio Presidente falar nos nossos colaboradores. Isto é um aparte
Gostaria aqui de uns certos esclarecimentos. Aqui na página onze, rúbrica aquisição de bens e serviços
que ascendem a cerca de cinco vírgula um milhões de euros e registam um acréscimo de vinte e seis vírgula
oitenta e sete por cento face ao período homólogo de 2024, a pergunta a fazer é, qual a razão deste aumento
neste trimestre
Rúbricas subsídio de apoio ao arrendamento, página quarenta e dois, qual a razão da discrepância entre
os valores pagos por esta edilidade nos meses de janeiro, fevereiro e março, dado que nesse período apenas
foram cancelados dezasseis subsídios por mudança de concelho e não entrega de recibos
Quanto à página quarenta e quatro, rúbrica da gestão patrimonial, gostaria aqui também de uns
esclarecimentos. Quando se enumera construção de empreendimento social duzentos e quatro fogos, Coca
Maravilhas, construção de vinte e oito fogos no bairro do Pontal, rua Estácio Veiga, construção do
empreendimento social de duzentos e dez fogos, Cabeça do Mocho, construção do alojamento urgente lote C
vinte e quatro, reabilitação dos prédios habitacionais Alto das Cardosas, bairro Coca Maravilhas, Cruz da
Parteira, bloco do bairro Pontal, sítio da Brava, Montes de Alvor. O que é que significa vários processos com
acompanhamento de projetos? Eu depois disso depois farei outras perguntas. Muito obrigado
Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Miguel Peixinho Alambre
<u>Bila</u> , agradecendo a preocupação da deputada Lurdes Melo, mas para mim são colegas e, portanto, se não quer
colaboradores são meus colegas enquanto eu cá estiver, portanto pode ter a certeza que trabalhadores, o PCP
chama trabalhadores lá àqueles que trabalham para o PCP, eu chamarei colegas que é assim que os trato
sempre e sempre tenho tratado na minha vida toda por onde tenho passado
Posto isto, a senhora deputada isso dos projetos que tem aí, foram todos o que foi na estratégia local de
habitação e que foi para o IRU aprovar e, portanto, os projetos estão em andamento, outros já estão a concurso
e outros ainda não foram aprovados pelo IRU. Portanto, é este o caminho que vamos seguindo e é este o
caminho que vamos trilhando
Senhor deputado Mário Espinha, isto voou assim, foram tantos os assuntos, ao senhor deputado Mário
Espinha quero-lhe dizer que a nível da ação social vamos sempre contar com as associações, sim, é verdade.





Aliás, há associações até que já tinham lá colegas também que passaram da Segurança Social para o município e o município depois transfere a verba e são eles também que desempenham esta função e, portanto, vamos continuar sempre a trabalhar com as associações que fazem um bom trabalho. Portanto, pode ter a certeza que vamos continuar, aliás, era a preocupação também quando o município recebeu transferência de competências nesta área, o que é que iríamos fazer àqueles funcionários. Aqueles funcionários ficaram na mesma colocados nas associações e o município transfere a verba e vamos continuar mesmo a desempenhar também esta grande tarefa que eles todos o fazem. ----------- Depois, dos jardins malcuidados, pois aí eu compreendo e já estamos a chegar à campanha, mas já não vê tantos jardins malcuidados como via. Eu espero agora que o senhor vereador do Partido Chega diga muito bem também, enquanto estava por trás ia dizendo muito bem, não vale a pena estar a olhar para mim com cara séria, porque eu não tenho problema nenhum com isso e, portanto, pode dizer muito bem, quando está a falar por trás, mas não tenho problemas nenhuns com isso. ----------- Os espaços verdes felizmente os concursos foram feitos, foram divididos em cinco lotes, neste momento estão todos a serem adjudicados e temos também mantido a fiscalização porque acho que é muito importante, aliás este pelouro agora é do meu colega vereador Catarino e, portanto, é assim que tem continuado a trabalhar. ----- Das árvores, ainda hoje foram plantadas árvores também na Avenida das Comunidades Lusíadas. Quando falou nas árvores, hoje foram cinquenta e cinco e vamos querer repor todas as árvores que faltavam, portanto é isto e ainda hoje foram plantadas. ----------- Depois, eu depois já vou passar a palavra à minha Vice-Presidente para falar também de educação, mas gostava de dizer que a articulação com os agrupamentos escolares é excelente e, portanto, tudo aquilo que tem sido solicitado e todo o trabalho que tem sido desempenhado também pelo nosso departamento de educação tem sido um trabalho exemplar, aliás, isto dito pelos diretores das escolas. Não sou eu que o digo, é pelos diretores das escolas e esse trabalho tem sido feito. ----------- Quanto às bicicletas, é uma coisa que já se arrasta e temos que na realidade é um projeto que temos que por no terreno, porque também acho que faz falta e que já devia de estar feito, mas gostava ainda de falar sobre a manutenção. Todos os edifícios que recebemos do estado estavam piores ainda do que os edifícios que eram do município e, portanto, a grande aposta foi na manutenção dos edifícios que recebemos do estado, e como já disse com o pessoal que tínhamos sendo pouco, foi esta a nossa grande preocupação e tínhamos edifícios que têm uma afluência diária enorme, estou-me a lembrar do centro de saúde. Por exemplo, aliás, são os três centros de saúde, eu estou-me a lembrar do de Portimão. Existiam vários equipamentos que nem funcionavam tão pouco. Os meios foram projetados para lá, neste momento, aliás quando o senhor deputado João Caetano falou no hospital, o centro de saúde não teve falhas felizmente. O centro de saúde é da nossa alçada, o hospital não o é, mas no entanto assim que fomos solicitados, aliás, cinco minutos depois estávamos

no hospital porque o gerador não ativou logo quando devia ter ativado e com os nossos meios e ainda agora





quando me disse que só nos fomos deitar à uma e meia da manhã, a última parte que tinha algumas falhas e, aliás era no PT do hospital e, portanto, quisemos que ficasse tudo assegurado e tudo com os nossos técnicos e com técnicos da E-Redes também que foi esse o trabalho que foi desenvolvido. Portanto, no hospital, quando falou do hospital eu não ia referir o hospital, porque o hospital não é uma competência do município. No entanto, estivemos disponíveis para tudo aquilo que o hospital nos pediu e ainda agora não disse, aliás não foi para aquele hospital, foi para os hospitais, tivemos esta preocupação, foram meios para os dois hospitais como foram para a clínica de Hemodiálise para ver quais é que eram as necessidades, foram para os lares, como a comunicação estava a falhar, foram mesmo a cada lar para verem quais eram as necessidades e o que é que era necessário fazer, inclusive abrimos postos de combustível para que não falhasse os geradores e foram as nossas viaturas que fizeram o transporte deste combustível. ----------- O frio das farmácias por causa dos medicamentos foi feita uma câmara também com a delegação de saúde para que os medicamentos não pudessem, tinham que se manter àquela temperatura e foi arranjada uma câmara frigorífica, foi disponibilizado combustível para o hospital veterinário por causa das cirurgias urgentes para os animais também. Tudo aquilo que foi solicitado o município conseguiu dar resposta e fez. Dos lares, grande preocupação também que tínhamos, aliás, algumas pessoas teriam que ter máquina de oxigénio durante a noite, era necessário energia também, conseguimos também pôr geradores nalguns sítios, felizmente com a luz quando chegou às onze e trinta e cinco já não foi necessário. ------------ Passando agora às obras que também me preocupa senhor deputado e como Presidente gostava de as ver já feitas, é verdade e quando lhe disse e quando lhe respondi que na Páscoa a obra estaria feita, tinha sido um compromisso nosso ainda com a anterior Presidente, para as procissões e todo aquele transtorno que iria existir teríamos que apanhar uma Páscoa e, portanto, apanhámos a Páscoa do ano passado, não iríamos apanhar ----- Com as chuvas e não sou eu que o digo, são os técnicos, aquele muro caiu, aquele muro não tinha nenhuma drenagem de águas. O muro da frente tem drenagem das águas, aquele não tinha. Com a água que foi muita, assim que foi tirado o passeio para que fosse aberta a caixa de pavimento, portanto assim que foi tirado o muro caiu. Neste momento, temos estado na cultura, porque como sabe aquilo é uma zona, está classificada, já foi enviado o projeto do que é que queremos fazer, já foi aprovado, a zona também é e, portanto, neste momento já temos a aprovação. ----------- Da parte da arqueologia estão no terreno todos os dias duas técnicas a ser acompanhados também como o nosso museu e é este o trabalho que vamos continuar a fazer, porque também quero que aquela obra termine rapidamente e, portanto, não lhe consigo agora dar um prazo, mas quero que a obra termine rapidamente. ------- Falou da Bento Jesus Caraça, amanhã mesmo tenho reunião com o empreiteiro, porque aquela obra é uma obra com a EMARP, existiram vários problemas de várias ligações de casas, porque haviam ramais que não

estavam, não tínhamos o levantamento e, portanto, amanhã tenho reunião com o empreiteiro e é mesmo para





lhe dizer isto. O prazo foi dado até ao final do mês e não vai ter mais prazos, a partir daqui temos que dar as multas e, portanto, espero que a obra até ao final... não, não, mês de maio, mês de maio. ------------ A obra ao pé do estádio do Portimonense também com as chuvas tem tido vários transtornos, tem estado sempre lá gente a trabalhar e, portanto, quero também que até ao final do próximo mês a obra esteja concluída. ----- Quando falou das vilas da Bemposta, ainda bem que tem a informação que vou-me reunir com moradores, foi isto que foi solicitado, estamos a fazer o projeto, o que foi para concurso foi o projeto, o projeto nem existia e, portanto, lançamos o projeto a concurso, agora vamos querer mostrar o trabalho que já está a ser feito para os moradores e para darem contributos também do que pretendem na zona que eles conhecem melhor do que ninguém e, portanto, vou mesmo reunir com os moradores daquela zona e com a técnica que ganhou para que o projeto fosse elaborado. ----------- Depois, quando falou das alimentações, por acaso devo-lhe dizer senhor deputado, já comemos nos agrupamentos todos, as ementas são feitas por técnicos também, não é por nós nem é por uma pessoa qualquer da escola e, portanto, a alimentação aquilo que nos têm feito chegar é que é boa, duplicou o número de miúdos que comem com a refeição gratuita e é este o trabalho que temos feito também. É natural que se obrigar a minha filha a comer sopa, é natural que ela também não goste, mas é assim, eu não sei se trata se não, não sei se se trata se não. Agora que a alimentação tem qualidade, é verdade, os miúdos nem sempre gostam, se é peixe... o nosso almoço foi precisamente o mesmo que estava na ementa, por isso comi três dias bacalhau de seguida, porque todos os dias era bacalhau em cada escola e comi três dias bacalhau de seguida. Foi o que calhou, não, não, foi o que calhou, portanto não tenho problemas nenhuns com isso, era a ementa que estava e comemos muito bem. Passaria agora a palavra à senhora Vice-Presidente para responder a mais alguns assuntos que estão aqui a nível da educação. Senhora Presidente. ----------- Ficou com o uso da palavra, a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos** Mendes, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que relativamente às duas questões, duas ou três questões colocadas no que diz respeito à educação. Pronto, quanto às refeições, apesar dos senhores deputados acharem que nos fizemos anunciar, não nos fizemos anunciar, de qualquer maneira as ementas são públicas, qualquer pessoa sabe, se quiserem saber o que é que os meninos vão comer para a semana já podem saber e quando lá fomos era a ementa que estava, foi a ementa que comemos. ----------- Relativamente à qualidade, as ementas são emanadas através de uma orientação do Ministério da Educação e confecionadas em cada uma das cozinhas, sendo que a quantidade de sal é controlada e decididamente existe, o sal é menor do usado nas nossas casas. Agora, a qualidade da comida, a forma como é confecionada depende bastante, apesar das ementas serem iguais em todas as escolas e como todos sabem e é público por isso posso afirmá-lo aqui, já fui diretora de um agrupamento de escolas, tendo três cozinheiras a ementa é exatamente igual e a sopa ou o peixe não sai exatamente igual, portanto... Agora, nos dias de peixe garante-me que metade da comida normalmente os meninos não comem e fica no prato e vai fora, o que é





lamentável, mas não podemos deixar, temos a obrigatoriedade de oferecer um dia de carne, um dia de peixe, uns dias de posta inteira, uns dias que seja fracionado, portanto isto tudo está normalizado.

----- Relativamente ao insucesso escolar, o insucesso escolar tem várias razões. Já houve um insucesso escolar que os meninos abandonavam e isto nos últimos quinze anos, abandonavam no quarto ano de escolaridade, às vezes com dez, doze, quinze anos. Depois, temos vindo a aumentar e neste momento temos abandono só no secundário, sendo que no secundário existem meninos que têm algumas retenções por insucesso escolar e acabam por abandonar aos dezassete anos, portanto é considerado abandono, porque só deverão ficar na escola até aos dezoito, ou também poderá acontecer meninos que saem antes de terminar a escolaridade, ou seja, fizeram os dezoito anos, mas não quiseram continuar a estudar, não terminaram o décimo segundo ano. É também considerado um abandono, ou ainda também temos muitos casos de meninos estrangeiros que voltam ao país de origem, não comunicam às escolas, nós sabemos que eles estão no país de origem, mas para nós conta como abandono. Portanto, existem aqui uma série de fatores que leva a que a taxa de abandono seja ainda considerável, no entanto existe uma valorização do ensino profissional, existe grande número de cursos profissionais para ir ao encontro dos interesses dos jovens, existe diversidade, temos equipas em cada escola para ajudar os alunos na orientação do seu percurso educativo, no sentido de escolher os melhores cursos e que todas as nossas escolas, as duas escolas secundárias Poeta António Aleixo e Manuel Teixeira Gomes candidataram-se a centros tecnológicos de aprendizagem e vão ter ambas centros tecnológicos de aprendizagem. -----

----- Existe também uma grande aposta na formação dos pais e encarregados de educação, no sentido de ajudar os seus filhos a estudar e no sentido de os ajudar a orientar nas melhores opções no seu percurso. ------- No ensino artístico, nós temos uma escola de referência no que diz respeito ao ensino artístico. É um ensino artístico virado muito para a música, mas também tem dança e teatro e todas as escolas têm, nesse





caso não é a escola da Bemposta, mas a escola Poeta António Aleixo que nos cursos de artes visuais é também reconhecido e tem uma grande qualidade nos alunos que saem dessa escola para depois ofertas nesse sentido. ----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega <u>Mário Nelson de Barradas Espinha</u>, senhora vereadora e Vice-Presidente, gostaria de saber se há relatórios sobre esse abandono escolar, e se houver gostaria de ter conhecimento, ser rececionado por favor. Obrigado. ----------- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD Vítor Manuel Campos Couto, senhor Presidente de Câmara, é o seguinte. Antes de mais, quero agradecer-lhe toda a informação escrita que nos fez chegar e as explicações que já aqui deu nesta sessão acerca dos trabalhos que estão em curso no nosso município. Eu queria-lhe falar sobre algo que você já aqui abordou hoje que é o parque da juventude e a sua requalificação que ao final de muitos anos de abandono e após pelo menos uma década de projetos deste município e de anúncios que iria ser requalificado, finalmente a obra concretizou-se e dar-lhe os parabéns por isso. Contudo, a obra inaugurou-se e inaugurou-se com estaleiros ainda no parque de estacionamento, o lago está sujo, cheio de lodo, o parque infantil mais a sul após dois dias de utilização já denota bastante desgaste, tendo saltado a relva sintética ou artificial que lá está e já coloca em causa os miúdos que lá brincarem, que estejam a brincar, a rede do campo de futebol também já está solta e os parafusos já saíram do chão, para além de outras coisas que provavelmente eu não tenha reparado, mas que me preocupa porque face a dois dias após a inauguração já ter estes problemas todos, causa-me alguma apreensão à qualidade com que os trabalhos tenham sido realizados, mas não é só sobre isso, porque isso certamente está sobre a alçada da garantia que o construtor que fez os trabalhos terá que responder e como tal esse assunto será resolvido em breve. ----------- Queria falar-lhe era sobre outra coisa. Foi assinado a 29 de maio de 2023, ou seja, quase há dois anos atrás, o contrato para a requalificação da obra, a obra previa um tempo de execução de duzentos e setenta dias, devia ter sido concluído em março de 2024 e só agora é que foi feito. Esta é a primeira questão, o porquê deste atraso na obra e se foi acionada alguma das cláusulas indemnizatórias que estão no contrato, que acho que é dois por cento, dois por mil ao dia. ----- Depois, há coisas que as informações que têm vindo aqui à Câmara trazem escritas, mas há outras que omitem, nomeadamente a derrapagem que houve nestes trabalhos. Os trabalhos foram contratualizados por um milhão e setecentos mil mais IVA e já no decurso da sua vigência como Presidente desta autarquia em junho de 2024, foi assinado um novo contrato com mais setenta mil euros em trabalhos suplementares. A 10 de dezembro é assinado uma outra adenda, um outro contrato de duzentos e vinte mil euros também em trabalhos suplementares. Esses trabalhos não são públicos, quais é que são e, portanto, eu gostaria de saber. Esse segundo contrato até tem outra particularidade, foi assinado duas vezes, espantem-se foi assinado no dia 9 e foi assinado no dia 16 e 17 um outro contrato pelo mesmo valor e que está publicado na base, tenho aqui à minha frente os contratos. Se precisar de consultar posso-lhos fornecer. O porquê desta derrapagem de vinte





por cento e que trabalhos suplementares? É uma pergunta que deixo aqui, gostava de saber o que é que aconteceu, porque afinal passados dez anos de projetos, de anúncios, ainda assim terem sido acrescidos trabalhos suplementares o que é que se passa. Qual foi a qualidade do projeto que esta autarquia desenvolveu para o espaço.

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Nuno do Nascimento Vieira Cândido**, começo por congratular o executivo pela obra do parque da juventude como já aqui foi referido.

Deixava aqui algumas questões relativamente ao parque da juventude, qual é que é a verba que está estimada para a sua manutenção que é um dos pontos essenciais, já foi aqui referido anteriormente a manutenção dos equipamentos, portanto qual é que será essa verba que será estimada para os anos que se seguem e também perguntar qual é que é a estratégia para o aproveitamento do novo parque radical do parque da juventude e o outro parque radical que também temos que está praticamente quase a acabar segundo os dados apresentados





aqui na informação escrita. A gente já sabe que ele já foi inaugurado há algum tempo, mas não está concluído. Portanto, qual é que é a estratégia para este aproveitamento do investimento que aqui foi feito. ------------ Relativamente às zonas verdes que o senhor Presidente falou, há um outro tipo de zona verde que também o senhor Presidente já falou que ia avançar que são os parques caninos que até agora nunca mais tivemos nenhum desenvolvimento relativamente aos parques caninos e em particular ao parque canino junto ----- Relativamente à alimentação nas escolas, tinha uma questão relativamente a isso que não tive conhecimento, mas pelo menos foi assim que me foi dito e se assim for penso que não está certo que é, para ter alimentação vegetariana a pessoa tem que ir no início do ano, o aluno tem que no início do ano indicar que vai comer alimentação vegetariana e depois tem que comer todo o ano alimentação vegetariana, não sendo possível alguém que não queira escolher, que não gosta do prato, mas que gosta do prato de alimentação vegetariana o possa comer. Pelo menos essa foi a informação de vários munícipes que me transmitiram. Questionar se isso é mesmo assim ou se a informação que está a ser prestada por parte de algumas escolas não está correta. ---------- Depois, relativamente ao estado da nacional 125, bem sei que não é da responsabilidade do município, mas já aqui foi falado no passado e o estado tem-se vindo a degradar em particular entre a Penina e a Mexilhoeira Grande, é quase uma gincana que ali temos que fazer para não dar cabo dos carros, as intervenções que têm sido feitas são muito avulso e não têm sortido o efeito, na altura o executivo indicou que estava em comunicação com as Infraestruturas de Portugal para pressionar para ser feita uma intervenção, qual é que é o ponto de situação relativamente a isso. ----------- Ainda relativamente ao aterro do porto de Lagos, relativamente há pouco tempo passei logo depois do porto de Lagos em direção a Silves e está lá uma tarja bem grande que a população opõe-se à expansão do aterro. A minha questão é, se existe uma expansão, se o município já foi contactado, qual é que é a posição do executivo relativamente a essa situação, e por último o último ponto relativamente à mendicidade na zona ribeirinha de Portimão. Tem-se agravado com episódios de violência entre as pessoas que lá estão a tentar arrumar os carros aparentemente, mas em Portimão já temos uma entidade que gere o estacionamento em Portimão, que é a EMARP. Portanto, termos a EMARP e termos mendigos ao mesmo tempo, ainda por cima numa zona como o senhor Presidente já definiu da pérola de Portimão, a zona ribeirinha, praia da Rocha e ter pessoas a fazer mendicidade que depois se traduzem em episódios de violência não me parece que seja a melhor forma. O que é que o executivo está a fazer relativamente a isto, se tem estado em articulação com a PSP, porque eu presenciei um desses episódios, tentei comunicar com a PSP, entrei em contacto mais de vinte vezes para me atenderem. No final ia perguntar, talvez lá vão passar. Portanto, o que é que o executivo tem estado a fazer relativamente a isto, porque é um ponto essencial e que deve ser analisado. Disse. -------





----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) João Pedro Gonçalves Marques Caetano, duas questões que não coloquei aqui na primeira intervenção. Uma que tem que ver aqui com o gabinete de saúde juvenil, vem aqui na página trinta e cinco, fizeram vinte e cinco atendimentos online em três meses, e a questão que eu queria colocar era porquê vinte e cinco. Parece-nos que em três meses é manifestamente pouco, se há só estes pedidos, ou se houve aqui algum constrangimento que explica este número de atendimentos. ----- Depois, em relação às obras, havia aqui uma questão que eu queria colocar que é a questão da empreitada da fortaleza de Santa Catarina, vi aqui uma referência, página oitenta e dois que é um procedimento por ajuste direto, e a questão, enfim, a questão deve logo ter um valor, são setecentos e quarenta e cinco mil euros, e depois é porquê a escolha do ajuste direto, porque é que não abriram concurso público. ----------- Senhor Presidente, depois em relação às questões que tinha posto na primeira ronda. Eu não sei se é estratégia, se é esquecimento, se é incapacidade, mas o senhor sistematicamente opta por não responder. 531, nenhuma referência, perguntei diretamente, a empreitada vai ou não entrar verão adentro. Agradecia uma resposta. ---------- Questão do programa das bicicletas, do regulamento, o senhor disse aquilo que eu tinha dito na questão. A questão é porque é que ainda não está feito o regulamento. É a análise, essa é que era a questão, o senhor não respondeu. ---------- Depois, em relação às refeições, eu não pus em causa aqui as ementas, nem pus em causa se há meninos ou meninas que não gostam do prato. A questão não é essa, nem é a confeção das cozinheiras, porque se formos pôr aqui cada um de nós a cozinhar, o mesmo prato sairá sempre de forma diferente. A questão senhora vereadora não é essa, a questão é a qualidade das refeições em vários agrupamentos e eu tenho notícia de em vários agrupamentos, nomeadamente quando é peixe congelado o peixe não ter a qualidade que é devida, e a questão que eu fiz é muito simples, é se a Câmara monitoriza ou não essa qualidade dos alimentos que são confecionados, não é se a cozinheira A, B ou C confeciona o bacalhau desta ou daquela forma, nem é o menu que é escolhido, a questão não é essa. É a qualidade. ---------- Depois, a ver se não me estou a esquecer de nada. A questão da envolvente da matriz da empreitada, eu perguntei senhor Presidente, perguntei concretamente se vão ser acionados mecanismos contratuais que estão previstos no contrato. O senhor não se compromete com prazos, já percebemos isso, porque já falhou alguns prazos, a obra está a marcar passo, volto a dizer e nem vou entrar aqui na discussão, porque é assim, eu gostava de ver o relatório da fiscalização da obra e a que pediu por escrito e quero ver qual é a fundamentação para o senhor dizer-me aqui que aquele muro iria cair sempre graças às chuvas. Eu tenho sérias dúvidas e não sou engenheiro civil, já falei com pelo menos dois engenheiros civis que me confirmaram isso, se a obra tivesse sido feita de forma diferente o muro não teria caído, podia ter aberto fissuras, não teria caído e, portanto, eu gostaria de saber qual vai ser a postura da Câmara em relação ao empreiteiro, nomeadamente se vão ser

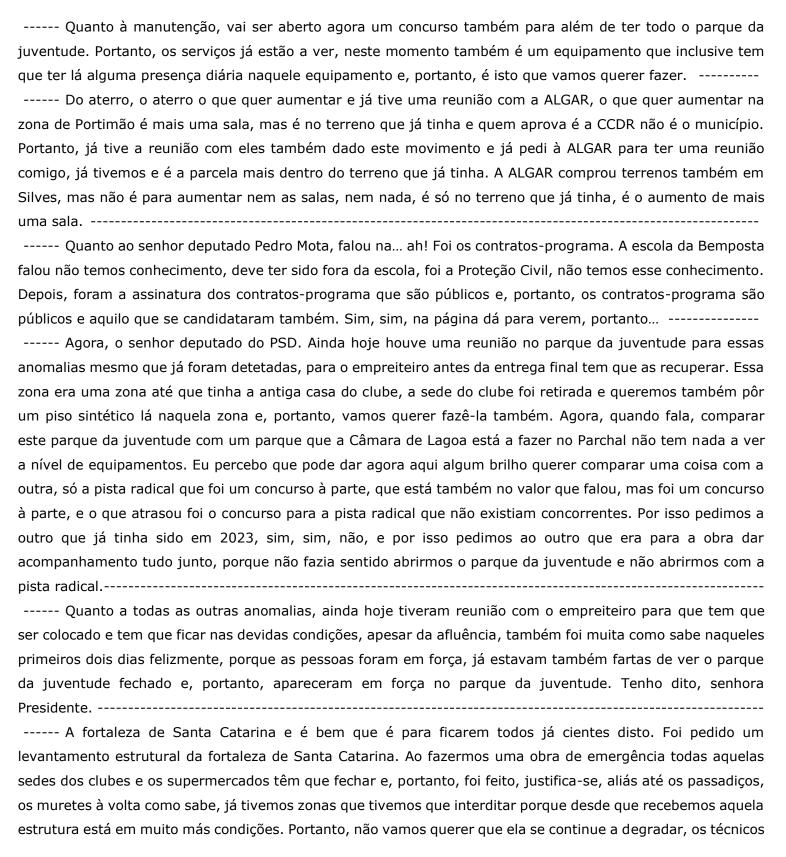




acionadas garantias contratuais ou não. E depois, volto a perguntar em relação à bento Jesus Caraça porquê esta prorrogação. O senhor disse-me, «aí, agora não vai haver mais prorrogações, até final de maio vai ser cumprida a empreitada», mas porquê a prorrogação que já foi concedida ao empreiteiro. Era só isso e agradecia ----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Miquel Peixinho Alambre Bila, ó senhor deputado, o senhor deputado pergunta o que quer, mas eu também sou livre de responder às respostas que quero. Portanto, não, o senhor gosta de perguntar... Senhor deputado, nas refeições nunca nos foi feito chegar qualquer falha, qualquer anomalia a nível das refeições e, portanto, o senhor sabe, olhe as lagartas, é melhor não falar, é melhor não falar, mas pronto. Não vou voltar às lagartas que é melhor não falar, portanto não me vou referir a isso que é melhor ir à procura para saber o que é que se passou que é para depois poder vir para aqui fazer essas intervenções. ---------- 531, vai começar. Portanto, a 531 no início do próximo mês vai começar aquela empreitada. Portanto, pode ter a certeza que vai começar, temos que assumir, a obra tem que ser feita e vai começar. ----------- Depois, quando fala na obra do adro da igreja, a obra do adro da igreja é uma obra com um projeto de 2019. É uma obra que teve vários problemas, já tenho falado nisto também na reunião de Câmara, eu também quando assumi a função, quando chamei o empreiteiro, gostava até que aquela obra que ele abandonasse, dissesse que não ia fazê-la, mas como ele ia fazê-la e já tinha visto do tribunal de contas, se ele não a fizesse tínhamos que indemnizá-lo e, portanto, tivemos que assumir o risco do que era numa zona daquelas fazer uma obra com um empreiteiro que já tinha passado pelo Covid e as coisas não estavam muito bem. Felizmente, a obra também com as vicissitudes daquela zona, com a arqueologia que tem sido sempre de toda aquela zona envolvente, inclusive na rua Machado Santos e todas aquelas ruas à volta da igreja, são várias condicionantes que tinha ali naquela zona e, portanto, é um empreiteiro que os tempos não têm sido cumpridos, mas do muro volto a dizer-lhe não estávamos à espera que o muro caísse, neste momento tem que voltar à CCDR para o projeto para ser dada autorização pela cultura e é este o trabalho que estamos a fazer. ----------------- Quanto à saúde juvenil, foram só estes os pedidos que tivemos e não tivemos mais pedido nenhum e por isso tem sido esse o que o pessoal do município tem feito essas consultas. ----------- Parque canino, é verdade. O parque canino como sabe fizemos à volta ao pé do parque, ao pé do nosso centro de recolha animal fizemos uma zona para os nossos animais poderem e queríamos fazer um parque canino, mas como sabe do outro parque canino que temos, temos tido várias reclamações e, portanto, temos estado a aquardar o que é que este processo vai dar para depois podermos fazer outro, porque isto é as pessoas gostam muito dos animais, mas depois nem todos os respeitam e nem todos querem tratar da melhor maneira os seus animais e, portanto, tem sido alguns problemas. -----











foram ver quem podia fazer um concurso de emergência, uma obra com os relatórios que já temos, para que possamos rapidamente não deixar cair toda aquela zona da fortaleza de Santa Catarina e, portanto, foi isso que fizemos e é por isso esse ajuste direto com carácter de urgência, para que rapidamente possamos pôr mãos à obra na fortaleza de Santa Catarina. Está em perigo de queda, está em perigo de queda todas as plataformas de estrutura à volta da fortaleza de Santa Catarina. Sim. ----------- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD Ricardo Jorge da Silva Viana, que começou por cumprimentar todos os presentes, e referir que não vai fazer críticas àquilo que foi feito. Agora, o que quero chamar aqui a atenção é à falta de ambição nalgumas coisas. ----- Parque da juventude. O parque da juventude tem uma área adjacente onde está toda a gente sabe umas barracas, onde lá habitam pessoas em condições de salubridade no mínimo suspeitas, mas pronto isso não interessa para nada. Não teria sido nesta altura o momento ideal para repensar o alargamento do parque da juventude, ou pelo menos do parque de estacionamento, porque naquele dia de inauguração percebeu-se que o estacionamento ali é escasso e ter-se realojado como se fez no terreno junto ao mercado, aproveitou-se o momento para recuperar uma determinada zona para realojar aquelas pessoas que viviam em condições de insalubridade noutra área da cidade e tinha-se aumentado o parque da juventude ou no mínimo o parque de estacionamento. Penso que deveria ter sido ponderado isso e, portanto, notou-se naquele dia que também foi uma afluência fora do normal, mas que notou-se que há falta de estacionamento, já para não falar na altura do verão. Pronto, esta é uma das questões. ---------- A outra questão tem a ver com o pavilhão que prometem construir ou que vão começar a construir junto de uma área altamente populacional e de pressão urbanística que é junto à igreja do quinta da Amparo. Todos os estudos internacionais apontam para os riscos que é construir um pavilhão dentro de uma área urbanística e de forte pressão, é um erro, não sei se têm algum estudo que fundamentem ali a construção de um pavilhão, vão criar zonas de sombra naquelas habitações ali por perto e porque se forem ver as delimitações do terreno que está lá e do campo de jogos que agora está e onde vão implantar um pavilhão, um bloco de betão no meio de uma área urbana deveria ter sido ponderado a devolução daquele espaço e com tanta falta de espaços verdes nesta cidade e junto a uma igreja penso que deveria ser ali criado um mini espaço verde para aquela zona onde já foram jovens, mas hoje são idosos que maioritariamente residem ali e esse pavilhão e porque Portimão está nos rácios em Portugal como abaixo do que deveria ser o normal em questões de equipamentos desportivos e obviamente que eu considero que faz falta um equipamento desportivo daquela natureza, mas não ali e gostava de saber se foi ponderada outra localização e se não porque é que não foi ponderado eventualmente aquele projeto, não aquele projeto, mas sim um espaço verde naquela zona e fazer ali uma grande alameda depois à saída da igreja. ----------- A terceira questão que eu quero colocar aqui, tem a ver com a obra do jardim da fortaleza. Eu pergunto

e questiono o porquê do início tão apressado daquela obra quando estamos a chegar próximo do verão, estamos





a impedir a vista das pessoas, eu penso que aquela obra se calhar teria mais lógica fazê-la durante o período
de outono e inverno, e também pergunto porque é que sabendo como é que está o estado da fortaleza
começamos pelo fim? Eu não construo uma casa construindo primeiro o jardim. Eu primeiro construo a casa e
depois construo o jardim e isto aqui levanta-se-me aqui dúvidas porque é que assim foi feito
Outra questão tem a ver com, e chegou-me e vi alguns vídeos que há o pavilhão da Boavista que teve
alguns danos no telhado e que tem infiltrações, se já foi acautelada essa questão do pavilhão da Boavista. Disse.
Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega <u>Mário Nelson de Barradas Espinha</u> , senhor
Presidente, eu tinha para terminar e com o meu tempo também, três últimas perguntas. Ouvi dizer ainda agora
que a fortaleza de Santa Catarina está em vias de derrocada. O porquê de não estar interdita aquela zona?
A segunda. Sei que o senhor Presidente pressionou parecer jurídico sobre a venda escandalosa dos
terrenos da zona industrial da Coca Maravilhas a trinta e oito euros, sendo um verdadeiro escândalo de
delapidação do património municipal. Quem ganha com este negócio? Conhece algum terreno público ou privado
com um valor de trinta e oito euros?
Senhor Presidente, já tem o parecer? Se o tiver e se me puder chegar, agradeço
A última pergunta será saber se o processo jurídico do terreno para o novo cemitério se já está resolvido.
Muito obrigado
Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) <u>Maria de Lurdes Sousa Vales Melo</u>
Nogueira, bom, mais uma vez penso que não foi respondido às perguntas que aqui nós colocámos entre elas,
precisamente a construção dos vários fogos em todos aqueles locais que citei. Porque a pergunta era, afinal se
vão ou não vão ser cumpridos os prazos do PRR na habitação e se pode aqui realmente garantir que vai entregar
as casas até 2026 até junho?
Outra questão aqui colocada é a dos subsídios, do subsídio de apoio e eu perguntei o porquê da
discrepância, porque é que em janeiro pagam cento e trinta e dois mil quatrocentos e setenta e oito cinquenta,
em fevereiro pagam trinta e um mil quinhentos e cinquenta e dois e em março pagam onze mil. O que é que
aconteceu? Devido à explicação que está em baixo que só houve dezasseis subsídios cancelados por alteração
de morada e por não entrega dos recibos
Também não foi respondido a outra questão que era daquela rúbrica da aquisição de bens e serviços,
cerca de cinco vírgula um milhões de euros. Pronto, olhe não é respondido e só queria dizer mais uma coisa,
senhor Presidente. Não é o PCP que fala em trabalhadores, é a própria lei, o senhor Presidente não é trabalhador
desta Câmara, o senhor Presidente é um eleito e, portanto, se há rigor na documentação, penso eu que deverá
haver rigor também nos termos que são aplicados
Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN Ricardo Nuno do Nascimento Vieira
<u>Cândido</u> , agradecer as respostas que o senhor Presidente deu, mas houve aqui outras situações que acabou
por não responder, relativamente à alimentação vegetariana nas escolas se isto efetivamente é assim ou é um





erro das escolas, se for um erro das escolas essa comunicação deve ser desde já esclarecida aos pais. Também não esclareceu relativamente ao estado da nacional 125 se está a ser feita alguma coisa ou não e por último também não me respondeu relativamente à mendicidade na zona ribeirinha se está a ser feita alguma coisa, ou ----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Miquel Peixinho Alambre Bila, da zona ribeirinha, essa zona tem sido tratada com a polícia marítima e como falou da EMARP, pois quando os parquímetros estão a funcionar eles não andam lá a fazer o peditório. Ah! mas é que estão nos dois sítios, estão naquela zona do largo do Dique e estão na zona ribeirinha. Portanto, esta zona tem estado a ser vista com a polícia marítima que é uma zona da polícia marítima e temos estado a trabalhar com a polícia marítima. ----- Quanto às alimentações vegetarianas não tenho conhecimento, já anotei que é para ver para depois podermos responder sobre este assunto. -------Da reunião que tivemos quanto à habitação com o IRU, nós só conseguíamos cumprir com o prazo dos vinte e oito fogos, já lançámos concurso, mas duas vezes e que não temos tido candidatos. Da reunião que tivemos com o IRU nós e a maior parte dos municípios, o que o IRU nos diz é que muitos vão entrar com um bem que é o empréstimo e depois para poder desconstruir a habitação e não vai ser por isso que não vamos fazer a habitação. Estamos a trabalhar neste sentido de abrir os concursos e que hajam concorrentes, porque neste momento pelos municípios todos de Portugal e com poucas empresas de construção no Algarve tem sido uma dificuldade encontrarmos concorrentes. ----------- Senhor deputado Vítor Couto, do jardim, o jardim era um projeto que já cá tínhamos, o jardim já era do município, a fortaleza não o era e por isso pedi para fazerem este levantamento, o jardim já era um projeto que já estava no município e que já foi só lançar concurso, o concurso foi adjudicado, felizmente teve concorrentes e, portanto, foi por isso que, até foi adjudicado por muito menos, portanto é o mercado a trabalhar e foi adjudicado e, portanto, tivemos que iniciar a obra. ----------- Depois, falou no parque da juventude. O senhor deputado foi à inauguração do parque, mas já chegou tarde, porque se estivesse estado quando eu fiz a abertura falei mesmo nisto, já temos que pensar numa outra fase. Temos que pensar em tirar aquelas barracas dali, ampliar o parque e no outro lado temos que ampliar também o estacionamento, porque temos que fazer mais estacionamento e, portanto, estamos de acordo. Nesse sentido, temos que arranjar um sítio para aquelas pessoas, já estamos a trabalhar nesse sentido para depois tirá-las dali e temos que já pensar num novo projeto para a requalificação daquele sítio. ------------------------- No pavilhão, o pavilhão também é um projeto que já estava em andamento, Portimão precisa muito de pavilhões, temos falta de pavilhões, temos várias modalidades e depois não conseguimos encontrar, mesmo utilizando os pavilhões escolares temos tantos alunos, tantos miúdos que necessitamos disto, neste caso era mais até para o basquete, porque precisamos de um pavilhão para basquete. O jardim também, toda aquela zona vai ser tudo requalificado. Portanto, não é só, aquele projeto vai ter parque de estacionamento, o pavilhão,





requalificação do jardim e as ruas vão-se unir, aquelas ruas no meio dos prédios vão-se unir, portanto é este o
projeto todo que vamos lá fazer
Do pavilhão da Boavista o que tenho conhecimento desde o início da construção são aquelas placas. As
placas que é tipo esferovite e que estão sempre a saltar e é isso é que temos que as tratar
De resto, da fortaleza de Santa Catarina, o deputado Mário Espinha falou, foi isto da fortaleza, o que
pedimos para fazer foi um estudo geral do que é que estava em perigo, que se vê lá nas escadarias laterais já
estão fechadas, já ninguém pode passar, já fechámos todas aquelas zonas envolventes, só nas escadas centrais
é que passam que é que não estão em perigo, porque as outras já estão em perigo. Eu por acaso também já
visitei aquele edifício e realmente a obra tem que ser urgente, porque senão corremos o risco de onde estão
aquela parte dos clubes e a parte do supermercado toda essa zona, aquela zona nunca foi impermeabilizada, já
há anos que não têm nada e é por isso este levantamento, aliás com a Proteção Civil, com técnicos também,
para que pudesse ter garantias se aquilo podia continuar ou se estava em perigo de ruir e foi por isso que
fizemos, este levantamento, foi todo feito
Do cemitério, estamos a registar o plano de execução, estamos agora a fazer o registo de toda aquela
área e é isso que já estamos a fazer felizmente, que é para depois podermos avançar com a execução do
projeto. Já avançámos mais uma etapa e, portanto, o cemitério também tem que continuar a andar num bom
caminho, espero bem que vamos chegar a bom porto
Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega Mário <b>Nelson de Barradas Espinha</b> , peço desculpa
senhor Presidente, senhora Presidente, o senhor Presidente não me satisfez na pergunta do terreno do parecer
jurídico
Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Miguel Peixinho Alambre
<u>Bila</u> , já sei. Quem passou esta informação devia ter passado a informação toda. Do nosso património há um
parecer favorável aos contratos que já foram assinados anteriormente há já muitos anos e por isso está aí esse
valor. O que já fiz foi com o património pedir aos nossos juristas e também a um advogado para ver como é
que podemos começar a resolver isto, fazer a avaliação, ou como é que vamos resolver, que é para depois
chegarmos ao ponto zero e dizermos a partir daqui não vamos vender mais, mas vamos ter uma janela de
tempo temporal para aprovarmos o novo regulamento e um novo valor de metro quadrado, que é isso que
todos pretendemos, portanto é esse o trabalho que já está a ser feito e que pretendemos desenvolver e também
não falei com a senhora deputada da CDU, as medidas excecionais só vieram a esta Assembleia depois em
março ou abril e é por isso estes valores que estão ali, esta discrepância de valores no subsídio de apoio ao
arrendamento e é por isso este valor e agora os valores serão pagos depois do regulamento ter sido aprovado
nesta Assembleia. Tenho dito, senhora Presidente
Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD <b>Américo Leonor da Conceição</b>
Mateus, é uma questão sobre educação dirigida ao senhor Presidente, mas claramente também à senhora Vice-





Presidente. Reportando-me ao relatório, acho que nesta altura em maio já devíamos de estar aqui a ter algum reporte sobre reuniões tidas com escolas e com a Direção Regional do Algarve para o que é que está previsto, o que é que está pensado, qual é o diagnóstico, qual é a preparação sobre a pressão que vai haver sobre todos os níveis escolares no próximo ano letivo. Vai faltar salas outra vez, portanto o que é que já está feito e porque é que não está no relatório já estas indicações para nós sabermos e podermos comentar e dar *inputs*. Claramente vai faltar equipamentos, claramente há mais pessoas, há mais miúdos em todos os níveis. O que é que está feito para não termos outra vez aqui o senhor da Direção Regional da Educação a vir dizer, «excecionalmente ninguém previa o aumento», já sabemos que vai haver aumento. Pronto, é só isso. Disse.

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos** Mendes, para dizer que relativamente à rede escolar do próximo ano, já foi feita reunião com a senhora delegada regional e com os diretores de todos os agrupamentos escolares como é hábito nesta altura, todos os agrupamentos escolares têm já a previsão, a única coisa que não têm são os novos alunos que se inscrevem, mas tendo em conta as entradas e as saídas nenhum agrupamento escolar sentiu a necessidade de ter mais salas. Portanto, até à data todos os diretores, portanto até à data da reunião nenhum diretor referiu que iria ter necessidade de mais salas. Todas as salas que tem conseguem conter os alunos com as saídas e as entradas devidas, não é, porque há sempre os miúdos do quarto que saem, os dos sétimos, os primeiros entram, pronto tudo isso. Claro que as matrículas acontecem agora, estão a decorrer, depois será afinada a rede, mas à data isso não aconteceu. Hoje houve uma reunião com todos os diretores que têm principalmente ensino secundários, três agrupamentos com ensino secundário, para redefinir os limites de cada agrupamento, a área de influência de cada agrupamento porque haviam ali áreas com mais uma escola secundária que é o caso da escola secundária da Bemposta, os limites não estavam bem definidos, houve hoje essa reunião para voltar a redefinir as áreas de influência, no sentido de agora quando eles fizerem a renovação de matrículas para o ensino secundário ficarem melhor distribuídos porque estávamos com uma sobrecarga em alguns agrupamentos e outros com disponibilidade de ter mais ensino secundário. Tudo o resto, claro que irá existir sempre a dificuldade dos meninos dos três anos, mas concentrámos muitos nas nossas reuniões no ensino obrigatório que é cinco anos até ao décimo segundo ano. Disse, senhora Presidente. ------

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Américo Leonor da Conceição Mateus**, só para ser mais rápido. Pelo que eu percebo aqui também dos relatórios, Portimão tem uma noção das novas famílias que estão a vir residir para cá. Certo? Pronto, e é a essas novas famílias é que já está alguma





previsão de famílias e necessidades dessas novas famílias, não é só com o que já está, é com o que estamos, está aqui dados que estão a vir pessoas a pedir residência, possivelmente vêm famílias novamente, não é? ------- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que não sabe se há mais algum esclarecimento a prestar. A maioria dos grupos parlamentares já está sem tempo, mas ainda há alguma possibilidade de intervenção. Se não, não havendo outras intervenções, encerramos o nosso trabalho por hoje, são meia-noite, em vez de iniciarmos novamente o ponto que vem a seguir e deixávamos para amanhã, amanhã temos a convocatória para as vinte e uma horas e, portanto, apesar de um debate muito interessante que acontecerá, teremos que cumprir a nossa função e estar aqui às vinte e uma horas. Obrigada. -----------Não havendo mais intervenções e esgotado o tempo regimental previsto para esta sessão, quando eram zero horas e três minutos, a Presidente da Assembleia Municipal, <u>Isabel Andrez Guerreiro</u> deu por concluída a 1ª reunião desta 2ª Sessão Ordinária de dois mil e vinte e cinco, realizada no dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e cinco, e desde logo ficou agendada a continuação dos trabalhos para o dia trinta de abril, no mesmo horário e local. -----------Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, em cumprimento da convocatória emanada, nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em Sessão Ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, sito na freguesia e concelho de Portimão, sob a Presidência da sua Presidente, Excelentíssima Senhora **Isabel Andrez** Guerreiro, coadjuvada por Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café, e Sheila Gassin Tomé, respetivamente secretários da Mesa.------

NOMES DOS MEMBROS DA	FORÇA POLÍTICA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	
Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica	Partido Socialista
Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	Partido Socialista
Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves	Partido Socialista
José Manuel Figueiredo Santos	Partido Socialista
José Júlio de Jesus Ferreira	Partido Socialista
Sheila Gassin Tomé	Partido Socialista
Joaquim Paulino Pacheco Duarte	Partido Socialista
Ana Sofia de Oliveira Vicente da Conceição	Partido Socialista





Rui Miguel da Silva Algarve	Partido Socialista
Andreia Filipa Muchacho de Sousa	Partido Socialista
Cristiano Damaso Malha Gregório	Partido Socialista
José Luís Mateus Barbudo	Partido Socialista
Sónia Filipa Louzeiro Quaresma Oliveira	Partido Socialista
Tesoureira da Junta de Freguesia de Portimão	
Francisco Manuel Vicente Correia	Partido Socialista
Presidente da Junta de Freguesia de Alvor	
José Vitorino da Silva Nunes	Partido Socialista
Presidente da Junta Freguesia da Mexilhoeira Grande	
Natalino António Gomes Alves	Partido Social Democrata
Américo da Conceição Leonor Mateus	Partido Social Democrata
Vítor Manuel Campos Couto	Partido Social Democrata
Ricardo Jorge da Silva Viana	Partido Social Democrata
Bruno Miguel Lourenço Candeias	Partido Social Democrata
Mário Nelson de Barradas Espinha	CHEGA
Rui Alberto Pires	CHEGA
Pedro Miguel Sousa da Mota	Bloco de Esquerda
Marilu Veiga Correia Batista Santana	Bloco de Esquerda
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz"
	(CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Marta Patricia Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz"
	(CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Mónica Elisa Pitman Dias	Coligação "Portimão Mais Feliz"
	(CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Maria de Lurdes de Sousa Vales Melo Nogueira	CDU (PCP/PEV)
Ricardo Nuno da Conceição Cândido	PAN

-----Não esteve presente, a seguinte deputada municipal: -----

NOMES DOS MEMBROS DA	Força Política
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	
Patricia Alexandra Gonçalves Ferro	CHEGA





2ª Reunião da 2ª Sessão Ordinária de 2025	Data: 30 de abril de 2025

FORÇA POLÍTICA	NOMES DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
Chega	Paulo Jorge Nascimento Canha	15 dias	16/04/2025 A 30/04/2025	Jorge Daniel Alves de Melo
Chega	Jorge Daniel Alves de Melo	14 dias	17/04/2025 A 30/04/2025	Rodrigo Jorge Jeremias
Chega	Rodrigo Jorge Jeremias	15 dias	16/04/2025 A 30/04/2025	Anabela Henriques Nunes Chaves
Chega	Anabela Henriques Nunes Chaves	2 dias	29/04/2025 A 30/04/2025	Rui Alberto Pires
BE	Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira	15 dias	16/04/2025 A 30/04/2025	Marilu Veiga Correia Batista Santana
PAN	Daniela Marlene da Conceição Duarte	8 dias	23/04/2025 A 30/04/2025	Ricardo Nuno do Nascimento Vieira da Conceição Cândido
PSD	Raquel Gonçalves Bernardino	35 dias	27/04/2025	Ricardo Jorge Viana





			A 31/05/2025	
PSD	Carlos Eduardo Gouveia Martins	4 dias	27/04/2025 A 30/04/2025	Bruno Miguel Candeias
Coligação "Portimão Mais Feliz"	Sandra Cristina Conceição Pereira Lopes	2 dias	29/04/2025 A 30/04/2025	Carolina de Almeida Soto de Assis
Coligação "Portimão Mais Feliz"	Carolina de Almeida Soto de Assis	2 dias	29/04/2025 A 30/04/2025	Manuel Afonso Lousada Moreira
Coligação "Portimão Mais Feliz"	Manuel Afonso Lousada Moreira	2 dias	29/04/2025 A 30/04/2025	Mónica Elisa Pitman Dias
PS	Pedro Jorge Marques Moreira	1 dia	30/04/2025	José Luis Mateus Barbudo

-----Apresentaram pedido de representação, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do artigo 18º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, o seguinte membro: -------

Força política	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃ O	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
PS	Maria da Luz Santana Nunes	1 dia	30/04/2025	Sónia Filipa Louzeiro Quaresma Oliveira

------A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo: --------

	•
NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Presidente – Partido Socialista
Teresa Filipa dos Santos Mendes	Vice-Presidente – Partido Socialista
José Pedro Henrique Cardoso	Vereador – Partido Socialista
Sandra Maria Duarte Pereira	Vereadora – Partido Socialista





Eduardo Catarino	Vereador – Partido Socialista
Ricardo Samuel Lisboa Pereira de Oliveira	Vereador – Partido Social Democrata
Pedro Humberto Castelo Terras Xavier	Vereador - CHEGA
Luís Manuel de Carvalho Carito	Vereador - Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)

	11/1103 Claddos/Allança)
Por Parte do Executivo da Câmara Municipal de Portimá	šo não esteve presente:
Rui Miguel da Silva André	Vereador – Partido Social Democrata
Quando eram vinte e uma horas e onze minutos, co	nstatada a existência de quórum, a Presidente da
Assembleia Municipal <b><u>Isabel Andrez Guerreiro</u></b> , declarou	aberta a <b>2ª reunião da 1ª Sessão Ordinária de</b>
<b>2025</b> , cumprimentando todos os presentes e referir que vão	o continuar a Sessão Ordinária que iniciaram ontem
com os dois pontos da ordem de trabalhos que estão na cor	ıvocatória
Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal,	<b><u>Isabel Andrez Guerreiro,</u></b> informou que seguia
para apreciação o ponto 4) da ordem de trabalhos, o	ponto <b>4-a)</b> Apreciação do Inventário dos Bens
Patrimoniais registados contabilisticamente no exercício eco	onómico do ano de 2024, nos termos da Proposta
- Deliberação de Câmara nº260/25, declarando aberta	as as inscrições para quem pretendesse usar da
palavra	
Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal	da bancada do PPD/PSD <u>Vítor Manuel Campos</u>
Couto, que principiou por cumprimentar todos os present	es, e referir que antes de mais quer deixar um
lamento, que após anos de espera ainda não têm o invent	tário total da Câmara que já foi pedido há muito
tempo, que o senhor Presidente de Câmara na altura disse-l	hes que já tinha enviado para os serviços da mesa
da Assembleia, mas esse aí ainda não chegou e é estranho e	continuo a sonegar alguma informação à oposição,
mas pronto, mas adiante	
Quanto ao mapa geral de bens imóveis, eu tenho	aqui uma questão. Eu vejo que foi retirado do
cadastro, ou abatido ao cadastro um lote no terreno sito na	rua da Esperança, aldeia nova da Boavista, com a
justificação e iluminação cadastral e um prédio urbano n	a avenida 25 de Abril, lote camarário A, que a
justificação é outros, e ao contrário dos outros imóveis que	nós percebemos que foram alienados, estes aqui
um diz, «iluminação cadastral e outro diz outros», simpl	esmente sem outra justificação. Eu gostava de
perceber, isto está na página cento e setenta e nove do do	cumento que nos foi distribuído, gostava de saber
o que é que se passa com estes bens imóveis que desapare	ecem assim do cadastro do inventário da Câmara.
Muito obrigado	
Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega	<u>Mário Nelson de Barradas Espinha</u> , que iniciou
por cumprimentar todos os presentes, e referir que sobre est	a deliberação, eles diriam que a unidade de gestão





do património entre barra UGP, é responsável por assegurar o conhecimento permanente dos bens do município tanto tangíveis, quanto intangíveis. Isso faz incluir a identificação, avaliação e registo detalhado de cada bem, desde a sua aquisição até ao eventual abate. Cada bem possuirá uma ficha de cadastro individual, onde são registadas todas as ocorrências relevantes, como aquisições, transferências, depreciações e/ou alienações. Devem incidir no mesmo inventário as aquisições e valorizações, mas também as desvalorizações, degradações e perdas de valor dos ativos, incluindo edifícios com problemas estruturais ou falta de manutenção. ----------- Quando da existência de danos significativos, terá que ser aplicada uma perda por imparidade, ou seja, um ajuste extraordinário ao valor do bem, logo implicando uma reavaliação técnica e contabilística do ativo, podendo até ser classificado como em vias de desclassificação se a recuperação não for viável. ----------- Para conhecimento geral, os inventários dos bens patrimoniais de qualquer município podem ser em termos práticos classificados nas vertentes de bens imóveis, bens móveis, bens do domínio público e bens do domínio privado do município. ----------- Ao abrigo das competências delegadas nas áreas da educação, saúde, cultura, portos, entre outras, será importante recordar que o património herdado das transferências de competência deveriam ter sido formalmente recetivadas de um conjunto de património imóvel. No entanto, ao consultar os inventários de bens patrimoniais municipais, públicos ou internos, não encontramos qualquer referência clara sistematizada e valorizada a esses ativos. Estaremos perante uma omissão grave não apenas do ponto de vista administrativo, como político. Será importante recordar que o património herdado das transferências não será um detalhe técnico, mas sim um enriquecimento patrimonial real que deverá constar dos registos contabilísticos, das atas de receção, dos inventários públicos e sobretudo de uma estratégia clara de manutenção, afetação e valorização desses meios. ---------- O património público não pode ser gerido com informalidade, muito menos quando se trata de bens, cuja origem está ligada a decisões destruturais para o futuro do concelho. Fica por isso o nosso apelo e a nossa exigência que este executivo apresente com urgência um inventário atualizado, detalhado e público dos bens imóveis transferidos para o município, bem como um plano claro de gestão e valorização dos mesmos, porque como diz o velho princípio, quem herda também se compromete. Por agora fico-me por aqui. Obrigado. ---------- Ah, e queria pedir à senhora Presidente da Assembleia que quando se der a votação, eu gostaria de fazer uma declaração de voto oral. ----------- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila, que começou por cumprimentar todos os presentes, e referir que em primeiro lugar o que o deputado do PSD falou, isto tem que ser a venda resolúvel. Algum lote de terreno está como venda resolúvel e foi vendido e por isso saiu do património do município. -----





----- Quanto àquilo que o senhor deputado do Partido Chega falou, isso não é completamente verdade. Todo o património que veio da saúde, da Docapesca, da APS e da educação, a única coisa que não está no património é a escola Poeta António Aleixo, porque ainda não faz parte, ainda não passou para a posse do município. Todos os restos dos edifícios todos já estão todos no património. O Dr. Pedro Pereira está-me a dizer que são muitas folhas, mas na sexta-feira senhora Presidente vamos enviar tudo, tudo, o património todo e depois faça-me o favor de enviar para todos os deputados municipais para verem o património que está todo registado na parte do município. Pronto, mas para não haver dúvidas algumas, vamos enviar o património todo, o Dr. Pedro Pereira está-me a pedir para mandar segunda-feira, portanto segunda-feira eu envio. Muito obrigado. ----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, portanto, desde que o WeTransfer suporte, tudo bem, mas aí temos o gabinete de informática para colaborar. ----------- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD Vítor Manuel Campos Couto, ó senhor Presidente, eu peço desculpa, mas eu fiquei na mesma. O senhor Presidente perante aqui um documento e que não está devidamente explicado, vem dizer que foi uma venda, ou uma possível venda, ou qualquer coisa que não conseguiu explicar em condições, e é assim, os outros estão aqui como alienações e aí uma pessoa percebeu que foi vendido. Tudo bem, este aqui diz, «outros», diz «iluminação cadastral». Não diz venda resolúvel, não diz outra coisa. Eu gostava que se pudesse ser mais concreto para nós percebermos exatamente o que é que aconteceu, não é, face à diferença que existe perante a informação que está disponível para os outros itens, eu gostava de perceber exatamente o que é que está aqui em causa, o que é que aconteceu de facto a estes bens, não pode ser, acho, peço imensa desculpa estar a insistir, mas gostava de ----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que surgiu-lhe ali uma dúvida na página cento e setenta e nove relativamente aos imóveis. Penso que o património imobiliário da autarquia é mais ou menos conhecido de todos os deputados municipais e de todos os vereadores, no entanto, há aqui um imóvel que eu desconhecia que é uma fração autónoma, designada pela letra I, que é o terceiro andar frente sito na rua França Borges lote B. Portanto, eu desconhecia que este imóvel existia e queria a rua França Borges lote B, e gostaria de saber exatamente qual é a utilização, se é a Cáritas, se corresponde, eu acho que não, porque não é um terceiro andar, portanto é impossível. Portanto, só gostaria de saber qual é a utilização que está a ser dada a esta fração. ----------- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega Mário Nelson de Barradas Espinha, Exmo. Senhor Presidente, eu pegando nas suas palavras, diria como é que esta Assembleia vai votar uma deliberação sem termos conteúdo palpável e sem ter conhecimento desse património? Obrigado. ------------------ Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) João Pedro Gonçalves Marques Caetano, que começou por cumprimentar todos os





presentes, e referir que não estava a pensar intervir, mas, enfim, muito sucintamente e de forma quase telegráfica diria o seguinte. Trata-se de um documento eminentemente técnico, não é? Por lei como foi aqui dito no início é obrigatório vir aqui a esta Assembleia, mas que nem sequer tem votação, isto vem aqui para mera apreciação, e é um documento, eu vou ser muito sincero, é um documento tão técnico e tão intrincado que eu com a minha miopia tive alguma dificuldade em ler algumas das alíneas, não pelo documento em si, mas, enfim, pela estrutura e porque é um documento muito exaustivo, com muitas páginas que eu tenho que presumir que está corretamente elaborado do ponto de vista técnico, porque é eminentemente técnico. O mesmo já não acontece com o documento que vem a seguir, que aí já também é uma coisa diferente, portanto é diferente porque tem votação. Este não tem votação, é uma mera apreciação que estamos obrigados nos termos da lei e, portanto, quer dizer mais apartamento, menos prédio, menos prédio, enfim, se fosse um prédio a ser alienado, até eventualmente dependendo do valor teria que vir primeiro aqui à Assembleia Municipal para haver uma autorização, dependendo do valor, pelo menos a partir de determinado valor. Agora, mais sinal de trânsito, menos sinal de trânsito, mais impressora, menos impressora, mais balde do lixo, menos balde do lixo, convenhamos estamos aqui a discutir, a apreciar e discutir questões da lena caprina, se me é permitida a expressão e quase o sexo dos anjos e, portanto, quer dizer fazer aqui apreciações sobre o que é que é abate, deixa de ser abate e parece-nos que é redundante e empobrece se calhar um bocadinho aqui os trabalhos. Tenho dito. ------trabalhos. Tenho dito. ------

Alambre Bila, ó senhora Presidente, o que eu disse, mas afirmei foi que para sair do património é porque era venda resolúvel e teve que ser vendido, portanto não podia ser de outra maneira. Portanto, se está noutros é isso que vou ver porque é que está noutros e não está como em alienação. Não, o prédio não é, é lotes de terrenos, sim mas é um prédio urbano, pode ser um terreno. Vou ver o que é que está noutros e vou passar por escrito essa informação.

----- O terceiro andar é o prédio onde está a Cruz Vermelha, o prédio onde está o Arsénio dos plásticos que foi construído e isso é da ação social, está entregue à ação social. Tenho dito, senhora Presidente.

relativamente à questão que o senhor deputado pôs Vítor Couto, se estiver em propriedade horizontal é fração a fração, esse que estava a falar. Pronto, estou eu a dizer, se estiver em propriedade horizontal, não mas relativamente àquilo que referiu dos oitocentos e setenta mil, isso era se tivesse... ok, ok. Não, eu só estou a dizer, eu não faço ideia, mas só estou a dizer, se estiver em propriedade horizontal... ok. Nada disso se aliena sem que... ali, aonde na avenida? Então vamos, portanto, agora permitam-me fazer uma clarificação que, aliás já foi feita de alguma forma, já adiantou essa clarificação o senhor deputado João Caetano. Portanto, nós como está na convocatória, à Assembleia só lhe compete fazer a apreciação e, portanto, não há lugar nem à votação, nem a declarações de voto. O que se faz é uma discussão de apreciação, aprecia-se o documento que é





apresentado, discute-se aquilo que foi apresentado pelos senhores deputados, as dúvidas que têm, digamos
assim as classificações das diversas rúbricas, mas é uma mera apreciação e, portanto, não vamos proceder à
votação, vamos encerrar a discussão neste momento uma vez que não tenho mais inscrições e vamos passar
ao segundo ponto da ordem de trabalhos, esse sim que vai ser sujeito à votação
Foi apreciado o Inventário dos Bens Patrimoniais registados contabilisticamente no exercício
económico do ano de 2024, nos termos da Proposta - Deliberação de Câmara nº260/25
Não esteve presente a Senhora Deputada Municipal da Bancada do Chega, Patricia Ferro
Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, <b>Isabel Andrez Guerreiro,</b> informou que seguia
para apreciação o ponto <b>4-b)</b> - Discussão e Votação dos Documentos de Prestação de Contas Individuais,
relativos ao exercício económico do ano de 2024 e Proposta de Aplicação de Resultados Positivos, nos termos
da Proposta - <b>Deliberação de Câmara nº262/25,</b> declarando abertas as inscrições para quem pretendesse
usar da palavra
Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal <u>Álvaro Miguel Peixinho</u>
<u>Alambre Bila</u> , tenho o prazer de estar hoje aqui na vossa presença para apresentar aos senhores deputados
e à senhora Presidente municipais, a prestação de contas referentes ao exercício 2024 e colocá-lo à apreciação
deste órgão. Este documento reflete igualmente o compromisso com a transparência, a responsabilidade e a
eficiência na gestão de recursos públicos, bem como o empenho em promover o desenvolvimento integral do
concelho e o bem-estar dos seus cidadãos
Da análise das contas de 2024 tem de ser efetuada tendo em conta uma conjuntura internacional
relacionada ainda com a manutenção de invasão militar da Ucrânia pela Rússia e os conflitos no Médio Oriente
novos focos de preocupação, com destaque para as alterações da orientação política e comercial nos Estados
Unidos. A inflação tem vindo a dissipar-se, mas o andamento da economia a nível europeu mostra ainda sinais
de fraqueza
Em Portimão, observamos uma dinâmica económica que coloca no topo nacional os números do turismo
e gerar receitas de emprego na economia local. Continuamos a demonstrar uma vida cultural aberta e
multidisciplinar, no desenvolvimento do concelho que coloca o centro da sustentabilidade ambiental nas
pessoas através de fortes investimentos na área da educação, ação social, desenvolvimento urbano, lazer,
desporto, sem negligenciar a sustentabilidade financeira
2024, o ano do centenário da cidade foi igualmente o mote para marcar o fim da cessação do Contrato-
Programa de Ajustamento Municipal PAM no âmbito do Fundo de Apoio Municipal FAM. Com a cessação do PAM
foi possível o arranque de vários projetos que vão marcar Portimão nos próximos anos e traduz o maior volume
de investimento dos últimos anos e, por outro lado, permitiu voltar a concretizar o calendário anual de eventos
culturais, desportivos e recreativos pelo concelho que valorizam os recursos locais, dinamiza os movimentos
associativos e promove a coesão social, projeta o concelho e é um fator de atratividade dos visitantes





Durante o período em análise, o município de Portimão obteve resultados financeiros positivos,
destacando-se alguns:
Saldo de execução orçamental de 2024 na ordem dos cinquenta e quatro ponto oito milhões de euros;
A execução orçamental da receita de noventa e dois ponto trinta e dois por cento;
Execução do orçamento da despesa cinquenta e três ponto dezoito por cento;
O prazo médio de pagamentos de seis dias de acordo com a metodologia calculada pela DGAL
Não foram registados no final do ano 2024 pagamentos em atraso. O resultado líquido do exercício é
de oitocentos e sessenta e três ponto vinte mil euros positivos, redução da rúbrica de financiamentos obtidos
de médio e longo prazo em cerca de cinco ponto cinco milhões de euros e cumprimento da regra de equilíbrio
orçamental em vinte e nove ponto quatro milhões de euros
Por último, ganha realce um conjunto diversificado de obras públicas concluídas iniciadas no ano 2024,
com especial realce para as seguintes intervenções:
Abertura do jardim Gonçalo Ribeiro Teles;
Expansão do sistema de videovigilância, acessos à cidade e praia da Rocha;
Expansão das infraestruturas de comunicações no município de Portimão, também nas freguesias de
Alvor e Mexilhoeira Grande;
A revisão do PDM;
Construção de passeios;
Repavimentação de vias;
Repavimentação da estrada 531, obra que vai começar;
Construção de ossários, catacumbas e columbários no cemitério municipal;
Reabilitação da fonte na praça Manuel Teixeira Gomes;
Elaboração do projeto de construção do elevador de acesso à praia da Rocha;
Requalificação e valorização do jardim da fortaleza na praia da Rocha;
O polidesportivo da quinta do Amparo que já está em concurso
Por fim, uma palavra especial de agradecimento aos colaboradores da Câmara Municipal. Ainda temos
um conjunto longo de caminho a percorrer, mas também temos consciência do trabalho realizado, resulta no
empenho, dedicação e rigor, espírito de sacrifício, evidenciando de um modo geral todos os colaboradores. O
número de colaboradores do município em 2024 atingiu novecentos e oitenta e três, são mais dezasseis
colaboradores do que registado no ano transato, e no próximo ano e o número de colaboradores foi registado
em 2020, 2022. É tudo, senhora Presidente
Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD Ricardo Jorge da Silva Viana,
que começou por cumprimentar todos os presentes, e referir que ali é o relatório de gestão que eles estão ali
a analisar relativo a este exercício de 2024, e há ali um aspeto que lhe chamou a atenção e que ele gostava





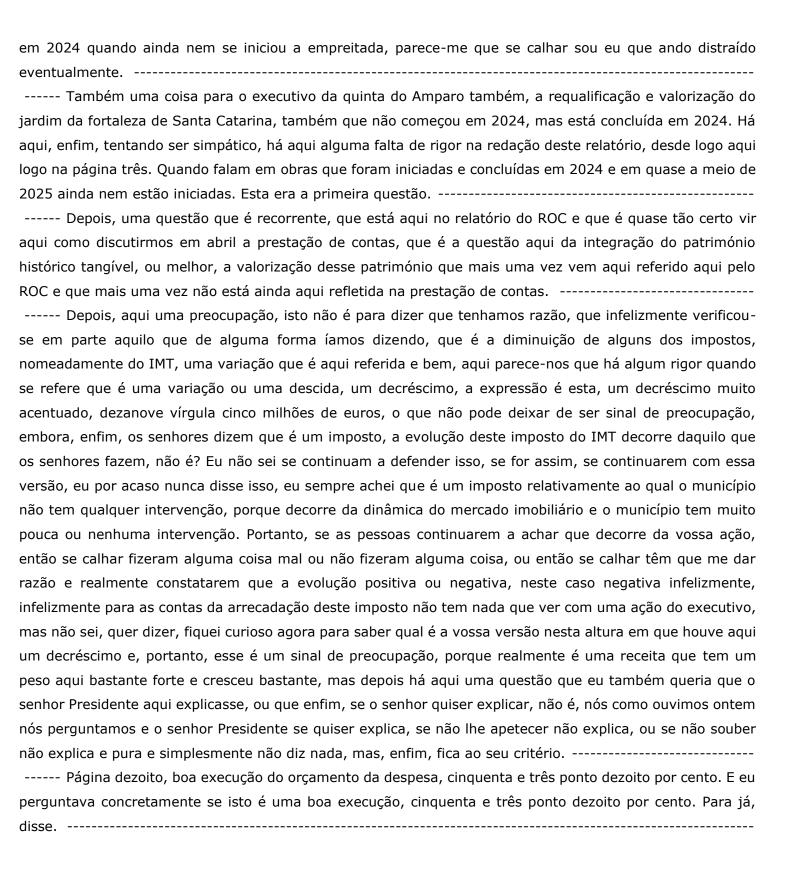
popular e com efeitos positivos na economia local, mas pergunto eu, com que base e em que critério foi tomada esta decisão? Onde é que estão os dados que suportam esta classificação? Isto porque outros eventos, e temos o festival da sardinha, são classificados como despesa cultural ou recreativa sem qualquer valorização estratégica orçamental no desenvolvimento económico. Ora bem, se considerarmos que todos os eventos geram impactos económicos e devem ser enquadrados numa estratégia de promoção e dinamização do território, então deveremos adotar estes critérios para tudo. Objetivos e transversais e não tomar assim umas opções arbitrárias que parecem assentar mais em decisões políticas, casuísticas, do que numa estratégia clara

e num planeamento rigoroso. ------

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, aprecio muito a leitura que o senhor Presidente da Câmara fez do documento, era um bocadinho escusado senhor Presidente, porque tínhamos o documento aqui à nossa frente e eu, enfim, fui seguindo a sua leitura, foi saltando parágrafos, mas depois voltou atrás e eu apreciei de uma forma especial a referência que fez do conjunto diversificado de obras públicas concluídas ou iniciadas no ano 2024, enfim, quando se fala aqui na repavimentação na estrada 531 iniciada e concluída











----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda Pedro Miguel Sousa da Mota, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que vai só elencar aqui alguns pontos negativos. Os positivos já disse ao senhor Presidente e começo aqui pela queda do resultado líquido, uma redução de noventa e sete por cento, diminuição das receitas, nós já tínhamos estado também a falar sobre este assunto que isto um dia la acabar mais cedo ou mais tarde infelizmente para o município de Portimão os impostos diretos, IMT, as receitas de capital também caíram, o aumento das despesas correntes em dezanove por cento, a baixa execução orçamental também, temos também aqui muita dependência dos saldos anteriores como já tinha falado ontem e também a volatilidade do IMT também que baixou em relação ao ano 2023, os riscos económicos externos que podemos ter aqui mais uma nova crise com os conflitos geopolíticos, no caso da Ucrânia, do Médio Oriente, as alterações políticas comerciais com os Estados Unidos podem impactar negativamente a economia local. No entanto, o Bloco de Esquerda como é um documento feito e que transporta as contas do município, o Bloco de Esquerda vai-se abster deste documento. Tenho dito. ----------------- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que a apreciação destas contas deste exercício diz-lhes, de facto esclarece-lhes alguns aspetos sobretudo porque como dizia o velho contabilista, os números são informação, e como os números são informação, importaria observar sobretudo naquilo que são as fontes, principais fontes da receita da Câmara, um decréscimo efetivo nessas fontes de receita, os quais só foram, digamos equilibrados justamente através da taxa turística, se bem repararem a taxa turística foi oportuna nesta matéria. É óbvio que estes elementos devem ser analisados à luz de uma instabilidade geopolítica e consequentemente à luz de uma prudência que o PS sempre tem vindo a acentuar e que mantém essa coerência, mantém esse posicionamento, ou seja, que seria desejável que se mantivessem valores de funcionamento que permitissem porventura dar satisfação, dar resposta alguma base social que o requeresse face a situações de crise, enfim, nós observamos de todo em todo que o IMT sofre efetivamente um decréscimo de dezanove milhões e meio, isto de 23 para 24, o IMI a coberto da redução de imposto, de zero guarenta e cinco tem vindo a descer e neste momento está em zero trinta e nove, portanto compreende-se perfeitamente que o saco da receita, enfim, tenha sofrido também com essa decisão política.---------- Se notarmos, é importante observar que as receitas sofrem um recuo a 2019, 2020, hão-de verificar isso, em termos percentuais acabamos por perceber que essa retoma é efetivamente uma retoma em baixo, uma vez que após o ano de 2021 há, enfim, toda uma série de investimentos que foram paralisados e que houve paralisia justamente por conta da Covid-19. Portanto, a partir de 2024 a receita do IMI voltou a ficar como a primeira receita do município. O que há a dizer nesta matéria e é observado também, é que as despesas de pessoal mantêm-se, enfim, uma percentagem idêntica, portanto estão estáveis, não é? Enquanto as receitas decaíram drasticamente, as despesas de certa maneira mantendo-se a aumentar. Portanto, do que se deduz

daqui destas contas, não sei, efetivamente nós não aprofundámos muito esta matéria, mas em todo o caso





naquilo em que esse aprofundamento foi feito, nós verificámos que seria desejável que o município mantivesse um equilíbrio e um cuidado, enfim, moderação neste momento de incerteza. Portanto, não por sermos intolerantes ao risco, não é disso que se trata, mas porque efetivamente nós passamos por uma conjuntura extremamente difícil, uma instabilidade geopolítica que, enfim, se abeirou de nós e, enfim, da qual temos que dar resposta. Portanto, a questão para nós é essencialmente esta, ou seja, a necessidade de manter o rigor e a transparência nas contas e isso temos que fazer justiça a este executivo liderado por Álvaro Bila, a preocupação de transparência e de rigor tem sido uma constante e, enfim, nesta matéria nós estamos absolutamente tranquilos quanto a isso e quanto às reflexões que advêm desta apresentação de contas. --------- Entendemos que um futuro próximo sugere justamente essa prudência que é efetivamente aconselhável, e consequentemente para nós, enfim, este documento é um documento absolutamente claro, transparente, que é óbvio e evidencia alguns parênteses, nomeadamente na questão em matéria de integração do património percebemos obviamente aquilo que seria isto, portanto no fundo são valores não transacionáveis que é o caso do museu, portanto não nos aflige grandemente, embora e isto é absolutamente inequívoco, embora seja desejável que essa aferição se faça, que essa valoração tenha lugar, mas para nós não é motivo algum que vá beliscar a pureza, digamos económica e a transparência deste documento, e nessa medida o PS irá votar favoravelmente o documento sem quaisquer reservas de todo em todo. Muito obrigado, senhora Presidente. Disse. ----------- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD Bruno Candeias, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e referir que no que respeita à pavimentação da estrada 531 do Telheiro aos Montes de Alvor, queria referir que este é um assunto falado já por diversas vezes, já mais de quatro anos nas sessões de Assembleia de Freguesia de Alvor. Na altura alertava eu para a falta de condições de segurança, sobretudo junto ao aeródromo onde não há passeios e há necessidade de outras obras. O que sempre foi referido nessas sessões de Assembleia de Freguesia, é que havia um projeto para total requalificação da ria, com alargamento e criação de melhores condições de escoamento do trânsito. Pergunto se o que está previsto é uma mera repavimentação, ou se o que estamos a falar é da tal requalificação que está anunciada, ou que ----- Em relação a todas as obras feitas e por fazer, gostaria de referir novamente a demora na execução dos projetos, o que penalizam muito a população de Portimão e a atividade económica da cidade. ----------- A nossa passagem por cá é demasiado curta para esperar mais de dez ou quinze anos por um verdadeiro parque municipal, ou vários mandatos pela execução do plano de mobilidade, da transição energética de mais e de melhores escolas. ---------- A inércia não só priva a cidade de estruturas, mas rouba também tempo às pessoas ao privá-las da utilização, ao privá-las da experiência, das vivências que as estruturas proporcionam. ------





Considero então importante que o executivo seja lembrado da importância de fazer. Tem sido feita
alguma obra recentemente, não estivéssemos em ano de eleições, mas é importante mais e é necessário ver
o que é que está por fazer e acelerar esses projetos. Obrigado
Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega <u>Mário Nelson de Barradas Espinha</u> , e sobre
esta deliberação, 262/25, tenho-lhe a dizer que, o exercício económico do município de Portimão do ano 2024
é um documento extenso e denso de informação, nesta pequena análise irei-me pronunciar sobre alguns dos
factos dos mesmos
A execução do orçamento de 2024 é da responsabilidade do Partido Socialista e o Partido Chega
apresentou por várias vezes propostas ao longo dos exercícios de 2021, 22, 23 e 24, as quais o Partido
Socialista não incluiu no seu orçamento municipal. O exercício de 2024 demonstra que o IMT, imposto
considerado variável de acordo com as transações de imóveis, representou nos últimos quatro anos cinquenta
e seis milhões duzentos e quinze mil trezentos e dez euros, o que permitiria que a dívida ao FAM atingisse os
cinquenta e quatro milhões, ao invés dos atuais oitenta milhões
Nos últimos três anos, o Partido Chega defendeu o pagamento antecipado da dívida e consequente
diminuição dos impostos, IMI, derrama e devolução da participação de cinco por cento do IRS das famílias
portimonenses. Estas medidas permitiriam que as famílias portimonenses e os agentes económicos
promovessem melhores condições de vida e de investimento através do aumento do seu rendimento
disponível
Registe-se que o concelho de Portimão detém neste momento graves problemas de ordem socioeconómica e
da ordem pública
Todas as rúbricas de impostos municipais tiveram aumento. Os portimonenses pagam cada vez mais
impostos e têm cada vez menos serviços públicos
As receitas totais líquidas arrecadadas em 2024 ascenderam aos cento e vinte e nove vírgula três
milhões de euros e correspondeu a uma taxa de execução de mais três vírgula oitenta e nove por cento, face
ao ano 2023
À imagem da gestão do governo da República paga-se mais impostos para ter menos serviços públicos.
Chega! Urge uma nova ordem socioeconómica de acordo com o novo modelo socioeconómico que promova
maior justiça fiscal e alocação dos dinheiros públicos de ordem eficiente em nome da transparência da causa
pública
Verifica-se que existe um excesso de receita da rúbrica condução trânsito, resultando da vigilância do
estacionamento em algumas zonas da cidade. Este valor é metade do valor cobrado em receitas, a outra
metade fica na EMARP, entidade pública com competências delegadas para o efeito
A política feroz de controlo do estacionamento no concelho de Portimão traduz-se numa redução da mobilidade
dentro do espaço urbano da cidade e diminuição da competitividade do comércio local,





----- Ao longo da série temporal 2015/2023, identifica-se um aumento das despesas relacionadas com eventos culturais, o qual ascendeu a seis vírgula sete milhões no exercício de 2024, perante o cenário socioeconómico do concelho de Portimão onde está presente a falta de habitação, o património municipal degradado, etc., etc. Os recursos financeiros estão em excesso alocados à rúbrica de eventos. Portimão necessita de menos eventos e de maior investimento nas necessidades dos seus cidadãos e do espaço público. ----- Registe-se a falta de pessoal em diferentes áreas dos serviços públicos do município de Portimão. Estranhe-se, a política dos últimos anos tem sido inversa às necessidades, prejudicando a causa pública e a qualidade do serviço público. ----------- O executivo do Partido Socialista é míope na gestão camarária, não acolhe as sugestões do Partido Chega, penaliza os portimonenses com impostos, terminando o exercício de 2024 como um superavit. Urge uma nova política municipal da maior aproximação e responsabilidade. O Partido Chega vota contra a presente deliberação. Obrigado. ------deliberação. Obrigado. ----------- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que não pode deixar outra vez de fazer a intervenção em relação e neste momento já não é só o senhor Presidente, mas também a bancada do PS, em insistir em chamar aos trabalhadores colaboradores. Então, sugiro aqui uma questão. Na página nove, que se decidam, porque é assim, a 31 de dezembro o número de colaboradores do município era de novecentos e oitenta e três, distribuídos pelos seguintes vínculos, e temos colaboradores, mas depois temos aqui contratos de trabalho de função pública por tempo indeterminado, se calhar devem trocar esta determinação também e já temos novecentos e trinta e dois colaboradores. Ontem até já se falava de colegas e, portanto, isto não é uma questão, qualquer dia começam a tratar toda a gente como colegas, o senhor Presidente não é meu colega, não somos todos colegas somos eleitos, é uma questão de princípio e de rigor. Portanto, não poderíamos deixar aqui de voltar a dizer, ainda para mais amanhã comemora-se realmente o Dia do Trabalhador que é comemorado no dia 1º de Maio, que é uma data como todos sabem que celebra a luta histórica dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e de direitos sociais, data que homenageia as vítimas da greve geral de Chicago que lutaram pela redução de jornada de trabalho de treze para oito horas. Eu pergunto, qualquer dia não há processos disciplinares, não há contratos de trabalho, não há código de trabalho, portanto eu acho que é mesmo uma questão de rigor. São trabalhadores, colaborador é outra coisa e os funcionários desta Câmara não são colaboradores. Eu não poderia deixar de fazer esta intervenção. Muito obrigada. ---------- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano, para dizer que não quer falar dos colaboradores, nem dos colegas, nem dos trabalhadores, acha que isso já foi falado aqui. Relativamente à

taxa turística, a taxa turística implementação e cobrança tem cerca de um ano, portanto começou a ser cobrada





em março de 2024, foram arrecadados três milhões de euros, ou seja, mais duzentos e noventa mil euros do que estava previsto no orçamento da receita, e gostaria de perguntar ao executivo qual é o destino que pensa dar a este montante arrecadado com a taxa turística. Qual é a alocação que vai fazer, se vai dividir por várias obras, o que é que tem previsto para este montante? Disse. ----------- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Fiqueiredo Santos**, bem, efetivamente o que há a dizer nesta matéria face à argumentação que tem sido feita nesta Assembleia, nós percebemos a falta de identificação que partidos como o Chega possam ter por terem propostas de alguma maneira diferenciadas daquelas que fazem parte, digamos da trajetória política do Partido Socialista no executivo. É claro que as questões que sempre surgem aqui em debate e que, enfim, e que são recorrentes, uma delas é, portanto dessas questões, uma delas é justamente a questão de pagamento antecipado da dívida. Nós já vimos, já argumentámos suficientemente neste âmbito a razão de ser dessa não liquidação total da dívida que nos deixaria sem chão obviamente para, e daí que tenhamos alertado para a necessidade da existência de uma contenção e de uma cautela, não é, porque de facto a gestão do executivo não se resume ao trato dos números e, portanto, e à redução económica. Ela dá satisfação naturalmente desde logo a um conjunto de problemas sociais que sempre estiveram em pauta, porque passámos pela crise do Covid e hoje estamos à beira de uma outra crise portanto, e, é necessário de facto ter cautela no que se faz. ---------- Depois, também vimos que a nível de mercado os juros do FAM eram inferiores àquilo que era a dinâmica de mercado na altura, portanto não nos pareceu que fosse um mau argumento nessa altura. É óbvio que se preconiza uma nova ordem económica e nós respeitamos isso, a inexistência da rendição a esta ordem económica que é baseada em alicerces demográficos muito específicos, em alicerces democráticos muito específicos, portanto também e é óbvio que baseados na apropriação privada dos bens, portanto digamos no livre mercado. Verdadeiramente é essa a sociedade que nós preconizamos, não é, uma sociedade de mercado regulada, não preconizamos uma nova ordem económica. ---------- Na matéria que respeita à rúbrica de eventos, vale dizer o seguinte, porque já não é sem tempo de pensarmos que uma cidade turística é essencialmente uma cidade que supõe a fruição do lazer, e esse lazer que se consubstancia em eventos, esse lazer não é tão só e apenas para turistas, antes pelo contrário. Se nós verificarmos os eventos que tiveram lugar aqui em Portimão, por exemplo durante três noites seguidas, verificámos uma participação ímpar das pessoas nesses mesmos eventos. Portanto, não vamos pensar que a cidade para ser atrativa do ponto de vista turístico possa abdicar de eventos. Portanto, a gente não percebe sobretudo as pessoas que estudam um pouco de turismo, não percebe porquê estes ataques constantes relativamente aos eventos. Vamos dizer, podemos ser críticos em relação aos eventos? Podemos sim. Podemos dizer, bem, não queremos tanto eventos importados quanto eventos que promovam a cultura local. Tudo bem, aí estamos de acordo, mas é claro que mesmo a promoção da cultura local para ter alicerces necessita do seu tempo. Então, vamos dizer que a circunstância no fundo, debate-se com este sumos bónus da cidade turística.





A cidade turística tem que pulular, tem que no fundo ter dinamismo, tem que ter ânimos. O turismo é uma atividade emotiva, portanto é necessário ponderar estes aspetos. Agora, pensar a transformação da cidade de modo a que não seja objeto do monopólio turístico, tudo bem, é outra matéria, mas enquanto esta for uma cidade predominantemente turística, há que perceber que o lazer faz parte intrínseco, deve fazer parte intrínseca da sua dinâmica de vida, não é? Eu não me queria deter, enfim, com estas questões que têm a ver com as citações da Lurdes Melo de onde, aonde vem com a questão dos deputados e dos membros e não sei quê, é óbvio que uma coisa é a nossa função, outra, é a forma como nós nos relacionamos com ela, os membros desta Assembleia deputam da mesma forma que os membros do parlamento deputam, e deputar o que é? Deputar é estar incumbido de um discurso, é estar incumbido de uma palavra. Portanto, a condição de membro só por si não diz da função. Eu procurarei não me enganar, procurarei não me enganar. Isto para dizer também que não vale a pena nós andarmos sistematicamente a sobrecarregar o termo que supõe uma certa ideia clássica de trabalho, porque é isso que está na vossa cabeça, esta ideia clássica de trabalho que se esquece que hoje praticamente a classe operária é residual. Quando estamos a falar de trabalhadores, estamos a falar de trabalhadores de serviços. Agora, se estamos a falar de uma aproximação, de uma relação, não vejo que constitua perjúrio nós falarmos de colaboradores, porque efetivamente nem todos os trabalhadores são colaboradores, portanto digamos assim, não é, e de um modo geral todos os colaboradores são trabalhadores. Bem, isto para quê, para dar também uma certa nota, enfim, de um certo humor, de uma certa leveza neste tipo de discussão, porque também a política é feita destas ironias e das maiêuticas, não é, lá dizia o velho Sócrates. Obrigado, senhora Presidente.

Mateus, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que o deputado José Figueiredo teve o condão de o acordar, só para fazer aqui um ponto de situação e posicionamento muito simples, porque comprometeu-se em gastar dois minutos, que é. A questão nem é pertinente, a questão é a maneira como o deputado pôs, mas é assim, mas Portimão é só uma cidade turística até para sempre? A gente não põe em dúvida o marketing turístico, sabemos todos do que estamos a falar. Então, mas a gente anda aqui sempre a falar e a investir, isto é só turismo? Sobre todas as outras coisas que andamos aqui a dizer que é preciso fazer atração, diversificação económica e tecnológica, o que se está aqui a dizer é, se pomos os ovos todos na galinha, só numa, os outros não arribam. O que estamos aqui a dizer é que quando se diz dos eventos nem é o volume e a quantidade, porque isto não pode ser só uma cidade de atração turística e penso que ninguém quer isso. Então, se nós não queremos isso, temos que pegar em dinheirinho, fazer como vocês estão a dizer bem e gerir bem o dinheirinho e dizer assim, agora vamos menos aqui e vamos pôr ali. Qual foi o evento que foi feito para a atração de investidores? Zero. Portanto, é isto que estamos aqui a falar. Portanto, nem estamos aqui, agora quando pedimos o favor, pelo menos do nosso lado, pedimos o favor de quando se fala da questão dos eventos, falamos disto, é Portimão não pode ser, não é por aí o caminho, apenas uma cidade turística, e





isso tem que estar aí evidenciado nas contas. Estamos a olhar para as contas e não existe investimento de atração e das áreas de tecnologias que é preciso e já sei qual é a resposta, vem aí um campus tecnológico, vem não sei quê. Isto não é só assim, porque isto não é só nos outros. Nós temos que fazer coisas por nós próprios e, portanto, quem cria e muito bem estes eventos de atração turística lúdica, também pode criar eventos para as outras questões que são necessárias para o território não ser só turístico. Disse, muito obrigado. ---------- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira, para dizer que fico espantada com a intervenção do senhor membro desta Assembleia e continuo a chamar membro e pergunto-lhe se na lei das autarquias locais, na lei 75/2013, alguma vez se fala de deputado? Era isso que eu gostaria de perceber. ----------- Outra questão, também fiquei espantadíssima que o trabalho seja só operariado, portanto que os trabalhadores como para si não há classe operária, porém ainda existe classe operária, mas eu só gostaria de perguntar é se o trabalho é só da classe operária. Eu considero-me trabalhadora, embora não esteja vinculada a um contrato de trabalho dependente, como acho que o senhor também é trabalhador. Portanto, essa ideologia e esse branqueamento da palavra eu acho que o Partido Socialista deveria ter um bocadinho de cuidado. ---------- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila, ouvi com muita atenção o deputado do Partido Chega, mas gostava de lhe dizer uma coisa. O que seria se tivéssemos resultados negativos? Falou, falou tanto. O que seria se tivéssemos resultados negativos, e fazer-lhe lembrar também que a questão dos parquímetros também é uma questão muito levantada pelos comerciantes, mas é porque querem os parquímetros, porque senão não há rotatividade do estacionamento e, portanto, isto tem sido várias vezes debatido com as associações comerciais. ----------- A senhora deputada também falou por causa do valor da taxa turística. O valor vai ser na Noitada do jardim da fortaleza e na reestruturação da fortaleza também. ----------- Na 531 é a repavimentação, porque ainda temos que tratar das expropriações todas e se na estrada que vai do Retail até à zona industrial que são seis proprietários tem levado o tempo que leva, quando chegarmos à 531 vai demorar e bem. ----------- Depois, do IMT temos falado. Ontem se tivessem visto também na informação do Presidente já estava lá, o IMT este ano já está a melhorar, baixou relativamente ao ano melhor que tivemos que foi 2023, mas, no entanto também já era expetável. Aliás, o senhor deputado João Caetano dizia sempre que apresentávamos o orçamento que o valor estava inflacionado. Recordo-me disto, sempre disse isto e, portanto, quanto à despesa, sim, não, não, foi sua, então, foi menos investimento, é verdade. Sim, investimento dos privados no

IMT. Portanto... ------





Quanto à despesa, sim, senhor deputado, os cinquenta e três por cento achamos que foi um bom resultado do lado da despesa de cabimentações que tivemos que fazer, espero noutros anos conseguir muito melhores resultados do lado da despesa também, porque a cidade precisa de investimento e não é no ano de eleições, vai ter que ser todos os anos que vamos ter que o fazer. ----------- Quanto à classificação, depende da área do desenvolvimento onde projetamos a ação, neste caso foi projetada no turismo e como é projetada no turismo, por isso é que aparece aí as outras atividades que são do departamento da cultura e não vem como área de desenvolvimento do turismo. De resto é tudo, senhora ----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda Pedro Miguel Sousa da Mota, ----- Quando se fala dos investimentos em cultura no caso da Noitada, o que é verdade, é que quando nós planeamos uma viagem, nós vamos ver os eventos culturais que há nessa cidade ou nesse sítio que nós vamos passar férias, tirando o sistema antes de ir para os resort de praia, mas quando nós vamos para uma cidade, uma das primeiras coisas que pelo menos eu faço e a minha esposa também, é ver os eventos culturais. Eu acho que sim, que deve-se investir nos eventos culturais, tem que se ter atenção aos custos, não é, inerentes a esses investimentos, mas os investimentos culturais são importantes para uma cidade como a nossa que vive praticamente do turismo. Até podia falar aqui um bocado do meu discurso do 25 de Abril onde nós continuamos a falar que deve-se diversificar a economia da cidade, mas falta-nos o parque industrial, faltanos muita coisa, muitas infraestruturas para isso mesmo e para as pequenas, médias e grandes empresas que queiram ficar na cidade não têm sítio, não têm lotes para construir os seus equipamentos. Neste momento, também é uma coisa que tenho muita pena que não se fala aqui, também foi falado no meu discurso do 25 de Abril que é da a habitação, e também não vi muitos deputados aqui a falar sobre a habitação, que é a maior crise que esta cidade tem, que é a habitação, é falta dessa mesma, e não só da habitação, mas também com a renda acessível e tudo mais, e este documento não tem uma nota sobre a habitação. ----------- Em conclusão, apesar deste resultado líquido positivo, e realmente é positivo, tem muito a ver com a receita dos anos anteriores, o município de Portimão enfrenta desafios significativos como a queda nas receitas tributárias e o aumento da despesa. A gestão prudente e os recursos e adjudicação de fontes de receita serão essenciais para garantir a sustentabilidade financeira para o futuro. Tenho dito. --------------------------------- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD Natalino António Gomes Alves, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que também acordou com as palavras do senhor deputado José Figueiredo, para lhe dizer uma única coisa que é a questão dos eventos que a Câmara preparou e tem preparado para os próximos anos se lá chegar e dizer o seguinte. Eu não sou contra os eventos, ninguém me houve dizer que sou contra os eventos, o que eu sou contra é a data desses eventos, eles são preparados para o turismo como o senhor aqui defendeu. Agora, em julho não é data para haver eventos daquela natureza. Os portimonenses, as pessoas e o comércio agradeciam que a Câmara antecipasse em





época baixa esses eventos, enfim, com os visitantes que se diz que vêm cá, a cidade já não tem capacidade para receber os turistas que cá vêm, é difícil para os portimonenses e é difícil para quem nos visita, quanto mais aglomerar ainda muito mais com esses eventos na praia da Rocha fechando metade da praia da Rocha para esses eventos, eu penso que em julho é uma data má, péssima e é contra essa data que eu estou e que defendo que não deveria acontecer. O senhor com certeza que pensará o mesmo que eu em relação a essa matéria, e porque é que ele se faz em Portimão? Faz-se em Portimão porque nenhum outro concelho do Algarve junto à praia aceita este tipo de eventos. O mês de julho é o mês de turismo, é o mês em que os hotéis já estão na sua plenitude e, portanto, Portimão já tem o suficiente de turistas, não precisa daquele tipo de gente aqui em Portimão. Deveria de ser antecipado, deveria de ser nos meses de fraca afluência, onde aí sim dava um benefício se calhar a todos, não na data de julho, e cada vez é mais, qualquer dia, qualquer ano se a Câmara continuar a ser gerida como tem sido, vai ser em agosto, se calhar vai ser em agosto. Portanto, eu peço ao senhor Presidente que pense um pouco sobre as datas desses eventos e que defenda a população, defenda o turismo que nos visita nessa época e não feche a praia. A única praia que nós temos, a praia da Rocha, não a feche no mês de julho, obrigue essas organizações a fazerem estes eventos nos meses anteriores à época balnear. Tenho dito.

----- Senhor Presidente, quando analisamos a execução das despesas de capitais, ou seja, o investimento real no desenvolvimento do concelho, deparamo-nos com um dado absolutamente alarmante. Apenas vinte e um vírgula cinco por cento dos quarenta e oito milhões de euros previstos foram efetivamente executados. Isto significa que mais de três quartos do investimento anunciado ficou pura e simplesmente por concretizar.

----- Falamos de obras estruturantes prometidas à população, desde a requalificação de vias, a escolas, à construção de habitação social e equipamentos públicos. Quase tudo ficou por fazer e isto não é apenas um sinal de eficiência, é uma falha grave de planeamento e de gestão deste executivo, mas se olharmos agora para o lado das receitas o panorama não é muito mais animador. Ainda que o executivo se congratule por





apresentar receitas globais na ordem dos cento e vinte e nove milhões, importa sublinhar que quarenta e dois por cento deste valor resulta de saldos transitados dos anos anteriores. Pior ainda quando observamos, por exemplo, o IMT, uma das principais fontes de receita deste município e que teve uma queda abrupta de cinquenta por cento, um sinal claro de um modelo económico altamente dependente do setor imobiliário, incapaz de resistir a qualquer abrandamento deste mercado e porventura à perca de atratividade de Portimão. ----- Este modelo que vive do empolamento das receitas e do adiamento sistemático das despesas, mesmo assim só foi capaz de gerar um resultado líquido de apenas setecentos e quarenta e oito mil euros neste exercício, o que representa uma quebra em relação ao ano transato de noventa e sete por cento. Enquanto se apresentam saldos de gerência na ordem dos cinquenta e cinco milhões de euros de fundos disponíveis na ordem dos quarenta e oito milhões, os compromissos contratualizados e não pagos somavam em dezembro último, dezasseis vírgula cinco milhões. Dezasseis vírgula cinco milhões de euros que foram prometidos aos portimonenses para projetos estratégicos que ainda não chegaram ao terreno, nem contribuíram para melhorar a qualidade de vida destes. Isto senhor Presidente não é rigor, isto é maquilhagem orçamental, é iludir a população com promessas que tarde ou nunca se concretizam. Na verdade, e importa dizê-lo com clareza, o que este e os exercícios anteriores económicos demonstram, é que o único propósito deste executivo Socialista é gerir para as estatísticas e para os títulos eleitorais, não é para as pessoas. ----------- Falou em contenção de custos, mas as despesas com bens e serviços aumentaram trinta e três por cento. Corta-se dezasseis por cento no investimento, mas aumenta-se nas despesas correntes, não há coerência, não há visão estratégica, senhor Presidente. ---------- Como explicar aos portimonenses que com dezenas de milhões em tesouraria continuam a faltar vagas nas creches, que as escolas básicas estão superlotadas, que o trânsito continua caótico na nossa cidade, ou que o nosso centro histórico defina dia-a-dia. Como justifica senhor Presidente que os projetos rodoviários prometidos há mais de uma década e projetados desde então continuam sem sair do papel? Como é que é possível não ter erquido ainda uma única casa nova das centenas prometidas, quando este executivo diz colocar a habitação social no topo das suas prioridades, e quando outros municípios inclusivamente que concorreram ao PRR aqui no Algarve, já entregaram chaves? ---------- Senhor Presidente, onde é que está a requalificação da piscina municipal prometida, onde é que está a ampliação do complexo desportivo de Alvor e da Mexilhoeira Grande que prometeram em 2021? Onde é que estão os duzentos fogos a custos controlados, a requalificação do auditório municipal, a construção do novo cemitério, a requalificação da quinta pedagógica, a construção do parque ambiental do bom retiro, a criação do parque urbano do Barranco do Rodrigo, a construção de habitação, a construção da V2, da V13, ou do viaduto de Chão das Donas? Tudo isto foram vossas promessas e estamos a acabar, estamos há poucos meses de acabar o mandato, não estão concretizadas. É esta a política de boa gestão de que se orgulham? É este o modelo de governação que querem continuar a apresentar aos portimonenses como um exemplo? ------





----- Senhor Presidente, este é um executivo que se gaba de concluir um Programa de Ajustamento Municipal, mas na verdade simplesmente trocaram a austeridade imposta por uma austeridade autoinfligida, dada a incapacidade de concretizar os projetos de que este município necessita. O município, senhor Presidente, não é uma caixa de providência, não está cá para acumular excedentes à custa da qualidade de vida dos seus munícipes. O município deve investir, deve planear, deve transformar e infelizmente nada disso está a acontecer em Portimão. O PSD não pode pactuar com esta política de baixa ambição, com esta gestão que se limita a empurrar problemas para a frente e há como há promessas não cumpridas. Estamos perante um concelho que estagnou, que parou no tempo, enquanto outros concelhos da região avançam com obras de mobilidade, habitação e investimento qualificado. ---------- Olhando para os números apresentados nesta prestação de contas, impõe-se perguntar. Afinal para onde é que vai o dinheiro, se não se vê nas ruas, se não se vê nas escolas, se não se vê nos transportes, no apoio social ou na habitação? ----------- Minhas senhoras e meus senhores, o verdadeiro indicador de um sucesso de uma boa gestão pública não está nos saldos bancários, mas sim no impacto positivo que as políticas implementadas na qualidade de vida daqueles que nos confiaram o seu voto, e essa infelizmente não está aqui contabilizada. O que esta prestação de contas não demonstra é que esta Câmara Municipal continua a privilegiar o conforto burocrático em detrimento da ação. Já não há ambição, não há ousadia, não há política, não há futuro, apenas uma gestão para manter as aparências e uma indisfarçável incapacidade de cumprir aquilo que prometem. Por tudo isto, por respeito principalmente aos portimonenses que esperam mais e melhor, o PSD votará contra este documento. Não porque rejeitemos o rigor, mas porque exigimos muito mais do que isto. Os portimonenses merecem muito mais do que isto. Nós exigimos visão, exigimos liderança, exigimos resultados e nada disso vemos no exercício deste executivo. Muito obrigado. ----------- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) João Pedro Gonçalves Marques Caetano, bom, senhora Presidente, eu não queria fazer aqui o debate em torno do que é que temos aqui na autarquia, se são trabalhadores ou colaboradores, nem se deputamos mais ou deputamos menos, parece-me que a questão aqui não passa por aí do debate e também não percebi da resposta que o senhor Presidente deu, quais são as razões ou as explicações que tem para dar à Assembleia para esta redução, para esta baixa, aliás execução da despesa durante o ano 2024 e, portanto, eu disse isto ontem e vou voltar a dizer. É um bocadinho empobrecedor do debate quando nós tentamos esclarecer aqui algumas questões que estão nos documentos que estão em análise e em discussão e desse lado e volto a dizer aquilo que disse ontem, o senhor Presidente tem a obrigação de responder perante a Assembleia. O executivo responde perante a Assembleia e desse lado invariavelmente ou escasseiam os esclarecimentos, ou então o senhor Presidente disse como disse ontem que só responde quando lhe apetece. Nós perguntamos e o senhor se entender responde, se não entender não responde. Portanto, eu volto a repetir,





era importante que esclarecêssemos aqui a questão da execução da despesa, da baixa execução da despesa, por uma razão senhor Presidente, porque é fácil fazer orçamentos. Eu usando aqui um exemplo se calhar um bocadinho desfasado, mas só para entendermos isto, eu posso na minha casa orçamentar num ano cem de despesa e cem de receita e tenho um orçamento equilibrado e depois na despesa em vez de gastar cem, gasto cinquenta, chego ao fim do ano se calhar tenho cinquenta de lucro, mas não investi, não fiz despesa, não fiz obras, não fiz manutenção em casa, etc. não fiz viagens, não fiz tratamentos de saúde, etc., etc. e, portanto, é esta a questão. A pergunta é muito simples, os senhores estão a cativar verbas que deviam ser para investir no concelho ou não? Porque é que a despesa tem uma taxa de execução tão baixa, e depois falou-se aqui nos problemas que há no concelho, nos dramas, enfim, falou-se da habitação, falou-se da mobilidade, falou-se de muita coisa, do trânsito, etc. das festas, dos eventos se são em julho, se são em agosto, se são em janeiro, mas há aqui uma questão e eu perdoem-me o senhor vereador José Cardoso vai dizer que lá está ele com o fétiche dele, eu tenho alguns fétiches que não são estes seguramente, mas há aqui uma questão que é estratégica que é e que entronca na revisão do PDM e que é a estratégia de desenvolvimento local. O senhor vereador José Cardoso está a rir-se, lá está, lá está o João Caetano com o fétiche do PDM, eu tenho outros fétiches melhores, senhor vereador, acredite, os melhores fétiches são melhores do que o PDM, muito mais interessantes e muito mais ardentes que o PDM, acredite, acredite, enfim, não fique assim muito empolgado com a revisão do PDM, embora seja uma questão interessante, tecnicamente interessante, mas a questão aqui do PDM tem que ver com a estratégia de desenvolvimento local e verdadeiramente aqui e nós já ouvimos aqui neste salão nobre o antigo diretor de departamento explicar numa sessão muito interessante e muito didática até, o que é que era a estratégia de desenvolvimento local e aquilo reduzia-se a vários projetos, a vários projetos, senhor vereador e a questão aqui é essa, é que nós não sabemos e os senhores não sabem sobretudo os senhores não sabem qual é a estratégia de desenvolvimento do concelho que querem e quando não se sabe qual é a estratégia de desenvolvimento, até pode haver dinheiro nas contas e pode haver excedente orçamental e ainda bem que há, mas quer dizer, vai-se gerindo o dia-a-dia, vai-se fazendo uma coisinha aqui, vai-se arranjando o passeio, faz-se uma festa simpática e que até atrai algumas pessoas, mas depois não há investimento em questões estruturantes para o concelho. Não há atração de investimento que seja estruturante, não há desenvolvimento estruturante para o concelho e não há uma coisa que é, que já foi aqui dita e que é verdade e basta falar com pessoas de fora, não estou a falar de pessoas aqui dos concelhos vizinhos, essas são parciais, as pessoas de fora que dizem que Portimão e que vêm a Portimão se calhar quase todos os anos e que dizem que Portimão nitidamente está a ficar para trás relativamente a outros concelhos da nossa região. Isso é notório, a ficar para trás de algumas coisas que não tem e a ficar para trás noutras coisas que não devia de ter e que tem, porque os problemas não são resolvidos e aqui a questão da habitação é preponderante e a questão da mobilidade é preponderante e é evidente. Quando se abre, por exemplo o Facebook naqueles grupos que o senhor não gostam e se vê uma pessoa às nove da manhã a dizer que levou





três quartos de hora para chegar do nó da Penina, ou ali do hotel da Penina até à 25 de Abril, quer dizer, isto não é Almada, nem o Seixal, nem é a Baixa da Banheira, mas parece às vezes, ou quando se leva como eu ouvi hoje às cinco e meia da tarde meia hora para chegar das Cardosas a Alvor, meia hora, não houve acidentes que eu saiba, meia hora, porque estava tudo entupido e ainda não veio o Afro Nation, quando vier o Afro Nation não sei, quer dizer, há dois anos foi o que foi. Quando vier o Afro Nation este ano vai ser o caos, vai ser o caos, ninquém vai circular nesta cidade e isto decorre de uma coisa muito simples. Foram-se atalhando aqui problemas e deficiências na rede viária com remendos e remendinhos sem investimento estruturante e agora temos o resultado à vista. Aliás, eu nem vou falar do célebre viaduto ali que vai dar ao pé dos armazéns das antigas fábricas Fialho, nem vou falar do célebre viaduto, ainda estamos para ver essa também, ainda estamos para ver o que é que esse viaduto vai dar, e eu até tremo de pensar. Para resolver um problema vaise criar um problema maior ainda, mas os senhores vão dizer que a culpa é da Refer, não foi vossa, a Refer é que quis fazer aquilo assim, a Refer é que é culpada e, portanto, enquanto não houver uma estratégia consolidada de desenvolvimento local, podemos andar aqui a discutir se são mais um milhão, menos um milhão, se o IMT baixou, se aumentou, se é culpa do executivo, se é culpa do mercado, etc. mas Portimão não vai dar o saldo de desenvolvimento que podia ter dado e que devia dar, e esta é uma responsabilidade que era vossa, isto veio em final de mandato e digo era porque esperemos que não continue a ser, porque, enfim o resultado está à vista. Portanto, nessa medida, ó senhor Presidente, eu volto e termino aqui, eu gostava que houvesse uma explicação clara do executivo em relação a esta questão da execução da despesa. ----------- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN Ricardo Nuno do Nascimento Vieira Cândido, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer apenas dois pontos que já foram amplamente falados, mas reforçá-los. A grande parte da receita do município é sustentada pelo IMT, a variação que tivemos do IMT de 2024 começa com a diminuição e como o senhor Presidente falou já uma recuperação desse IMT, para mim parece-me que não seja algo de salutar, porque esse aumento do IMT é resultado da especulação imobiliária que provoca um dos grandes problemas que temos no nosso município que é relativamente à habitação, portanto se por um lado nos dá mais receita, provoca mais problemas ao nível dos nossos munícipes, portanto é algo que não é tanto de salutar ou de ficar contente com o mesmo. ----- Relativamente aos eventos, os eventos são necessidade da estratégia atual do turismo de massas que temos no nosso município. É resultante da estratégia do executivo e a responsabilidade é do mesmo, mas queria apenas realçar que já que esses eventos estão a ser feitos, que pelo menos tenhamos consideração aos restantes eventos que existem nos municípios envolventes para que o investimento que estamos a fazer não esteja todo dispersado, porque, ao mesmo tempo que está a ser feito noutros municípios que já estão também divulgados, parece-me um bocadinho despesismo do gasto e depois ainda pior, quando fazemos eventos no nosso município ao mesmo tempo, dois eventos já aconteceram no mesmo tempo e isto aconteceu no ano passado relativamente à Noitada e ao Lota Cool aconteceram exatamente nos mesmos dias, portanto tiramos





pessoas de um lado para levar para o outro lado, quando já estamos a fazer investimento de um lado, porque não fica aqui muito bem percebido como é que a coisa acontece com estas sobreposições, mas dar uma nota, se isso é o que o executivo pretende, é seguir nesta orientação, que pelo menos haja um maior aproveitamento possível do investimento que é feito. Disse. ----------- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira, este é um documento técnico, não temos razões para duvidar que tecnicamente se encontra bem elaborado, mas como presumimos está de acordo com as políticas refletidas no orçamento municipal que se reflete na opção política da Câmara PS. Não acompanhamos no essencial as opções estratégicas, políticas e algumas operacionais relativamente ao desenvolvimento do concelho. Por esta razão, não acompanharemos esta deliberação. ---------- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila, só uma nota final para dizer isto. Foi por isso que este executivo está aqui, desde a primeira hora que achou que o PDM era uma peça importantíssima e por isso metemos tudo na estratégia de um novo PDM e daquilo que pretendemos para o nosso concelho e foi por isso também que já assumi das obras que faltam e vamos querer continuar a fazer, e é por isso, também disse isto que muitas vezes o senhor deputado João Caetano não ouve, ou já tem as opções dele formadas e, portanto, nunca vai ouvir outra coisa diferente. Já assumi que temos que fazer mais obra, não vai ser por ser um ano de eleições, vamos ter que as fazer sempre, portanto vamos ter que as continuar a fazer. Enquanto estivemos em endividamento excessivo também o investimento tinha que ser muito menor, apesar das receitas terem-se portado sempre muito bem, podíamos ter feito amortizações mais cedo para podermos depois despender mais verba no investimento, mas foi opção do executivo na altura não o fazer. ----- A partir deste momento a opção foi sair do endividamento excessivo e podermos fazer aquilo que a cidade precisa e a estratégia que pretendemos e, aliás, a estratégia que foi votada pelos portimonenses e, portanto, é isso que vamos continuar a fazer. Posto isto, eu percebo já estamos em altura de eleições, isto convém já, mas eu ouvi todos com muita atenção, ouvi até dizerem que o Afro Nation mais ninguém o quer, redondamente enganado, porque podem é ninguém quer uma praia como a nossa. Agora que o Afro Nation há mais municípios que o querem no Algarve, é verdade e em Espanha é verdade e, portanto, é preciso ter conta daquilo que se diz, não tenhamos ilusões nisso que se diz. ----------- Depois, estudo económico, fizemos já dos grandes projetos que temos feito até como foi a Noitada e acho que é um documento também que devemos enviar para a senhora Presidente da Assembleia para partilhar pelos senhores deputados para verem também o retorno e aquilo que as pessoas acreditam e que vêm aos eventos. O evento da Noitada é um evento que projetamos muito para ser para os portimonenses. Os portimonenses tinham falta desta identidade e é isso que queremos também e é por isso que vamos

continuar a fazer. Não, vamos fazer em agosto, em setembro, em outubro, porque faz sempre falta e é por





VOTAÇÕES	PS	PPD/PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	0	0	0	15
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	2	0	1	3
VOTOS CONTRA	0	5	2	3	0	1	0	11

A Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

\_\_\_\_\_\_ (Isabel Andrez Guerreiro)



1º Secretario da Mesa da Assembleia Municipal
(Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café)
2 <sup>a</sup> Secretária da Mesa da Assembleia Municipal
(Sheila Gassin Tomé)